

MAESTRADO

SOCIAIS

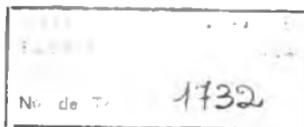
O IMPERIAL INSTITUTO BAHIANO DE AGRICULTURA

A Instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira
na Segunda Metade do Século XIX.

Maria Antonieta de Campos Tourinho

Dissertação submetida em satisfação
parcial dos requisitos ao grau de
Mestre em Ciências Sociais à Câmara
de Ensino de Pós-Graduação e Pesqui
sa da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Professora Kátia de
Queirós Mattoso.



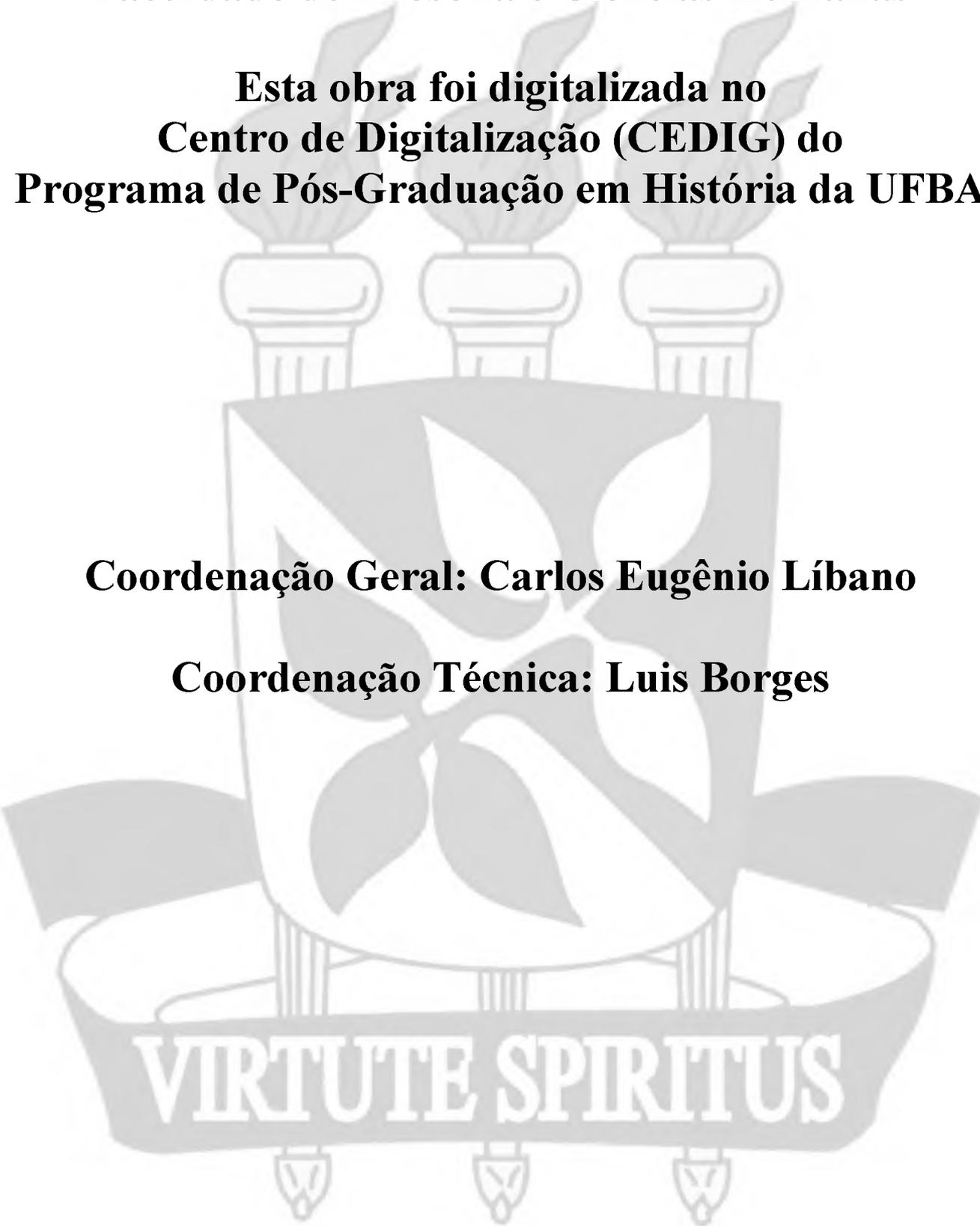
Fevereiro 1982.

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges



VIRTUTE SPIRITUS

Junho de 2005

Contatos: lab@ufba.br / poshistro@ufba.br

Aos meus pais.

"Amigo é coisa p'ra se guardar
do lado esquerdo do peito"

(Canção da América - Milton
Nascimento e Fernando Brandt).

Ao Professor Ubiratan Castro de Araújo.

SUMARIO

Agradecimentos	05
Introdução	07
Parte I - O Imperial Instituto Bahiano de Agri - cultura	16
Capítulo I - Os Produtores de Açúcar e a Questão da Falta de Braços	17
1. A Importância do Sistema Escravista na Economia Açucareira	17
2. Reação à Utilização de Mão - de - Obra Livre	25
3. A Alternativa do Trabalho Livre	27
4. O Trabalhador Livre Nacional	28
5. O Elemento Estrangeiro e as Tentativas de Colonização do Recôncavo	32
6. A Incompatibilidade entre o Trabalho Escravo e o Livre - Desejo de Autono - mia dos Trabalhadores	35
Capítulo II - A Modernização Proposta pe los Produtores de Açúcar	51
1. A Exploração Colonial e os Obstáculos à Inovação Técnica	51
2. A Natureza das Propostas Modernizado - ras	54
3. A Criação dos Imperiais Institutos de Agricultura	64
Capítulo III - A Vida do Imperial Institu to Bahiano de Agricultura	72
1. Fundação e Organização do I.I.B.A. ..	72
1.1. A Presidência do Instituto	74
1.2. As Sessões da Diretoria e da Di- retoria com o Conselho Fiscal ..	77

2. Composição Social	82
3. Organização Financeira	93
3.1. As Jóias e Anuidades	93
3.2. Donativos Oficiais	95
3.3. A Renda do Capital do Instituto ..	97
3.4. A Vida Financeira	98
4. Principais Realizações do Imperial Ins- tituto Bahiano de Agricultura	103
4.1. A Epidemia de Cana	106
4.2. A Construção da Escola Agrícola ..	108
Parte II - A Eschola Agrícola da Bahia	126
Capítulo I - O Funcionamento da Escola A grícola da Bahia	127
1. Organização Administrativa	133
2. O Curso Elementar	135
3. O Curso Superior	141
4. Convívio Interno - problemas discipli- nares	146
5. Críticas e Propostas de Reformas	150
Capítulo II - A Nova Elite Técnica e os Problemas da Economia Açucareira	171
1. As Teses sustentadas pelos Acadêmicos da Escola Agrícola da Bahia	171
2. A Natureza dos Discursos da Nova Elite Técnica	173
3. A Ideologia da Educação	176
4. A Falta de Capitais	181
5. As Novas e Velhas Questões Levantadas sobre a Falta de Braços na Agro-Indús- tria do Açúcar	185

6. Os Acadêmicos da Escola Agrícola e o Atraso Tecnológico da Economia Açucareira ...	195
Conclusões	199
Fontes Consultadas	225
1. Documentos manuscritos	225
2. Documentos Impressos	225
3. Livros	226
4. Periódicos	232
5. Teses	233
Anexos	235

Agradecimentos:

A Professora Kátia de Queirós Mattoso e ao Professor Ubiratan Castro de Araújo que possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao apoio financeiro da Fundação Ford e ao apoio institucional do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, particularmente na pessoa da Professora Guaracy Adeodato Alves de Souza, presença incentivadora.

Ao Professor João José Reis e aos colegas Tânia e Henrique cujas sugestões foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Ao Professor José Calasans Brandão da Silva e ao Professor Cid José Teixeira Cavalcante que com presteza atenderam às minhas consultas e permitiram o acesso às suas bibliotecas.

A Lícia e Bete amigas e irmãs que revisaram o português.

Ao Dr. Francisco Paulo Brandão Chiachio, diretor da Faculdade de Agronomia da U.F.Ba.

A Ana Maria Silva Santos, colaboradora eficiente no trabalho de datilografia.

Aos Funcionários do Arquivo Público da Bahia por
particularmente da bibliotecária Neide Ferreira de Souza.

Ao Sr. Sena do Instituto Histórico e Geográfico
da Bahia.

Ao Sr. Thomé de Andrade e Silva, funcionário da
Faculdade de Agronomia, desde o período da Escola Agrícola
de S.Bento das Lages.

A Nely Silva Nunes e Edmária de Oliveira Silva,
funcionárias da Secretaria da Faculdade de Agronomia.

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

Nas proximidades da cidade de São Francisco do Conde, Recôncavo da Bahia, encontram-se as ruínas de uma construção "de proporções amplas e aspecto magestoso, verdadeiro palácio, com trinta e quatro metros de largura, quarenta de comprimento, hoje, em meio à ruína, apenas torvo montão de janelas e portas"¹. É o que resta da primeira Escola Agrícola do Brasil inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1877, no Engenho das Lages, propriedade da Ordem de São Bento.

A origem e funcionamento desta Escola estão intimamente ligados ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, instituição que a construiu e mantém até o ano de 1904, quando seus bens são revertidos ao Estado.

A curiosidade despertada por estas ruínas que envolvidas no silêncio dos anos de abandono e invadidas pela vegetação tropical, dominam a paisagem de S. Bento das Lages, local de passeios no período da minha infância vivido na zona açucareira do Recôncavo da Bahia, torna-se revivida, anos mais tarde, através do contato com uma documentação sobre o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Estas circunstâncias somadas ao interesse sobre as questões de mão-de-obra na Bahia na segunda metade do século XIX levaram-me a eleger esta instituição e sua Escola Agrícola como tema central desta dissertação de Mestrado.

A criação do Instituto está inserida em uma polí

tica de recuperação da agricultura em crise, provocada na área de produção por problemas de mão-de-obra, capitais e atraso tecnológico, e na área de circulação pela retração no mercado internacional e conseqüente diminuição do preço do açúcar.

As várias experiências modernizadoras realizadas nacionalmente para a modificação deste quadro são incentivadas pelo clima de prosperidade e de disseminação de idéias progressistas, reinante no país após a proclamação da maioridade de D. Pedro II².

Maria Yedda Linhares caracteriza a década de 50-60 "como uma época de otimismo continuado que se prolongará até 1873, momento de sua primeira crise"³. Na Bahia este clima otimista é confirmado por Rômulo Almeida⁴ o qual observa que à partir de 1840 há uma certa reanimação na economia baiana que se prolonga pela década de 50, apesar da cólera de 1855 e da seca de 57 e 61. Thales de Azevedo⁵, analisando as contradições deste período marcado pela supressão do tráfico de escravos em 1850, considera que apesar dos vários fatores que desequilibraram a economia baiana há, nesta década uma recuperação do mal-estar econômico dos anos 30, provocada pela utilização dos capitais, liberados pela supressão do tráfico e pela criação de estabelecimentos bancários.

Assim nesta conjuntura favorável a realizações progressistas é criado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura que pretendia "salvar do aniquilamento a lavoura nacional", formando através de sua Escola Agrícola uma mão-de-obra especializada a nível de operários e engenheiros agrônomos e disseminando uma tecnologia mais avançada na re-

gião açucareira.

A existência do Instituto significa o esforço de setores mais progressistas da elite baiana de superação da crise da economia açucareira, principalmente, através da criação e manutenção da Escola Agrícola de S.Bento das Lagas. Assim, o estudo destas duas instituições é uma contribuição para a análise da ação, das idéias políticas e econômicas e mesmo da mentalidade de uma oligarquia escravocrata no longo do processo de destruição final do sistema escravista.

A fundação deste Instituto representava uma esperança de alento para os senhores da cana de açúcar e à sua sessão inaugural, realizada em 18 de novembro de 1859 e presidida pelo Imperador D.Pedro II, compareceram inúmeros representantes da elite baiana.

As dificuldades enfrentadas por esse Instituto ao longo dos seus quarenta e cinco anos de existência arrefeceram a euforia inicial e esvaziaram a frequência de suas reuniões. Mesmo assim esta instituição construiu em pleno masapê do Recôncavo baiano uma Escola Superior de Agronomia, posteriormente transferida para o Estado, significando a implantação do ensino agrícola na Bahia.

2. Fontes

A primeira fonte consultada, sendo inclusive a responsável pelo retorno do interesse ao tema, foram as correspondências do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura com a Presidência da Província. Esta documentação encontra-

se no Arquivo Público da Bahia, arquivada na Série Agricultura da Seção Histórica, distribuída em dois maços: o primeiro contendo documentos de 1859 a 1867; o segundo de 1868 a 1887. Este material, manuscrito e em bom estado de conservação, estando legível a maior parte dos documentos, compõe-se de relatórios, officios e mapas demonstrativos da situação financeira do Instituto os quais transmitem ao Presidente da Província notícias sobre a instituição.

Através desta documentação foram levantados dados sobre a organização administrativa e financeira do Instituto e de sua relação com o Governo Provincial e Imperial, já que a correspondência com o Ministério de Agricultura e Obras Públicas era feita através da Presidência da Província.

Ainda na Seção Histórica do Arquivo Público da Bahia foram consultadas, como material de apoio, duas séries de documentos também manuscritos e em bom estado de conservação: a falta de braços para o trabalho da Lavoura (1853 - 1885) e a Ata de Inauguração da Sociedade Baiana de Imigração (1886).

A grande contribuição para a elaboração deste trabalho, no entanto, foi a documentação, encontrada na Faculdade de Agronomia da U.F.Ba. em Cruz das Almas composta das Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1877), Atas das Sessões da Diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1902), Atas da Congregação dos Professores da Eschola Agricola da Bahia (1876-1907) e o livro de Matriculas da Eschola Agricola da Bahia (1877-1887). A partir, desta do

cumentação manuscrita, sem possibilidade de perda pois está registrada em livro de páginas numeradas, pode-se praticamente reconstituir toda a vida do Instituto e de sua Escola Agrícola. Não só a organização administrativa e financeira como as posições, decisões e ações da instituição diante dos problemas da economia açucareira.

As Falas e Mensagens dos Presidentes de Província e Governadores da Bahia (1850-1904) e os Anais da Assembléia Provincial (1873-1889) - fontes primárias que deram elementos - para a reconstituição d visão crítica dos contemporâneos do Instituto. Nelas estão registradas críticas e discussões sobre a Capacidade da Diretoria do Instituto e da Escola e sobre a validade destes dois empreendimentos que dependeram basicamente das contribuições oficiais.

O estudo do I.I.B.A., relacionado com o processo de desestruturação do sistema escravista e com a decadência da economia açucareira é a contribuição desta disseração para a análise da instituição, que tendo sua existência registrada em alguns trabalhos, ainda não tinha sido objeto de um estudo mais sistematizado.

Os autores Eul Soo Pang⁶ e Eugene Riding⁷ nos seus estudos sobre a economia baiana no século XIX focalizam o Instituto como uma tentativa frustrada dos lavradores de criarem uma associação que representasse os interesses da agricultura. A existência do Instituto é também registrada em dois trabalhos sobre a história da cidade de S. Francisco do Conde. Pedro Thomas Pedreira⁸ no capítulo dedicado aos "Monumentos Históricos" transcreve o "Decreto nº 2.500 - A, de 1º de novembro de 1859" que estabelece as ba

ses para o funcionamento do Imperial Instituto e traça em algumas linhas o resumo histórico da Escola Agrícola desde a sua formação até sua transferência para Salvador em 1930. Mário Pinto da Cunha no capítulo intitulado "Do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura à Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia"⁹, começa fazendo uma resenha histórica do Instituto e da Escola desde a fundação em 1859 até sua instalação, em 1943, na cidade de Cruz das Almas e lamentando a "ruinaria majestosa" em que se transformou o prédio construído em S. Bento das Lages transcreve apelos para a sua restauração como monumento histórico.

Archimedes Pereira Guimarães no livro "Esplendor e Agonia do Instituto Bahiano de Agricultura 1859-1902" procura demonstrar os momentos de glória e de decadência dos quarenta e cinco anos de vida da instituição através da transcrição das Atas das Sessões do Instituto, documentação que se inicia com a Ata Inaugural assinada pelo Imperador D. Pedro II¹⁰.

A visão crítica do Imperial Instituto de Agricultura que procuramos desenvolver nesta dissertação baseia-se nas obras de caráter geral e específico, sobre a economia brasileira e baiana do século XIX e nas teses defendidas pelos formandos da Escola Agrícola da Bahia. Estas teses são a fonte básica para os trabalhos de Maria do Socorro de Souza Fraga intitulados - "Idéias Filosóficas na Eschola Agrícola" e "Idéias Socialistas na Eschola Agrícola da Bahia". Na segunda obra a autora desenvolve um estudo das teses sustentadas pelos alunos da escola no século XIX, no qual utilizando textos destes trabalhos, procura demonstrar a existência

de idéias "relativas ao socialismo ainda que não aprofundadas"¹¹, no seio do estabelecimento agrícola de S. Bento das Loges.

3. Roteiro

Esta dissertação está estruturada em duas partes:

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e a Eschola Agrícola da Bahia que correspondem aos dois períodos da vida da instituição (1859-1876;1877;1904).

As questões de falta de braços, de capitais e de atraso da técnica que afligem a oligarquia açucareira na segunda metade do século XIX são discutidos e analisados, juntamente com a reconstituição das ações do Imperial Instituto no período anterior ao funcionamento da Escola (1859 - 1876).

O segundo período, cujo marco é a inauguração da escola em 1877, é analisado na segunda parte desta dissertação onde também são retomadas as questões básicas da economia açucareira, vistos agora pela ótica da nova elite técnica formada pela Escola Agrícola da Bahia.

Referências Bibliográficas

1 . CUNHA, Mário Pinto - Memorial de S.Francisco do Conde - Salvador - Gráfica Central - 1977 - pág. 150.

2 . AZEVEDO, Thales de; LINS, E.Q. Vieira - História do Banco da Bahia - 1858 - 1958 - Rio de Janeiro - José Olympio - 1969 - págs. 34 e 35.

A declaração da Maioridade, que iria pôr fim ao ciclo revolucionário do período regencial ... trouxe um clima de paz interna e segurança para o país. Existia ambiente favorável ao surto de Progresso que não se fez esperar e realmente, a partir de 1845, vamos assistir as suas primeiras manifestações concretas.

3 . LINHARES, Maria Yedda - História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918) - pág. 149 - Brasília - Binagri - 1979.

4 . ALMEIDA, Rômulo - Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio - Salvador - 1951 - pág.17.

5 . AZEVEDO, Thales - op. cit. - págs. 14 e 15.

"assim é que o panorama da província trinta anos depois da emancipação nacional justificaria franco otimismo.

"O país oferecia um clima propício para o surto de progresso generalizado e a província ainda era um grande centro comercial e agrícola".

- 6 . PANG, Eul Soo - Bahia's Planter elites and their attempt to modernize agriculture, 1842 - 1889 - Vanderbilt University - 1974 - pág. 12.
- 7 . RIDING, Eugene Ware - The Bahian Commercial Association 1840 - 1889 - Universidade da Flórida - 1970-pág.81.
- 8 . PEDREIRA, Pedro Thomas - Notícia Histórica de São Francisco do Conde - Bahia - Estudos Baianos - 1976 - págs. 62 a 66.
- 9 . CUNHA, Mírio Pinto - Memorial de São Francisco do Conde-Salvador - Gráfica Central Ltda. - 1977 - págs. 150 a 169.
10. GUIMARÃES, Archimedes Pereira - "Esplendor e Agonia do Instituto Bahiano de Agricultura - 1859-1902" -Bahia-Centro de Estudos Baianos - 1954 - pág. 1.
"As onze horas e meia de dezoito de novembro de 1859 enchia-se a sala do trono do Paço Imperial da Cidade do Salvador para a cerimonia da posse da diretoria e do Conselho Fiscal do Instituto Bahiano de Agricultura, creado por decreto de 1º desse mes.Achavam-se, af, congregados, barões, viscondes, comendadores, coronéis, majores e doutores, os mais respeitaveis cidadãos, enfim, da Província que se orgulha va de hospedar o monarca D.Pedro II".
11. FRAGA, Maria do Socorro - Idéias Socialistas na"Eschola Agrícola da Bahia"(século XIX) - Salvador-1976-pág.1.

PARTE I - IMPERIAL INSTITUTO BAHIANO DE AGRICULTURA

Capítulo I - Os Produtores de Açúcar e a Questão da Falta de Braços.

1. A Importância do Sistema Escravista na Economia Açucareira.

A relevância que a escassez de mão-de-obra escrava tem para os produtores de açúcar da Bahia, na segunda metade do Século XIX, liga-se diretamente à maneira como se origina e funciona durante três Séculos a economia açucareira. O funcionamento desta economia tem como ponto central uma estreita dependência ao mercado externo, com a produção destinada a este mercado, se processando através do trabalho escravo. Estas são as características básicas do sistema de colonização implantado no Brasil.

A colonização moderna, fiel aos princípios mercantilistas, objetiva basicamente a canalização de lucros para a Metrópole através de uma produção rigidamente controlada. As colônias, atuando como simples produtoras de matéria-prima, devem fornecer produtos tropicais, metais preciosos e comprar neste mercado os produtos manufaturados de que necessitam ¹.

A organização destas colônias de exploração que se faz através de grandes propriedades monoculturais e da concentração de riqueza nas mãos dos proprietários, exige uma forma de trabalho que atenda às necessidades internas e externas deste sistema e o trabalho compulsório é a peça que falta para a sua composição final. Desta maneira, o escravismo, um dos pilares do antigo sistema colonial, a exploração colonial significando a exploração do trabalho escravo, desen

volve uma estreita relação com o sistema de colonização im plantado na Idade Moderna².

No Brasil, a utilização do trabalho escravo é essencial para a organização do seu sistema de produção. O sistema escravista é mais que uma opção; é uma imposição das condições histórico-econômicas³. No momento em que o escambo é substituído pela colonização sistemática, a população indígena que havia participado na coleta do pau-brasil, é em parte transformada em escrava⁴. A escravidão indígena é utilizada na economia açucareira e depois substituída pela africana que se mostra mais operacional e lucrativa para os objetivos da empresa colonizadora. Os Portugueses, que já conheciam o mercado africano, usam a sua experiência para despejar no Brasil, através do tráfico negreiro, uma mão-de-obra abundante e barata⁵. Assim o escravo negro, além de ser essencial para a produção interna da Colônia, significa também um comércio negreiro que se torna um dos setores mais rentáveis da Empresa Colonial⁶.

Com o rompimento do sistema colonial, o escravismo continua a ser a base de nossa estrutura sócio-econômica que ainda se organiza através da grande propriedade monocultural e escravista. A economia açucareira, apesar de continuar definida, como no período colonial pelo setor exportador, sofre modificações na sua relação com o mercado externo. Libertada desde a abertura dos portos em 1808 dos laços im postos pelo pacto colonial, agora ela se submete aos interesses do capitalismo inglês. O tráfico que assegurara para a Metrópole uma fonte de acumulação de capital e que foi sendo gradativamente transferido para as mãos de comerciantes estabelecidos no Brasil, prossegue como uma peça fundamental no

funcionamento desta economia. Além de fornecer braços para a agro-indústria do açúcar, este tráfico permite, como aconteceu com traficantes na Bahia⁷, a formação de verdadeiras fortunas.

A nova forma de dependência externa, sofrida neste período pela economia açucareira, entra em contradição com a existência do sistema escravista. A Inglaterra, país se industrializando, pólo avançado e principal representante dos interesses do capitalismo internacional, coloca-se contra o regime de escravidão, atingindo o seu principal suporte que é o tráfico negreiro⁸.

Atacado no seu ponto mais vulnerável, o escravismo está estruturalmente ameaçado e a classe dominante, percebendo o perigo, resiste enquanto pode à pressão inglesa.

O conflito entre os interesses capitalistas da Inglaterra e os interesses escravistas da classe dominante brasileira se manifestam durante anos, em leis e tratados⁹. Desde o Tratado de 1810, quando ainda persistem os interesses mercantilistas da Metrópole portuguesa, que a Inglaterra tenta justificar legalmente a sua perseguição aos negreiros. Em 1815, consegue a abolição do tráfico ao norte do Equador, proibição à qual é adicionada, em 1817, o direito de visita em alto-mar a navios suspeitos de tráfico ilegal. Após a Independência, na qual a Inglaterra teve interesses óbvios e participação indireta, ela exige do Brasil medidas definitivas, consubstanciadas em Tratados (1826, 1827) e na lei de 7 de novembro de 1831 que considera o tráfico africano proibido, e livres os indivíduos desembarcados no País a partir daquela data.

Todas estas leis e tratados permaneceram letras mortas e a Inglaterra continuou a sua perseguição sistemática aos negreiros, até que a Lei de 1850, seguida de forte repressão, diminui consideravelmente o tráfico. Os dados sobre o ingresso de escravos no País estimam em 60.000 o número dos que chegaram em 1848, cerca de três vezes o número correspondente ao ano de 1845; mas em 1850 entram apenas 23.000 e somente 3.000 em 1851. No ano seguinte esta cifra reduz-se a 700, e depois daí há somente referência a uns poucos casos isolados do tráfico negreiro ¹⁰.

Na Bahia, o Presidente da Província, João Maurício Wanderley, na sua Fala de 1855 afirma que "nenhum de sembarque de africanos ou tentativa d'esse crime tem havido ou sido ao menos suscitado. Pode-se afirmar que a extinção do tráfico é uma realidade".

Diante da consumação da tão temida lei de abolição do tráfico, os produtores de açúcar, traumatizados pela dura realidade de que não haveria mais reabastecimento africano de braços, sentem-se ameaçados pela diminuição da população escrava. Um discurso lamentoso e pessimista registra afirmações como "não temos capitais, disse eu, não temos igualmente braços" e ¹¹ "abandonados como somos, sem meios de substituir a falência total de braços que nos ameaça" ¹².

A classe açucareira, alarmada com a ameaça de falta de braços escravos, prevê o agravamento da situação da agro-indústria do açúcar. Em 1852 o Presidente da Província faz observações sobre "a falta de braços que a lavoura principia atualmente a sentir e mais ainda a fará definhir para o futuro" ¹³. Na Fala de 1853, a previsão de João Maurício Wanderley é mais catastrófico e mais minuciosa que a do seu

antecessor quando afirma: "Não é somente pelo lado do cultivo que a lavoura do assucar está ameaçada; ella corre, em maior grao, o perigo que lhe é comum com a agricultura em geral; quero fallar da falta de braços ... por quanto em 10 anos a nossa agricultura estará reduzida a metade dos braços que ora possui".

A conjuntura de 50 é, desta maneira, profundamente marcada pela abolição do tráfico negreiro. O novo período que esta década inaugura não conta mais com o reabastecimento permanente de braços escravos ¹⁴ e por outro lado vai continuar sofrendo baixas provocadas pelas péssimas condições de vida dos escravos ¹⁵.

Nestas circunstâncias, a epidemia de cólera de 1855 e a exportação de escravos para outras províncias, que se intensifica nesta década ¹⁶, adquirem, devido à suspensão do tráfico, proporções alarmantes que ressoam na 2ª metade do século XIX. No caso da migração interna de negros se transforma em um problema crônico da economia açucareira baiana.

Esse fluxo de escravos, que devido à crise da economia açucareira e ao surgimento da economia cafeeira, se desloca para as Províncias do Sul onde seu trabalho é mais valioso, possibilita a criação de novas companhias de escravos que envolvem milhares de pessoas, provocam uma alta assustadora de preços ¹⁷ e contribuem na província da Bahia para a diminuição gradativa da população escrava ¹⁸, prejudicando a produtividade da agro-indústria do açúcar.

Os discursos dos produtores de açúcar da 2ª metade do Século XIX clamam por soluções legais que impeçam tal comércio. Na Fala de 1855, o Presidente da Província pro

testa contra esse tráfico, afirmando que o imposto de 100\$000 não é suficiente para diminuir-lo. Em 1879, vinte e quatro anos depois, o Dep. Araújo Pinho considera a taxa de 200\$000, por escravo exportado, prejudicial ao lavrador, afirmando que em "época de prosperidade a emigração decresce e cresce nas crises", justifica pela situação econômica precária dos produtores de açúcar, a venda destes escravos que só é utilizada como último recurso para pagar compromissos.

As opiniões são contraditórias em relação aos meios que devem ser empregados para conter esta migração e unânimes em achá-la prejudicial à economia açucareira. Nos mesmos documentos, referidos acima, o Presidente da Província de 1855 registra a impotência da Bahia diante da sangria para o Sul que empobrece a Província ¹⁹; e o Deputado de 1879 clama pela "necessidade de se levantar um dique a essa torrente emigratória, porque vimos no facto da emigração dos escravos mais uma prova da pobreza progressiva em que se debate a classe agrícola". O conteúdo destes discursos, apesar dos anos que os separam, contém as mesmas queixas e reivindicações e demonstram a impotência da classe dominante baiana diante da situação precária da economia açucareira.

Os efeitos da abolição do tráfico e dos problemas que o acompanham estão sintetizadas na Fala de 1861, onde o Presidente registra a "cessação do tráfico como o primeiro golpe na agricultura do Norte" e se refere "aos braços que não foram oportunamente substituídos e sim também dizimados pela exportação, pelos anos de secas e pela "cholera morbus".

Os primeiros sinais da epidemia de cólera se manifestam "durante o mez Maio do anno de 1855 quando appare

recherào na Capital alguns factos de mortes repentinas em es
cravos" 20. Esta epidemia se alastra pelo Recôncavo espalhan
do confusão, terror e mortes em Cachoeira, Vila de S. Francis
co do Conde e Santo Amaro onde "a cada momento cahião attaca
dos os homens mais sóbrios e robustos" 21.

A "estatística geral da mortalidade choléri-
ca na Província da Bahia" registra de julho de 1855 a maio
de 1856 uma mortalidade conhecida de 18.549 pessoas; uma mor
talidade provável de 17.432 resultando um total de 35.981
pessoas em toda a Província. Os dados referentes ao Recôncavo
registram a seguinte mortalidade em Santo Amaro e S. Fran
cisco do Conde:

Quadro nº 1 - Mortalidade em Santo Amaro e Sao Francisco do
Conde.

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS
Santo Amaro	123	649	418
S. Francisco	10	29	14
TOTAL	133	678	432

FONTE: Estatística Geral da Mortalidade Cholérica na Provín-
cia da Bahia.

Deste total de 1.243 mortes, 574 pessoas se
dedicavam a lavoura nestes 2 lugares, que são, no século XIX,
os maiores produtores de açúcar da Província da Bahia. Como a
tabela além de registrar apenas a mortalidade conhecida, não
discrimina a ocupação e a situação jurídica-libertos, livres,

ou escravos - destas pessoas, não se pode dizer com exatidão a quantidade de escravos mortos.

Na década de 50, a epidemia de cólera funciona como mais um fator de desequilíbrio da economia baiana ²² com suas consequências repercutindo na 2ª metade do Século XIX, período em que se intensifica a perda de braços ²³ e se processa a campanha abolicionista. As leis abolicionistas apesar de não atingirem profundamente o sistema, porque ou não são cumpridas ou beneficiam os proprietários como no caso de não precisar amparar o escravo na velhice, sinalizam o fim do regime de escravidão ²⁴.

Estas ameaças provocam reações como a do deputado Araújo Pinho transcrita nos anais de 1879, se referindo à lei de 28 de setembro, que trouxe embaraços para o regime agrícola, prevê: "a falta completa de braços há de ser a última consequência d'esta lei, uma vez que abolido o tráfico de africanos vem ella estancar a outra fonte de escravatura". As atividades dos abolicionistas perturbam a ordem vigente e em 1884 a diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, alarmada com a campanha, decide dirigir ao governo Imperial uma representação pedindo garantias aos direitos de propriedade, ameaçados pela desorganização do trabalho ²⁵.

As características do sistema escravista condicionam-se às atitudes da classe dominante pois a escravidão, além de ser a base da produção açucareira, é uma instituição, que juntamente com a propriedade privada, define um "status-quo" ²⁶. Por isso na tentativa de impedir ou de pelo menos retardar o fim deste sistema, os discursos da 2ª metade do século XIX sugerem alternativas como o estancamento do

tráfico inter-provincial, a utilização de africanos livres ou a transferência de escravos da cidade para o campo ²⁷.

Entretanto, apesar das reações, o trabalho livre já se coloca nesta segunda metade do século, como a única alternativa viável para a solução da escassez de escravos na economia açucareira.

2. Reação à Utilização de Mão-de-Obra Livre.

Os lamentos dos produtores de açúcar em relação à diminuição da população escrava vêm acompanhados de argumentos contra a utilização de mão-de-obra livre.

Peter Eisenberg, na sua obra sobre o trabalhador livre nacional no Século XIX, se refere a autores deste século "que culpam não o número mas a qualidade do elemento nacional" ²⁸ e citando Emilia Viotti, afirma que a maioria dos fazendeiros de S. Paulo tem uma opinião negativa a respeito deste elemento.

A situação da Bahia não é diferente. Os produtores do Recôncavo também consideram o trabalhador nacional indolente, preguiçoso, e inútil, demonstrando "uma total repugnância para o pesado trabalho do campo" ²⁹, e reagem contra a sua utilização como mão-de-obra, inclusive sugerindo que africanos livres sejam utilizados para suprirem "a falta dos nacionais no caso que estes não se prestem como há esperar" ³⁰.

Este tipo de sugestão, fruto do momento de incerteza da conjuntura de 50, é contrabalançado por considerações que apesar de igualmente preconceituosas tentam se aprofundar na questão da qualidade da mão-de-obra nacional. Em

1879, o deputado Araújo Pinho considera a colonização nacional dispendiosa e de difícil organização. Em tese, o trabalho livre é mais produtivo do que o escravo, porém na prática a teoria cede lugar a uma realidade caracterizada por uma "crise de transição ameaçadora de serias dificuldades, com a classe pobre do interior e os libertos reagindo a um trabalho assíduo, regular e methodico" 31.

Esta falta de interesses do elemento livre, particularmente libertos, é também abordada no discurso de inauguração da Sociedade Brasileira de Imigração onde se afirma que "os libertos costumam talvez mesmo por um sentimento natural de dignidade, abandonar as terras aonde trabalharam como escravos" e se sugere a criação de um centro de imigração para aumento da população laboriosa com o objetivo de impedir o "desastre da desorganização do trabalho" 32.

A sugestão desta sociedade não encontra eco nos produtores do Recôncavo. Todas as tentativas para se trazer colonos estrangeiros esbarram na resistência, sutil porém firme, dos Senhores de Engenho. Seus argumentos se baseiam na dificuldade destes estrangeiros para se adaptar ao clima do Recôncavo e ao trabalho "árduo e penoso da cana de assucar", na falta de recursos para montagem e manutenção das hospedarias e na falta de terrenos incultos que pudessem ser cedidos aos colonos 33.

Na verdade, o temor da substituição de braços escravos por livres, sejam nacionais ou estrangeiros, é que condiciona esta atitude, entrando em conflito com uma realidade na qual a alternativa do trabalho está cada vez mais presente.

3. A Alternativa do Trabalho Livre

Diante da inevitabilidade das transformações nas relações de trabalho, alguns setores da classe dominante procuram ajustar-se à nova situação. Paralelamente aos lamentos dos que associam a diminuição da população escrava à carência de mão-de-obra, se processam discussões sobre a alternativa de utilização de trabalhadores livres.

Na conjuntura de 50 quando a supressão do tráfico intensifica os discursos contra a falta de braços escravos, o Presidente da Província (1857) se dirige à Assembléia Provincial fazendo considerações otimistas sobre as perspectivas da economia baiana, inclusive em relação ao problema da mão-de-obra. Considera que a existência da escravidão prejudica a eficiência do trabalho livre porque impede o estabelecimento de relações mais definidas com os trabalhadores e sugere o "fornecimento de braços livres, ou a salário, ou pelo systema de parceria para suppri o vacuo, que a cessação do trafego, a epidemia de cholera e a exportação para as provincias do Sul tem aberto na produção agricola desta Provincia" ³⁴.

A medida que diminui a população escrava na 2ª metade do Século XIX, a alternativa de trabalho livre torna-se mais viável. As suas vantagens são consideradas por alguns elementos da classe dominante como um avanço nas relações de trabalho e conseqüentemente na produção açucareira ³⁵.

O otimismo, entretanto, não caracteriza, de uma maneira geral, o estado de ânimo do produtor de açúcar diante da situação. A aceitação do trabalho livre é motivada

pela sua inevitabilidade e é acompanhada da consciência de que atitude mais prudente, para não se perder totalmente o controle da situação, é proporcionar "uma transição suave e sem abalo do trabalho de braço escravo, que tende a desaparecer pela ação do tempo e pela lei emancipadora, para a do braço livre" 36.

Esta posição, misto de aceitação e prudência, é expressa no discurso de inauguração da Sociedade Baiana de Imigração, cujos dirigentes admitem que "já não há quem possa em duvida a necessidade de transformação do trabalho no Brazil. É também incontestavel que o meio mais fácil e prudente de obter-se esse resultado é a organização do trabalho livre" 37. A preocupação em não perder o controle da situação é reforçada no mesmo discurso, que adverte do perigo de uma crise "si não cuidar-se com urgência da indispensavel reforma do trabalho" 38.

As alternativas sugeridas, para a operacionalização do aproveitamento da mão-de-obra livre, se baseiam na utilização da população livre nacional, inclusive formando uma mão-de-obra especializada através da instrução agrícola e na importação de colonos estrangeiros.

4. O Trabalhador Livre Nacional

As discussões sobre a utilização de mão-de-obra livre na 2ª metade do Século XIX expressam os conflitos da classe dominante em relação à qualidade do trabalhador livre nacional, mas deixa lacunas e dúvidas em relação à sua quantidade.

Existe na segunda metade do Século XIX, no Recôncavo da Bahia, uma população livre, disponível e em número suficiente para suprir as necessidades dos Engenhos? Esta é uma questão que precisa ser levantada para se entender o problema da falta de braços, tão mencionado na documentação do período, em todos os seus aspectos.

O "quadro da população livre e escrava da Província de Salvador em (1870)" ³⁹, revela a supremacia da população livre sobre a escrava: 22,8% de escravos e 77, 2 % de livres no Recôncavo da Bahia. Este dado é revelador de que há um crescimento da população livre na zona açucareira que acompanha o crescimento em toda a Bahia ⁴⁰ e em outras províncias do Império ⁴¹. Como, entretanto, este quadro da população baiana no Século XIX não discrimina a ocupação desta população livre, torna-se difícil detectar a percentagem que estaria disponível para funcionar como mão-de-obra na zona de economia açucareira.

Para solucionar a questão sobre a falta de braços, fica-se, assim, "devido a total ausência de pesquisa em demografia histórica" ⁴² reduzido a dados parciais que não cobrem todos os seus ângulos.

Henrique Lyra, na comunicação já citada, utiliza as categorias criadas por Tollenare para a população agrícola não-escrava ⁴³ e por Gorender para os indivíduos à margem da relação escravista de produção ⁴⁴ a fim de demonstrar a existência na Bahia de uma população "não diretamente engajada no sistema de produção escravista e que pelas descrições encontradas se assemelham aos "moradores" definidos por Tollenare ou "agregados" no dizer de Gorender" ⁴⁵.

Uma das fontes utilizadas por este autor, para detectar a existência deste contingente de pessoas, são as considerações sobre o problema de mão-de-obra feitas pelo Presidente da Província em 1857.

No capítulo que dedica ao "trabalho de parceria por braços nacionais", João Vieira Lins Cansanção Sinimbu, defende a necessidade de se estabelecer relações mais estáveis entre senhores e trabalhadores e afirma a existência nas fazendas de açúcar de indivíduos ou famílias pobres, que não possuindo terras "habitam nellas de graça, ou pagam uma insignificante renda, segundo a benevolência do proprietário".⁴⁶

O depoimento do Presidente da Província, apesar de ser dado na conjuntura de 50, quando a falta de braços escravos já se constitui uma ameaça, não encontra resposta dos produtores que continuam fixadas nas relações escravistas de produção. Quase vinte anos depois das considerações feitas por Sinimbu, um deputado da década de 70, registra esta fixação quando afirma no seu discurso que "também não podemos privar a lavoura dos lucros de que dispõe e que são somente na actualidade os braços escravos"⁴⁷.

Apesar deste tipo de reação freqüente no discurso da classe dominante da segunda metade do Século XIX, a diminuição da população escrava provoca considerações sobre a alternativa da utilização de mão-de-obra livre que são acompanhadas de informações que indicam a existência de uma população disponível. Indícios da existência desta população aparecem, dispersamente, nas discussões sobre o problema de mão-de-obra, registrados na documentação deste período. Em

1861 o sócio do Imperial Instituto, Manoel Pinto da Rocha dirige um officio a este Instituto onde informa a existência de uma população desocupada "que deveria ser coagida a melhor ocupação mediante uma lei especial" ⁴⁸. O mesmo sócio, participando em 1871 de uma reunião com outros produtores de açúcar cuja pauta é a falta de braços, faz considerações sobre a carência de mão-de-obra e se refere a uma população livre que prefere mariscar a trabalhar nos engenhos. Como forma de compeler estas pessoas ao trabalho, sugere o recrutamento, argumentando que na época da Guerra do Paraguai, elas preferiram trabalhar a serem recrutadas ⁴⁹. Em uma sessão da Assembléia Provincial, em 1879, um deputado defende a instalação das Fábricas Centrais que inclusive atuariam como " escolas práticas que guiarão as populações rurais tão abandonadas , tão entregues à ignorância e aos vícios, essas fabricas irão levá-las ao amor ao trabalho e consequentemente ao respeito à lei" ⁵⁰.

Diante da inevitabilidade da substituição de braços escravos por livres ⁵¹, a classe dominante tenta organizar o trabalho para não perder o controle da situação e continuar exercendo papel semelhante ao que exercia no contexto escravista.

Para o aproveitamento do elemento nacional , entretanto, existe a questão de como reage este elemento diante da pressão da classe dominante, que depende exclusivamente da resposta desta população disponível. Os indícios levam a crer que apesar de miseráveis, sem terras, sem nenhuma estabilidade, vagando de fazenda em fazenda ou mariscando para sobreviver, estas pessoas não aceitam facilmente se submeter

no poder do Senhor de Engenho e demonstram esta rebeldia através da indolência, da vadiagem ou do exercício de atividades marginais como a mariscagem.

5. O Elemento Estrangeiro e as Tentativas de Colonização no Recôncavo.

Os problemas de mão-de-obra e o atraso da técnica, que sufocam a economia açucareira, provocam, por parte dos produtores de açúcar, uma procura de soluções alternativas. Uma delas é a utilização em postos chave da agro-indústria do açúcar, de alguns trabalhadores estrangeiros conhecedores de uma técnica mais avançada.

Algumas referências sobre a introdução destes trabalhadores estão registradas nos discursos da classe dominante da segunda metade do século XIX. No começo da década de 50, a "Comissão do Melhoramento para o fabrico do assucar", nomeada pelo governo para observar na Europa e E.E.U.U. os avanços introduzidos no cultivo de cana e fabrico do açúcar teve como uma de suas incumbências contratar, nos lugares visitados, trabalhadores de campo para alguns engenhos⁵². O relatório do Imperial Instituto de 1862 referindo-se à inovação de empregar-se o bagaço de cana úmido como combustível, solicita através da presidência da província que o Ministro Brasileiro nos E.E.U.U. mande examinar a validade do invento e, caso seja aprovado, contrate um engenheiro mecânico e dois operários práticos⁵³. Na reunião da Diretoria de 03.11.1862 é nomeada uma comissão composta pelo Barão de Cotegipe e pelo Barão de São Lourenço para examinar a proposta, que

é aprovada, do sócio Miguel de Teive e Argollo para contratação na ilha Mauricio, de pequeno número de cules asiáticos " para serem empregados nos diferentes ramos da cultura da Província" ⁵⁴. Ainda na década de 60, dois comissários brasileiros contratam um trabalhador especializado americano, visando o "melhoramento agrícola e também o das máquinas" ⁵⁵. O ordenado deste trabalhador - 8 contos de réis - foi pago por alguns senhores de engenho que ficaram penalizados quando após 2 anos de trabalho o americano teve que, devido à guerra, regressar aos E.E.U.U. Outras referências à utilização de estrangeiros em setores especializados da agro-indústria do açúcar se encontram na documentação do I.I.B.A. que trata especificamente da Escola Agrícola de S. Bento das Lages. Este assunto, será tratado com mais detalhes no capítulo deste trabalho referente ao funcionamento dessa escola, que, na nossa opinião, é um grande espaço aberto pelo sistema escravista para a utilização de mão-de-obra livre e especializada.

Apesar das contratações de alguns elementos estrangeiros serem aceitas e mesmo solicitadas por alguns senhores de engenho, no que se refere à introdução mais sistemática de uma maior quantidade de trabalhadores estrangeiros, as facilidades permitidas pelo sistema escravista são mais restritas e conflitadas.

Durante o Século XIX algumas propostas de introdução de colonos no Recôncavo da Bahia são feitas por particulares e pelo Governo. Em 1835 o Marquês de Abrantes "formou uma campanha para a introdução na zona açucareira de imigrantes espanhóis e portugueses das ilhas do Atlântico" ⁵⁶. Segundo Pang não houve uma vinda significativa destes colo -

12

nos, provavelmente porque a situação instável do Período Regencial e as revoltas urbanas de Salvador, neste período, não favoreciam a este tipo de iniciativa. Em 1856, Thomaz Pedreira Geremoabo - proprietário de terras no Recôncavo e membro do I.I.B.A. - propõe ao Governo provincial "um plano ambicioso e inovador para aumentar a oferta de mão-de-obra e revitalizar a cultura da cana" ⁵⁷. Geremoabo pretendia introduzir colonos belgas, suíços e alemães pelo sistema de parceria, porém apenas 105 portugueses são importados e logo a maioria deles abandona as terras e vai para as cidades do Recôncavo. Na década de 80 o Governo Imperial envia ao I.I.B.A. duas propostas para serem analisadas, sobre a vinda para a zona açucareira de colonos de Tenerife e da Europa. A primeira ⁵⁸ é aceita pelos membros desta Instituição, sob o argumento de que a semelhança de clima possibilitaria uma melhor adaptação a cultura da cana, e os membros do I.I.B.A. propõem um contrato de parceria na base de 2/3 para o proprietário e 1/3 para o colono; a segunda ⁵⁹ é rejeitada sob o pretexto da não-adaptação do colono europeu ao nosso clima e ao trabalho pesado na agro-indústria do açúcar.

Não se tem notícias, na documentação consultada, nem da vinda de europeus, nem de colonos do Tenerife e que na nossa opinião demonstra, juntamente com as tentativas feitas pelo Marquês de Abrantes e por Geremoabo, o fracasso da colonização estrangeira no Recôncavo. O receio dos proprietários em introduzir em suas terras elementos conhecedores de uma tecnologia mais avançada contribuiu para este resultado. O conflito dos produtores de açúcar, entre o medo e a necessidade de mudanças, será analisado com mais detalhes, na

parte deste trabalho referente à "modernização proposta pelos produtores de açúcar".

6. A Incompatibilidade entre o Trabalho Escravo e o Livre Desejo de Autonomia dos Trabalhadores.

Peter Eisenberg no seu trabalho "O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no Século XIX", defendendo a idéia de que na Província de S. Paulo a transição do trabalho escravo para o livre ocorre gradativamente durante o século XIX, coloca-se contra o chavão que a escravidão e o trabalho livre foram sistemas historicamente incompatíveis⁶⁰.

No caso da Bahia esta questão de incompatibilidade, frequentemente mencionada nos discursos da segunda metade do século XIX, está ligada aos vários aspectos do problema de mão-de-obra. O conhecimento da posição da classe dominante frente à utilização de mão-de-obra livre, seja nacional ou estrangeira, e a reação da população disponível diante do trabalho assalariado são fundamentais para o entendimento das várias nuances desta questão.

No pequeno espaço aberto para o trabalho livre pelo sistema escravista, conflitavam-se não apenas os interesses contraditórios dos produtores de açúcar e dos trabalhadores, mas também as opiniões divergentes da própria classe dominante. Alguns discursos, que tratam da questão da colonização nacional ou estrangeira registram estes conflitos de interesses, mascarados, inclusive, pelo argumento da in

compatibilidade entre trabalho escravo e livre.

Na Fala de 1863, o Presidente da Província, Sá e Albuquerque defende a posição de que a lavoura do fumo é mais compensadora do que a da cana, inclusive, porque não precisa dos "braços da colonização estrangeira, que já jamais concorrerão ou prosperarão em quanto houver escravidão" ⁶¹. Ainda em 1863, os membros do I.I.B.A. também se colocam contra a colonização estrangeira, considerando que os seus resultados em outros pontos do país foram desanimadores e sugerem que, através da instrução agrícola, se pode "desvanecer a repugnância que nossos patricios tem a lavoura", já que apesar da escravidão afugentar o braço livre este não pode ser dispensado, considerando-se a inevitável diminuição da população escrava" ⁶².

Na discussão transcrita nos Anais de 1879, sobre a situação da lavoura açucareira, o deputado Carneiro da Rocha coloca as dificuldades para se resolver o problema da falta de braços porque "mesmo com o salário elevado não é fácil conseguir operarios que trabalhem na lavoura. Nossa população não está convenientemente educada, não tem estímulos de modo que com maior ou menor salario possa aplicar-se a certos serviços que julga, conforme a opinião geral, muito rudes e mesmo incompatível com o estado de liberdade. Felizmente hoje já não se julga que o trabalho da lavoura deve ser feito somente pelos escravos, como outr'ora, em que o individuo livre se julgava aviltado de trabalhar na lavoura, porém, mesmo assim, embora não se considere aviltado, ou por natureza de nossa raça ou por qualquer outro motivo, os nossos trabalhadores não se empregam no serviço da lavoura, de modo

que ainda quando se empreste capitães à lavoura, ella não po
de obter esses braços para rotear os seus campos" 63.

A ata da sessão de inauguração da Sociedade Baiana de Imigração realizada em 19.03.1886, à qual comparece cerca de quinhentos cavalheiros "de todas as classes so
ciaes, nacionaes e estrangeiros", registra a preocupação dos seus membros com a situação da lavoura, "que vaee definhando por carência de braços pois que acham-se extintas as fontes da escravidão" e o seu propósito de superação deste proble
ma, através da criação de um centro de imigração. O Dr. Leovigildo Filgueiras, membro da Sociedade, criticando os "abo
licionistas idealistas", se coloca radicalmente contra a co
lonização nacional pois "crê ainda menos no liberto, como fac
tor de trabalho agrícola do que no escravo, que há de em bre
ve desaparecer" e é contestado pelo Conselheiro Jeronimo So
dré Pereira que defendendo a posição de que "o litoral não
carece de imigrante" se coloca como um adepto da colonização nacional pois "espera muito do trabalho dos libertos e dos
ingenuos" 64.

Os interesses que provavelmente motivam es
ses discursos e discussões são as vezes denunciados pelos pró
prios contemporâneos. Na discussão sobre seca e socorro indi
gentes, transcrito nos Anais da Província de 1889, o deputa
do A. Bahia criticando o estabelecimento de colônias estrangeiras, enquanto existe uma população faminta e desempregada diz, textualmente, que "para qualquer enriquecer não precisa
mais do que introduzir imigrantes". Dando como exemplo a cida
de de Cachoeira "invadida por uma horda de famintos, pedindo
socorros, isto é pedindo trabalho pão", apela para que se dê

preferência aos nacionais e não aos imigrantes estrangeiros. O deputado Hermelino Leão coloca que o problema não é a falta de braços nacionais e sim o fato de que "os libertos não querem sujeitar-se ao trabalho", apesar da existência da Sociedade Treze de Maio cujo fim principal é dar assistência aos libertos, defendê-los e auxiliá-los na obtenção do trabalho.

As discussões acima transcritas sobre a validade da colonização nacional e estrangeira refletem também a contradição de interesses entre produtores e trabalhadores vista pela ótica da classe dominante. As razões pelas quais explicam a reação do trabalhador livre ao trabalho assalariado, pode-se acrescentar: os salários que provavelmente não deveriam motivar a adaptação a um trabalho duro e pesado como o da agro-indústria do açúcar; o desejo do escravo, do liberto e do livre em se emancipar do senhor ou do patrão, seja através de atividades marginais seja de atividades de subsistência, e se possível tornando-se proprietário.

O objetivo de conseguir uma certa autonomia, faz com que o escravo aceite que a camada senhorial empresária transfira para ele "a produção de pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação" ⁶⁵, permitindo para isto que se aposse de um determinado pedaço de terra e utilize suas horas livres a fim de trabalhar para si.

Este é o fenômeno que Ciro Cardoso denomina de "Brechas Camponesas". O próprio escravo, apesar da dupla exploração de seu trabalho, reivindica trabalhar para seu sustento ⁶⁶ chegando mesmo em alguns lugares a reagir contra as

leis que obrigavam os senhores a provê-lo de roupa e alimentação. Esse autor afirma "que em todas colônias ou regiões escravistas - embora em proporções variáveis - muitos dos escravos dispunham de lotes em usufruto e do tempo para cultivá-los" e faz uma análise da atuação destas brechas no sistema escravista do Sul dos E.E.U.U., América do Sul, Área do Mar das Caraíbas, Antilhas Espanholas, Britânicas e Francesas. No caso do Brasil, ele considera que a "brecha camponeza" ainda é um aspecto do sistema escravista pouco estudado, mas que revelará a sua importância quando desenvolver-se o estudo acerca deste tema.

Em relação especificamente à Bahia, refere-se a dois documentos, publicados por Stuart B. Schurtz, nos quais um grupo de escravos fugidos estabelece entre as condições para voltar à fazenda, a exigência de dois dias da semana - sexta-feira e sábado - para plantar para si no terreno que quisessem sem para isto precisar pedir licença. Segundo Schurtz tais "exigências relativas a dois dias livres sem responsabilidades no engenho com direito a pescar, plantar arroz e cortar lenha, indicam um certo grau de independência e auto-suficiência" ⁶⁷.

O desejo e a luta pela autonomia manifesta - dos pelos escravos se estende ao liberto e ao livre sem recursos, que pouco motivados pelas condições de trabalho oferecidos nos engenhos e sem terras para se estabelecer, vagam pelo Recôncavo da Bahia, enquanto a classe dominante explica essa rebeldia pela incompatibilidade entre trabalho escravo e livre, pela falta de educação e pela índole preguiçosa do liberto e do livre nacional.

Referências Bibliográficas

1. NOVAIS, Fernando - Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial - São Paulo - Ed. Brasiliense - 1978 - pág. 11.

"A colonização moderna, portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr. tem uma natureza essencialmente comercial; produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia, eis no fundo, o sentido da colonização".

2. NOVAIS, Fernando - op. cit. - pág. 157.

3. NOVAIS, Fernando - op. cit. - pág. 30.

"... a implantação de escravismo colonial, longe de ter sido uma opção, foi uma imposição das condições histórico-econômicas".

4. PINSCKY, Jaime - Escravidão no Brasil - São Paulo - Ed. Panna - 1981 - pág. 17.

5. FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil - S. Paulo - Cia. Editora Nacional - 1968 - pág. 13.

6. NOVAIS, Fernando - op. cit. - pág. 32.

"Mas na "preferência" pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista de colonização;... o tráfico negreiro, isto é o abasteci

mento das colônias em escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial. Esse talvez seja o segredo da melhor "adaptação" do negro à lavoura".

7. NOVAIS, Fernando - Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1877-1808) - S. Paulo - Ed. Hucitec-1979.

"O exemplo da Bahia é ainda mais típico: desde o século XVII, vinha se desenvolvendo e se avolumando o tráfico direto com a Costa da Mina, do qual ficavam praticamente excluídos os mercadores metropolitanos".

8. NOVAIS, Fernando - op. cit. - pág. 124.

"É neste contexto que se gera como demonstrou Eric Williams, a campanha inglesa contra o tráfico negreiro, que era a forma indireta de atacar o antigo sistema colonial no seu cerne, o que entra em crise é, pois o próprio sistema colonial como um todo".

9. PRADO JÚNIOR, Caio - História Econômica do Brasil - São Paulo - Ed. Brasiliense - 1967 - pág. 145.

10. HOLANDA, Sérgio Buarque - História da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico II - São Paulo - Difusão Européia do Livro - 1971 - pág. 142.

11. Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia Antonio Coelho de Sá e Albuquerque no dia 1º de março de 1863.

- 12 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 10/12/1863.
- 13 . Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia Francisco Gonçalves Martins em 1º de março de 1852.
- 14 . WESTPHALLEN, Bach e KROHW - 1828 - 1928 - Bahia, s.c.p., 1928.
"A província da Bahia que entre os anos de 1812 a 1830 havia importado 136.000 escravos, importação que depois cresce para 40.000 a 70.000 por ano, tem sua população gradativamente diminuída depois de 1850".
- 15 . CONRAD, Robert - Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil - Rio de Janeiro - Ed. Civilização Brasileira - 1978 - pág. 35.
"As condições de vida dos escravos causava excesso de mortes sobre nascimentos. A população escrava brasileira estava "diminuindo exceto pelos carregantes de africanos que eram trazidos normalmente da costa para substituir os mortos".
- 16 . Na Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia João Maurício Wanderley "se refere à diminuição da população escrava atingida "pela mortalidade dos escravos e mesmo pela venda delles para outras províncias que os pagam por extraordinários preços", em 1856.
- 17 . CONRAD, Robert - op. cit. - pág. 68.

"Os compradores de escravos iam de sítio em sítio , de porta em porta, disse um membro baiano da câmara de Deputados em 1854, oferecendo aos proprietários mais setecentos ou oitocentos mil réis por um escravo que talvez estivesse para seu dono uma renda anual de trinta a quarenta mil réis.

- 18 . CONRAD, Robert - op. cit. - pág. 357 - tabela 9.

"Aumentos e perdas registrados de escravos.

PROVINCIA	AUMENTO LIQUIDO	PERDA LIQUIDA
Bahia	-	4.041

Nesta tabela onde estão registrados as perdas líquidas de todas as Províncias do Nordeste, a Bahia está em 3º lugar, estando no 1º o Ceará (7.104) e em 2º Pernambuco (4.426).

- 19 . Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia João Maurício Wanderley "... porém continua a imigração de braços para o sul sem que sejam por qualquer forma ou substituídos ou impedido esse comércio bárbaro que re - produz os horrores do antigo tráfico da costa d'africa, empobrecendo a provincia".

Nesta falla o Presidente da Provincia se refere à existência de aproximadamente 40.000 escravos. Em 1º de março de 1855.

- 20 . SEIXAS, O. Rodrigues - Da cholera - morbus - epidemia de 1855 na provincia da Bahia.

21 . Ibid - pág. 45 - Bahia Typ. França Guerra - 1860

22 . CALMON, Francisco Marques do Góes - "Vida Econômica - Financeira da Bahia" - Salvador - CPE - 1978 -pág. 91.

Góes Calmon se refere à carta "de uma pessoa de responsabilidade política e econômica da época, datada de 28 de outubro de 1855" na qual lamenta que " em um ano que promettia alguma vantagem aos desgraçados lavradores, gozando o assucar de bom preço.Veuu, porem a cholera a aniquilar tudo, o crear u'a crise horrível, cujos effeitos por aqui já começam a patentear e a sentir-se".

23 . Anais da Assembléa Provincial - 1879.

"A transformação que aguarda a nossa agricultura se atuará acompanhada de serias difficuldades. A crise que resultará da falta de braços e para causar cuidados e preocupações".

24 . Falla que recitou o Presidente da Província Pedro Luiz Pereira de Souza, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Provincia em 9 de abril de 1884.

Colonização

"A próxima transição do trabalho servil ao trabalho livre é ainda uma prova d'este asserto que deve merecer a atenção dos poderes superiores do Estado para salvar a lavoura do atrazo ou ruina, em que vae precipitar a rápida ausencia das forças produtoras com a extinção do estado servil".

25 . Atas das Sessões da Directoria do I.I.B.A. - 21/5/84.

"O Sr. Barão de S. Francisco como presidente do Instituto cujos estatutos conferem poderes a sua Directoria para representar ao Governo geral e provincial em tudo que concerne com os interesses da lavoura e em attenção ao Estado agitado pelo abolicionistas que vão provocando em outras Províncias a desorganização do trabalho, entendido e foi apoiado pela Directoria que se dirigisse aos poderes geral, uma representação pedindo garantias ao direito de propriedade e que a emancipação fosse sendo feita de accordo com a lei votada evitando-se reacções tumultuosas".

26 . Falla que recitou o Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 4 de outubro de 1887.

"As propriedades rurais vacillam em suas bases e ameaçam desmronar-se quando soar a última hora do elemento servil".

27 . Falla - 01/03/1850 - op. cit.

"A grande cultura será o último trabalho a ser partilhado pelos homens livres do Paiz".

28 . EISENBERG, Peter - O Homem esquecido: O trabalhador livre nacional no Século XIX - Santos - 1976-pág. 5.

29 . Falla que recitou o Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 1º de março de 1852.

- 30 . Falla - 1852 - op. cit.
- 31 . Anais da Assembléa Provincial - 1879.
"A transformação que aguarda a nossa agricultura se atuará acompanhada de serias dificuldades. A crise que resultará da falta de braços é para causar cuidados e pre-
ocupações".
- 32 . Ata da Sociedade Brasileira de Imigração - 1886.
- 33 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 17/10/1884.
- 34 . Falla que recitou o Presidente da Província João Lins Vieira de Cansanção Sinimbu - pág. 89.
- 35 . Falla - 1863 - op. cit.
"Então a escravidão se irá desimando, o trabalho livre adquirindo seus foros e domínios, e o seio da terra se abrirá para entregar ao homem infinitos riquezas que encerra".
- 36 . Anais da Assembléa Provincial - 1879.
- 37 . Ata da Inauguração da Sociedade Bahiana de Imigração - 1886.
- 38 . Idem
- 39 . LYRA, Henrique Jorge Buckingham - A Crise de Mão-de-Obra na Lavoura Baiana (Séc.XIX) - Comunicação apresenta-

da ao II Encontro Nacional do AFEF - 1980.

40 . LYRA, Henrique Jorge Buckingham - op. cit.

População livre e escrava na Província da Bahia no ano de 1872.

POPULAÇÃO LIVRE	1.211.792	87,84%
POPULAÇÃO ESCRAVA	167.824	12,16%
TOTAL:	1.379.616	100,00%

FONTE: Censo de 1872

in Lyra - ob. citada - pág. 7.

41 . EISENBERG, Peter L.- op. cit.

"O crescimento da população livre e nativa fosse por reprodução natural, por imigração ou por emancipação de escravos, era tanto, que no século XIX em quase todas as províncias do Império o número de pessoas livres era sempre maior que o número de escravos".

42 . Lyra - op. cit. - pág. 2.

43 . Lyra - op. cit. - pág. 4.

"Já em 1816/1818 Tollenare, por exemplo, em suas observações feitas na área rural de Pernambuco, dividiu a população agrícola não escrava em 3 categorias:

- Os senhores de engenho, grandes proprietários;
- Os lavradores, espécie de rendeiros;
- Os moradores ou pequenos colonos.

44 . Lyra - op. cit. - pág. 5.

"Jacob Gorender dividiu em tres categorias os indivi -
duos à margem da relação escravista de produção:

- Homens livres assalariados na plantagem;
- Os homens livres agregados;
- Os pequenos cultivadores não escravistas independen -
tes.

45 . Lyra - op. cit. - pág. 5.

46 . Falla de 1857 - op. cit. - pág. 80

47 . Anais da Assembléia Provincial de 1873/74.

48 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Provín -
cia - 17/06/1861.

49 . Série "Falta de braços para a lavoura" - 28/09/1871.

50 . Anais da Assembléia Provincial de 1879 - vol. II.

51 . Anais da Assembléia Provincial de 1879.

"Mas o certo senhor presidente, é que a lavoura está
destinada a passar por uma grande e inevitável transfor -
mação, talvez por uma transformação radical e à medida
que os braços escravos forem escasseando, mais urgente
e indeclinável se fará a transição para o trabalho li -
vre".

52 . Falla de 01/03/1854 - op. cit.

- 53 . Falla que recitou o Presidente da Província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 15 de novembro de 1862.
- 54 . Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A., - 03/11/1862.
- 55 . Colonos e Colonias - 12/02/1870.
- 56 . PANG, Eul Soo - Bahia's Planter Elites and Their Attempto Moderniza Agriculture:(1842-1889) - Vanderbilt University - pág. 17 - tradução da autora.
- 57 . Pang - op. cit. - pág. 18.
- 58 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 6/3/1885.
- 59 . Ibid - 17/10/1884
- 60 . EISENBERG, Peter - op. cit. - pág. 01.
- 61 . Grifo da autora - Falla de 1863 - op. cit.
- 62 . Falla de 1863 - op. cit. - Relatório do I.I.B.A. - grifo da autora.
- 63 . Anais da Assembléa Provincial de 1879 - Grifo da autora.

64 . Ata da inauguração da Sociedade Bahiana de Imigração.

65 . NOVAIS, Fernando - "Estrutura e Dinâmica" - op.cit. -
pág. 34.

CARDOSO, Ciro Flamarión S. - Agricultura, Escravidão e
Capitalismo - Petrópolis - Ed. Vozes - 1979.

"Do ponto de vista econômico, a atribuição de uma par-
cela, e do tempo para cultivá-la, cumpria uma função
bem definida no quadro do sistema escravista: a de
minimizar o custo de manutenção e reprodução da for-
ça de trabalho".

66 . CARDOSO - op. cit. - pág. 137.

"Para o escravo, a margem de autonomia representada
pela possibilidade de dispor de uma economia própria
era muito importante econômica e psicologicamente".

67 . CARDOSO - op. cit. - pág. 139.

Capítulo II - A Modernização Proposta Pelos Produtores de Açúcar.

1. A Exploração Colonial e os Obstáculos à Inovação Técnica.

No sistema de colonização que Portugal im-
planta no Brasil, a colônia é reduzida a um tipo de explo-
ração em que é aplicado um mínimo de capital e exigido o
máximo de produção, visando a maior margem possível de lu-
cros para a Metrópole ¹.

O comércio tem um papel fundamental na rela-
ção Metrópole/Colônia no modo como se processa a produção
no Brasil, e o seu exclusivismo garante a Portugal e aos
comerciantes a apropriação dos lucros da economia colonial.

Segundo Celso Furtado, existe no Brasil co-
lonial uma margem para a capitalização que permitiria à
economia açucareira autofinanciar uma duplicação de sua ca-
pacidade produtiva a cada dois anos. Essa potencialidade fi-
nanceira, entretanto é utilizada excepcionalmente pois a
maior parte dos capitais é absorvida pela Metrópole ².

Dentro desse mecanismo de distribuição desi-
gual de renda, o que é reservado para a aplicação nos enge-
nhos é mínimo, principalmente se se levar em conta que par-
te dos capitais que fica com os produtores não é empregado
produtivamente.

Nos fins do século XVIII "uma pessoa profun-
damente conhecedora da vida econômica brasileira" ³ aborda

a relação entre a aplicação não produtiva de parte dos lucros obtidos pelo senhor de engenho e a debilidade da economia açucareira. Esse autor anônimo ⁴ aborda também a necessidade do fornecimento de fundos aos lavradores e sugere a organização de um Banco de Crédito Agrícola, com capital "morto" das Irmandades e Confrarias subscrito em apólices (ações) de 1.000.00 para resolver a crise creditícia, estabilizar e incrementar as atividades agrícolas, fugindo ao financiamento monopolista das casas exportadoras.

Os sucessivos e onerosos empréstimos a título de adiantamento, feitos pelos senhores de engenho e comerciantes, que acumulam a função de exportadores, colocam a agricultura sempre em dívida com o comércio, situação da qual a lavoura vem tentando "desempenhar-se" ⁵. Essa emancipação, entretanto, é dificultada pela hostilidade dos comerciantes financiadores que lucram com este sistema de crédito e pela imprevidência dos senhores de engenho a qual impede a capitalização e o auto-financiamento ⁶.

A acomodação dos produtores de açúcar à essa distribuição desigual de renda é explicada pela dependência aos comerciantes, financiadores da produção. Tal dependência é determinada pela necessidade de crédito que "penetra em todas as operações econômicas, para a compra da cana, o pagamento de salários, a aquisição de escravos e a venda de açúcar" ⁷. O comerciante fornece dinheiro para as necessidades do senhor de engenho em troca da produção.

O mecanismo de fornecimento de capitais garantido em cima da produção só se estabelece a partir de 1640, pois até aí os senhores de engenho "são também res -

ponsáveis da comercialização de sua produção"⁸. A subordinação do senhor de engenho à necessidade de capitais, entretanto, já é registrada por Fernão Cardim no século XVI e por Antonil no começo do século XVII⁹.

Além da relação de dependência que não permite ao senhor de engenho contestar a apropriação da maior parte dos lucros da economia açucareira pelos comerciantes e pela metrópole, a estrutura sócio econômica que se organiza no Brasil possibilita o funcionamento e manutenção do sistema porque a estrutura escravista determina a concentração da renda que permanece na colônia nas mãos dos produtores¹⁰.

As consequências da distribuição desigual de capitais entre a Metrópole e a colônia e a aplicação improdutiva que os senhores de engenho fazem da maior parte dos capitais que fica na economia açucareira, determina também o baixo nível tecnológico que acompanha toda a história da agro-indústria açucareira do Recôncavo da Bahia, desde a sua implantação até a sua decadência. As contradições do modo de produção implantado no Brasil-Colônia, determinam o baixo nível de tecnologia açucareira, prejudicada pela exigência metropolitana em obter um máximo de produção e lucro empregando um mínimo de capitais.

A contradição básica se processa na essência da produção colonial, destinada a concorrer no mercado externo e, internamente dependente de um sistema de trabalho incompatível como progresso tecnológico¹¹.

A precariedade da aplicação de capitais na economia açucareira está relacionada com a sua distribuição

desigual entre metrópole e colônia. Entretanto, mesmo de
pois do rompimento dos laços coloniais, alguns aspectos
dos sistemas permanecem através da dependência do senhor
de engenho aos comerciantes, que continuaram donos dos capi-
tais.

O dado novo que aparece nesse quadro, é a
situação de crise, que após a independência, se estabelece
na economia açucareira. Durante a segunda metade do século
XIX vai se agravando, com momentos de mais e menos intensi-
dade, a precariedade da agro-indústria do açúcar. A falta
de capitais e a estrutura escravista dificultando o pro-
gresso técnico, provocam a baixa produtividade de uma eco-
nomia que depende basicamente do mercado externo.

Assim, intensificam-se as dificuldades na
área de circulação do açúcar porque a concorrência interna-
cional exige um produto de melhor qualidade e menor preço,
e se agravam os problemas na área de produção, carente de
braços, de capitais e de tecnologia adequada que permitam
uma quantidade e uma qualidade de açúcar suficientes para
enfrentar as exigências do mercado internacional.

2. A Natureza das Propostas Modernizadoras.

Os obstáculos ao desenvolvimento da agro-in-
dústria do açúcar são fortalecidos pela atitude dos agri-
cultores que ou por receio de mudança, mesmo aquelas mera-
mente tecnológicas, ou por falta de uma infra-estrutura fi-
nanceira que permita inovações nas suas propriedades reg-
gem às soluções modernizadoras.

Apesar de todas essas dificuldades alguns setores da classe dominante chamam por transformações que solucionem ou pelo menos aliviem a situação crítica da economia açucareira. As tentativas de superar as deficiências na agro-indústria do açúcar se sucedem, durante o século XIX, com maior ou menor intensidade de acordo com as circunstâncias. O caráter dessas propostas de mudanças é, entretanto, essencialmente conservador, visando promover melhoramentos técnicos sem mexer na estrutura sócio-econômica.

Nos fins do século XVIII e começo do XIX o Governo Português, pressionado pela situação precária da economia açucareira, provocada pela baixa do preço do açúcar, interessa-se em promover transformações na agricultura brasileira, com o objetivo de reduzir o custo da produção e melhorar a situação do Brasil no mercado internacional. Segundo J.H. Galloway que no seu trabalho "Agricultural reform and the enlightenment in late colonial Brazil" ¹² faz uma avaliação da influência do iluminismo europeu nas mudanças ocorridas no Brasil, as autoridades portuguesas conscientes das implicações que teria uma reforma mais ampla optam pela realização de mudanças técnicas, ignorando a reforma social.

Diante dessas questões se colocam e se posicionam: o economista e conselheiro do Governo, Silva Lisboa; o diretor do Jardim Botânico, Dr. Vandelli; o educador e filho de plantador de açúcar, Bispo de Azeredo Coutinho; o desembargador Rodrigues de Britto e o professor Luis dos Santos Vilhena, autor de cartas nas quais analisa a si

tuação da Bahia nos fins do século XVIII. As posições desses reformadores, como os denomina Galloway, variam em qualidade e profundidade, contradizendo-se em alguns aspectos e concordando em outros.

A monocultura e o latifúndio são criticados respectivamente por Azeredo Coutinho, que sugere a diversificação da agricultura, e por Dr. Vandelli, que juntamente com Luis dos Santos Vilhena, considera a concentração de terras prejudicial ao desenvolvimento da economia baiana. Vilhena, quando se coloca contra a divisão da sociedade colonial em uma minoria de proprietários e uma maioria sem terras, propõe que terrenos tirados dos latifúndios sejam cultivados pela população ociosa das cidades, que seria transferida para o campo.

As críticas ao trabalho escravo abrem um leque de posições e opiniões. Azeredo Coutinho se coloca abertamente a favor do sistema escravista; R. de Britto é da opinião que os escravos deveriam ter esperança de liberdade pois a perpetuidade da escravidão lança-os à inércia; Vilhena considera que os escravos são trabalhadores indolentes e preguiçosos e que o regime de escravidão afasta o trabalhador livre, mas admite que ainda são necessários na produção açucareira; Silva Lisboa usando o mesmo argumento da não-productividade do escravo, coloca-se contra a escravidão e contra a importação do colono negro.

As sugestões de alternativas para o trabalho escravo acompanham a crítica ao escravismo. Vilhena sugere que parte do contingente da população ociosa das cidades seja transferida para a zona rural e aproveitada como mão-

de-obra livre nos engenhos; Silva Lisboa defende a migração de colonos estrangeiros e recomenda a Rodrigo de Souza Coutinho - secretário para os domínios ultramarinos - a criação de uma escola de agricultura; Rodrigues de Britto¹³ se declara a favor de atrair os "chinos e índios orientais" que, além de braços laboriosos, seriam exemplo contra a vadiagem dos nossos porque o mesmo hé não ter homens que tê-los ociosos" e argumentando a partir dessa ociosidade do elemento nacional defende o trabalho forçado, colocando como um dos obstáculos ao desenvolvimento da economia baiana, a falta de capitais; Britto, refere-se à necessidade de fornecimento de fundos aos lavradores para pagamento de salários, compra de instrumentos, sementes e materiais.

As opiniões de Rodrigues de Britto estão expressas nas respostas ao questionário, datado de 12 de maio de 1807, em que as autoridades portuguesas indagam sobre a situação da lavoura e do comércio na Bahia. Através desse questionário, enviado à Camara da Cidade do Salvador para ser respondidos por "cidadãos entendidos, lavradores, comerciantes e pessoas versadas em Economia Política", pretende-se coletar informações e pareceres sobre a realidade baiana, como subsídios para as reformas. Porém nem os pareceres das pessoas que respondem os questionários, nem as opiniões dos outros reformadores são aproveitadas. As sugestões em relação à diversificação da agricultura, divisão de terras e a adoção de medidas alternativas para o trabalho escravo como a utilização de mão-de-obra livre nacional, a importação de colonos estrangeiros e a criação de uma escola agrícola não são aceitas. As autoridades por

tuguesas delineam uma política de reformas sem levar em conta as questões levantadas pelos reformadores, limitando-se à introdução de melhoramentos técnicos através de experiências com novas sementes e novos métodos de cultivo da cana e fabrico de açúcar e à tentativa de disseminação de livros especializados em agricultura, objetivando melhorar o nível de informação dos lavradores ¹⁴.

Os resultados dessa política delineada dentro dos objetivos limitados não trazem grandes transformações para a economia baiana. A falta de interesse, a ignorância dos lavradores e das autoridades locais e principalmente a falta de recursos materiais são alguns dos obstáculos que impedem a maior disseminação. Os melhoramentos introduzidos na agro-indústria do açúcar não atingem a maioria dos produtores que continua a utilizar uma tecnologia ultrapassada e não são beneficiados nem com a introdução de instrumentos nem com as informações sobre agricultura publicadas nos manuais enviados ao Brasil ¹⁵.

Dentro desse contexto, que marginaliza a maioria dos produtores dos benefícios trazidos pelo progresso da tecnologia, a situação favorável da economia açucareira permite, na 1ª metade do século ¹⁶, que uma elite de senhores de engenho realize nas suas propriedades experiências no cultivo da cana e no fabrico de açúcar.

Nos trabalhos de Francisco Marques de Góes Calmon ¹⁷ e de Eul Soo Pang ¹⁸ encontram-se alguns dados sobre esses produtores e suas experiências. Calmon que os considera "pioneiros de uma verdadeira revolução" informa que Felisberto Caldeira Brant inovou o fabrico do açúcar utilizando máquina a vapor e "as águas dos rios até então desa-

proveitadas para propellir engenhos de canna que demorassem nas sua margens"; Francisco Agostinho Gomes "fez vir de Portugal e da Inglaterra diferentes machinas e instrumentos a propriados para o melhoramento dos processos agrícolas de nossa terra"; Manoel Ferreira da Camara "no anno de 1806 , fez-se senhor do Engenho da Ponta, e logo reformou forna - lhas, aproveitando melhor o assucar, modificou os tubos da roda d'agua e plantou os mangues que se julgavam incapazes de produzir 'assucar"¹⁹. Pang, complementa estes dados, registrando que em 1815, em Santo Amaro são instaladas máquinas a vapor nos Engenhos Boa Vista e Pimentel e que no ano seguinte Manoel Lima Pereira, senhor do Engenho da Praia no Vale do Iguape experimenta a cana cayana, produzindo mais cana por acre²⁰. Esse autor também atribui estas iniciativas inovadoras à revitalização da economia açucareira nas duas primeiras décadas do século, registrando, entretanto , que essa tecnologia não foi disseminada em larga escala.

A modernização pretendida pelo Governo Português visava fortalecer o papel da exportação e reforçar os laços coloniais. Todavia, mesmo depois de rompido o sistema colonial, as propostas dos produtores para a transformação da economia açucareira continuam se caracterizando pela superficialidade e pelo conservadorismo. As tentativas de reformas prosseguem limitadas à introdução de melhoramentos técnicos e à publicação de obras especializadas sobre agricultura.

Entre as tentativas de instruir os lavradores de cana sobre os principais problemas da agro-indústria

do açúcar, destacam-se dois trabalhos publicados na década de 50. O primeiro livro, publicado em 1853, é escrito pelo proprietário de engenho na Bahia, F.M.B. D'Aragão que visita na Europa fábricas de açúcar de beterraba e convencido de que os melhoramentos aí introduzidos poderiam ser aplicados ao açúcar de cana, resolve escrever o "Manual do Fabricante de Assucar", o qual é "offrecido aos proprietários de engenhos e aos mestres de assucar". Nesse trabalho o autor tenta convencer "os compatriotas" da necessidade de uma reforma imediata no fabrico do açúcar para se lutar contra a rotina e animar a produção. Nas suas considerações, que atingem apenas a parte industrial, descreve os processos mais modernos das várias etapas da transformação do açúcar, observando que uma pequena reforma de 4 a 5 contos de réis nos engenhos proporcionaria meios para melhorar o antigo sistema ainda usado pela maioria dos produtores e justifica a necessidade de reformas como meio para enfrentar a crise da economia açucareira ²¹.

O segundo livro, publicado em 1858 e intitulado "O Lavrador Prático da Cana de Assucar" é uma tradução de J.E. da Silva Lisboa, médico de doentes de cólera na Santa Casa. O trabalho original é escrito em inglês por Leonard Way. Esta "obra contém huma noticia completa do cultivo e manufactura desta planta segundo os processos mais recentes e aperfeiçoados" foi traduzida a pedido de Sancho de Bittencourt Berenguer Cesar (proprietário de vários engenhos e membro do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura) e do Presidente da Província da Bahia em 1857, Cansação Vieira Sinimbu que segundo está registrado no Prefácio

pretende "passar a propriedade desta obra para a província".

Atualmente, exemplares do "Manual do Fabricante de Assucar" e do "Lavrador Prático da Cana de Assucar" encontram-se respectivamente nas bibliotecas do Instituto Histórico da Bahia e do Centro de Estudos Bahianos e essa é praticamente a única indicação do destino desses trabalhos²². O mais provável é que como o "Fazendeiro do Brasil", publicado no começo do século, também ficaram esquecidos no armazém do Governo.

Ao contrário das duas primeiras décadas do século, quando a situação da economia açucareira era mais favorável, a partir dos anos 20, as iniciativas individuais de introdução de uma tecnologia mais avançada se inibem diante da crise causada pelas guerras de independência e pela concorrência de outros centros produtores de açúcar no mercado internacional.

Em relação às iniciativas governamentais, destaca-se a "Comissão de Melhoramentos para o Fabrico do Assucar" patrocinada, no começo dos anos 50, pelo Governo da Província. Essa comissão, chefiada pelo Coronel Carson, foi nomeada para estudar na Europa, E.E.U.U. e Cuba os melhoramentos introduzidos no cultivo da cana e fabrico do açúcar com o objetivo de "avaliar quanto temos ainda que fazer para chegarmos a competir no fabrico do assucar com os países rivaes"²³. Além de observar o avanço da tecnologia, os membros dessa comissão deveriam adquirir instrumentos agrários mais aperfeiçoados, sementes e animais. Os resultados dos trabalhos da comissão se restringem a algumas informações sobre a situação da produção do açúcar na Lui

siãnia e em Cuba e a compra de instrumentos agrários, de se-
mentes, de nove animais e de um aparelho do sistema Rellwx,
com máquina a vapor - 40 cavalos - calculado para cem enxa-
das. Os 71:163\$255²⁴ gastos nestas compras não parecem ter
tido resultados concretamente compensadores. As observações
feitas no estrangeiro só teriam validade, segundo os mem-
bros da Comissão, se comparados com a realidade do Recôncavo
e por isso um dos seus membros, Joaquim Antonio Martinho
Filho, recebe uma gratificação de 200\$000 para percorrer os
engenhos e fazer comparação com o que viu nas viagens aos
E.E.U.U. e Europa. A máquina Rellwx, na qual foram empregados
mais de 50% do total gasto nessas compras, torna-se um
problema para a Província. Onde colocá-la? Sem condições de
mantê-la em engenho de sua propriedade, a Província propõe
que seja instalada em engenho particular com a condição de
ser indenizada da quantia gasta, caso a experiência dê cer-
to. Entretanto, o próprio Presidente da Província, João Mau-
rício Wanderley, na Fala de 1854 em que expõe as atividades
da Comissão, reconhece que a maioria dos proprietários não
tem condições financeiras de empreender reformas nos seus
engenhos.

Paralelamente a essas iniciativas esporádicas se
criam instituições que tentam sistematizar a modernização.
Em 1832, quarenta e cinco pessoas ligadas à agricultura ba-
iana entre elas Miguel Calmon du Pin e Almeida fundam a "So-
ciedade de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia
da Bahia"²⁵. Essa associação publica um jornal e projeta a
criação de uma escola agrícola.

A Junta da Lavoura, criada em 1824 por pro

prietários e comissários do açúcar, também se empenha em contribuir para a superação das dificuldades da economia açucareira. Reivindica medidas financeiras como a diminuição da taxa do imposto de exportação de açúcar e a criação de um estabelecimento de crédito. Consultada sobre a criação de uma escola agrícola que teria como clientela elementos "recrutados nas classes mais baixas e moleques de rua de Salvador" ²⁶, recomenda a sua substituição por uma fazenda-modelo que disseminaria inovações tecnológicas entre os lavradores. Parece, entretanto, que as tentativas de modernização empreendida por essa junta ficaram mais no projeto do que em realizações.

Na segunda metade do século XIX, foram criados o "Centro de Lavoura e Comércio" ²⁷ (1886), "O Centro da Lavoura Indústria e Comércio do Açúcar" ²⁸ e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura que juntamente com os outros Imperiais Institutos criados no Brasil é uma associação criada por iniciativa de elementos ligados à agro-indústria do açúcar e do Governo Imperial ²⁹.

A ação modernizadora iniciada nos fins do século XVIII e desenvolvida no século XIX tende cada vez mais para a tentativa de mudar a mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar. É preciso convencer os conservadores da necessidade de um consenso modernizador e de uma ação modernizadora comum pois os setores mais progressistas da classe dominante não podem desencadear sozinho o processo de modernização.

Esse caráter educativo da ação modernizadora se expressa claramente na criação dos Institutos de Agri -

cultura.

2. A Criação dos Imperiais Institutos de Agricultura.

No final da década de 50 do século XIX, diante da situação crítica da agricultura brasileira, "principal fonte de riqueza do país", elementos vinculados à agro-indústria do açúcar, juntamente com o Governo Imperial, criam os Imperiais Institutos, visando através do desenvolvimento da tecnologia e da formação de mão-de-obra especializada, contribuir para dinamizar a área de produção e ter como resultado um açúcar de menor custo e melhor qualidade apto a enfrentar a concorrência no mercado internacional.

Além do Imperial Instituto implantado na Bahia são criados o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura - o Instituto de Agricultura de Pernambuco - e no Rio de Janeiro, o Instituto Fluminense de Agricultura, províncias por excelência produtoras de açúcar, onde atuariam como agentes de progresso, informando aos agricultores e intervindo nos principais problemas da agricultura através de atividades educacionais e experimentais.

Os Imperiais Institutos de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia ³⁰ são criados durante a viagem de D. Pedro II ao Norte do País e recebidos com manifestações de júbilo pelas classes dominantes dessas províncias.

O Instituto de Sergipe é criado, na cidade de Estância, por Decreto Imperial de 20 de janeiro de 1860, tem seus estatutos aprovados por Decreto nº 2602 de 9 de ~~de~~

neiro de 1860 e é saudado como "um dom cheio de feliz futuro, encerrando em si o futuro da riqueza e prosperidade da Província" ³¹.

Luiz Roberto de Barros Mott no seu trabalho "O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a Ideologia do Progresso", considera essa instituição como um dos recursos utilizados pelo poder público para tentar superar os problemas da agro-indústria do açúcar sergipano. Colocando essa associação no quadro mais amplo das dificuldades da economia sergipana faz da sua análise "uma entréee para o estudo de um problema mais geral da sociedade sergipana no início do século XIX, a saber, a ideologia progressista" ³². Dentro desse objetivo avalia a atuação do Instituto diante da crise da economia açucareira sergipana concluindo "que a ideologia inovadora infelizmente muito pouca coisa realizou de concreto em Sergipe" ³³.

Nas suas considerações sobre o Instituto Imperial de Agricultura de Pernambuco, Peter Eisenberg ³⁴ chega a conclusões semelhantes às do estudo feito sobre o Instituto de Sergipe. O IIPA é criado em 1860 e apesar de contar com subvenções imperiais e provinciais, não realiza os seus objetivos de através de atividades educacionais e experimentais dinamizar a produção açucareira pernambucana. Em 1869 uma autoridade denuncia "a inércia da ineptidão vaidosa de gente que só desperta ao aceno de uma condecoração ou um título" ³⁵ e o Presidente lamenta o desalento em que se encontra a Instituição.

Referências Bibliográficas

1 . NOVAIS, Fernando - "Estrutura e Dinâmica" - op. cit. -
pág. 33.

2 . FURTADO, Celso - op. cit. - pág. 50.

3 . AGUIAR, Pinto de - "Aspectos da Economia Colonial".

4 . "Discurso Preliminar Histórico, Introdutivo com Natureza de Descrição Econômica da Comarca e Cidade do Salvador" . In Aguiar - op. cit.

5 . Ibid - pág. 43.

O autor referindo-se à relação agricultura comércio afirma que os comerciantes aproveitando-se da fraqueza e da debilidade da agricultura, impõe até leis de diminuição do preço do açúcar pois "tudo quanto produz e pode produzir a agricultura, é para as Mordentíssimas Usuras o que a deixa sempre em dúvida com o comércio.

6 . Ibid - pág. 43.

"Os senhores de engenho vão sempre tirando por primeira despesa a do Fausto". In Aguiar - op. cit.

7 . FAORO, Raimundo - "Os Donos do Poder" - Porto Alegre, Globo, 1876 - pág. 206.

8 . MATTOSO, Kátia M. de Queiroz - "Bahia: Cidade do Salvador

e seu Mercado no Século XIX" - São Paulo - Ed. Huci -
tec - 1978 - pág. 159.

9 . FAORO - op. cit. - pág. 206.

10. NOVAIS - "Portugal e Brasil ..." - op. cit. - pág. 206.
"é o fato de a parcela (menor) que permanece na colô-
nia se concentrar na pequena camada senhorial que per-
mité o contínuo funcionamento da exploração colonial.
De fato, é essa concentração de renda que faz com que
os colonos possam manter a continuidade do processo
produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa".

11. NOVAIS, Fernando - Ibid - pág. 32.

"Por outro lado a própria estrutura escravista bloque-
aria a possibilidade de invenções tecnológicas; o es-
cravo, por isso mesmo que escravo, há que manter - se
em níveis culturais infra humanos, para que não se
desperte a sua condição humana, isto é, parte indis-
pensável da dominação escravista, logo não é apto a
assimilar processos tecnológicos mais adiantados".

12. GALLOWAY, J.H. - Agricultural History, volume 53, number
4.

13. BRITTO, João Rodrigues de - Cartas Econômico-Políticas so-
bre a Agricultura e Commercio da Bahia - Lisboa - Im-
prensa Nacional - 1821.

14. GALLOWAY - op. cit. - págs. 774/775.

"Um importante componente dessa política era a série de informações sobre agricultura, a publicação de manuais descrevendo métodos de cultivo. O brasileiro residente em Lisboa, José Mariano da Conceição Veloso, traduziu trabalhos em Inglês e Francês sobre agricultura tropical e os reuniu na obra "O Fazendeiro do Brasil" em 10 volumes, o primeiro dedicado apenas à indústria açucareira". Tradução da autora.

15. GALLOWAY - op. cit. - pág. 776.

"A burocracia local também se negava a colaborar. Os volumes do "Fazendeiro do Brasil" enviados ao Brasil não atingiram os proprietários e ficaram apodrecendo nos armazéns do Governo". Tradução da autora.

16. Os autores Francisco Marques de Góes Calmon e Ronulo Almeida nos seus trabalhos "Vida Econômico-Financeira da Bahia" e "Traços da História Econômico da Bahia" consideram que o período que vai dos fins do século XVIII até nossa independência é de progresso e de realizações privadas e públicas em vários setores da vida baiana.

17. CALMON, Francisco Marques de Góes - op. cit.

18. PANG, Eul Soo - op. cit.

19. CALMON - op. cit. - págs, 7,8 e 9.

20. PANG - op. cit. - pág. 4.

21. D'ARAGÃO, F.M.B. - Manual do Fabricante de Açúcar -Paris 1853 - pág. V.

"O preço baixo do assucar do Brasil a alguns annos, o grande atraso na fabricaçãõ deste genero, devido em parte não só ao lastimoso estado da lavoura, como tam bém à nenhuma animaçãõ da parte d'aquelles quem in cumbia promover o adiantamento d'uma industria, prin cipal fonte de riqueza do império, e a crise prepara da para este ramo do commercio, são razões sufficien tes para indicar aos meus collegas proprietários de engenhos, senão um meio completo, ao menos o melhor ca minho a trilhar, e dar-lhes alguns conselhos para po derem melhorar a industria indígena".

22. Na discussãõ sobre colonizaçãõ registrada nos anais da Província de 1876, (9/5) o deputado Olavo Góes se refere à obra do lavrador da Jamaica, Sr. Leonardo Way, "O lavra dor pratico da canna de assucar", que o Sr. Cansaçãõ de Sinimbu mandou que fosse distribuido entre os lavradores.

23. Falla de 1/3/1854 - op. cit. - pág. 24.

24. Falla de 1835 - op. cit.

Despesas das compras:

Aparelhos	- 44:439\$848
Instrumentos Agrários	- 12:591\$113
Animais	- 4:995\$656
Pessoal da Comissãõ	- 9:163\$255
TOTAL	- 71:163\$255

- 55
25. CALMON, Góes - op. cit. - pág. 52.
 26. PANG, Eul Soc - op. cit. - pág. 6 - Tradução da autora.
 27. Catálogo do Arquivo Público da Bahia - Série Agricultura - ra, Indústria e Comércio.
 28. Ibid.
 29. Na Fala de 1860, o Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena registra a inauguração em 18 de novembro de 1859 do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, "fundada pelo próprio Monarcha, de Quem partio a idéa de sua criação, devendo contar com o concurso da gente mais grada e intelligente da Província". O Presidente da Província insiste na necessidade da colaboração dos proprietários e agricultores para o I.I.B.A. poder cumprir o seu objetivo de levantar a lavoura "do estado de abatimento e prostação".
 30. Falla que recitou o Presidente da Província Herculano Ferreira Pena, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 10 de abril de 1860.
"Quando tantas e tão notáveis não fossem os beneficios resultantes da Visita que S.M.I. Dignou-se fazer a Bahia, bastaria por certo uma tal criação para marcar nos seus fastos e felicamente tudo promette a realisação de tão pternas desejos".
 31. MOTT, Luiz Roberto de Barros - O Imperial Instituto Ser-

gipano de Agricultura e a Ideologia do Progresso" - Ser-
gipe - 1973 - pág. 1.

32. Ibid - pág. 1.

33. Ibid - pág. 29.

34. EINSEMBERG, Peter L. - "Modernização sem mudança - A in-
dústria açucareira em Pernambuco 1840 -1910". Rio de
Janeiro - Paz e Terra - 1977.

35. Ibid - pág. 158 e 159.

Capítulo - III - A Vida do Imperial Instituto Bahiano de
Agricultura.

1. Fundação e Organização do I.I.B.A.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura é criado pelo Decreto nº 2.500 - A no qual o Imperador D. Pedro II comunica que: "Desejando assinalar a época de minha visita a esta Província com uma nova demonstração da constante atenção que presto à Agricultura como a principal fonte de riqueza do Estado; Hei por bem criar uma associação com o título de - Imperial Instituto Bahiano de Agricultura a qual se regulará por estatutos organizados segundo as bases que com este baixam, assinadas por João de Almeida Pereira Filho, do meu Conselho Ministros e Secretários d'Estados dos negócios do Império que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio na Cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1º de novembro de 1859, 38º da Independência e do Império - com a rubrica de S.M. o Imperador.- João de Almeida Pereira Filho". (Anexo nº 1).

A sessão inaugural, realizada no Palacio do Governo em 18 de novembro de 1859, comparecem o Imperador, o Presidente da Província e representantes da elite açucareira do Recôncavo, comerciantes, banqueiros e industrialis . (Anexo nº 2).

Nessa sessão são aprovadas pelo Decreto Imperial nº 2.500 o Estatuto do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, são nomeados entre os sócios já inscritos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, e é realizada a ins

criação de pessoas presentes desejosas de participarem do quadro do I.I.B.A.

A reunião termina com o quadro do Instituto composto por 104 sócios efetivos, 07 honorários e a Ata de Inauguração ¹ é assinada pelo Imperador D. Pedro II, pelo Presidente da Província Herculano Pereira Penna, pelo arcebispo Conde de Santa Cruz, pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Com a sua organização administrativa e financeira basicamente definida nos seis artigos do Decreto nº 2.500 - A o I.I.B.A. começa à funcionar regularmente em janeiro de 1860.

O artigo 1º determina que o Instituto tem "por especial objeto animar e dar desenvolvimento à lavoura desta Província, já diretamente pelos meios ao seu alcance, já in diretamente auxiliando o Governo Geral e Provincial em tudo quanto possa concorrer para este fim. (Anexo nº 1).

A organização administrativa básica resume-se à Diretoria e ao Conselho Fiscal cujos poderes são limitados pelo Presidente do Instituto e pelas Assembléias Gerais das quais participam todos os sócios, como está previsto nos artigos 2º, 3º, e 5º do referido Decreto. (Anexo nº 1).

O artigo 2º prevê que o I.I.B.A. "compor-se-á de socios effectivos, honorarios e correspondentes". "Determina que a instituição será administrada por uma directoria de 7 membros e por delegados que a auxiliam nos municípios de fora da Capital, e por um conselho de 21 membros, competindo à primeira a agência dos negócios do Instituto, e à segunda a fiscalização dos atos daquela". (Anexo - nº 1)

42

As nomeações do Presidente, Vice-Presidente da Diretoria, dos membros desta Diretoria, do Conselho Fiscal e do Presidente do Instituto estão previstos nos seguintes artigos:

"Art. 3º - Os membros tanto da Diretoria como do conselho Fiscal serão da primeira vez nomeados pelo Imperador, e subsequentemente pelo Presidente da Província, que os escolherá dentre os sócios efetivos.

Os respectivos presidentes e vice-presidentes serão sempre da nomeação Imperial.

Se dentro dos dois primeiros anos de criação do Instituto se der vaga ou impedimento por mais de 6 meses de algum dos membros da directoria ou do conselho Fiscal, a nomeação de quem deve substituí-lo será feita pelo Imperador, competindo nos mesmos casos, ao Presidente da Província quando passarem os 2 anos".

"Art. 5º - O Presidente da Província será considerado presidente honorário do Instituto, quando não seja efetivo; e tanto num como noutro caso terá o direito de assistir às suas sessões, e de sustar até definitiva decisão do Governo as deliberações que entender prejudiciais ao fim para que é criado o Instituto".

Essa organização inicial não se conserva intacta durante os 45 anos de funcionamento do Instituto. As modificações impostas por dificuldades circunstanciais reduzem e simplificam a sua estrutura administrativa sem provocar, entre tanto nenhum desvio fundamental na vida do Imperial Instituto.

1.1. A Presidência do Instituto

A primeira modificação ocorrida na organização

328

administrativa do Instituto se processa na Presidência, que a partir de 1867 é ocupada por membros efetivos da Diretoria que substituem os Presidentes da Província.

De 1860 a 1867 de acordo com as Atas das sessões da Diretoria ², os seguintes Presidentes da Província ocupam a Presidência do Imperial:

- 1860 - Herculano Penna
- 1861 - Antonio Costa Pinto
- 1862 - Antonio Joaquim de S. Gomes
- 1863 - Antonio de Sá e Albuquerque
- 1864 - Antonio Joaquim de S. Gomes
- 1865 - Luiz Antonio Barbosa de Almeida
- 1866 - Manoel Pinto Souza Dantas
- 1867 - Ambrósio Leitão da Cunha.

A participação dos presidentes, nesse período, se limita à assistência a algumas reuniões pois, na prática, seus encargos são exercidos pelo Vice-Presidente da Diretoria.

A rotatividade dos presidentes de Província e o pouco tempo que dispõem para exercer o cargo de presidente do instituto, dificultam o funcionamento do Imperial e, com esses argumentos, os seus membros reivindicam a nomeação de um sócio efetivo para ocupar a presidência.

Enquanto se espera que o governo Imperial nomeie um Presidente da Diretoria que automaticamente presidiria todo o instituto, o Vice-Presidente da Diretoria ocupa interinamente o cargo.

De 1865 a 1904, ainda de acordo com as atas das sessões da Diretoria ³ exercem o cargo de presidente da Diretoria do I.I.B.A.:

- 1867 - 1869 - Barão de Matoim
- 1869 - 1870 - Thomaz Pedreira Geremoabo
- 1871 - 1879 - Visconde de Sergimirim
- 13/02/80 - 14/08/80 - Barão de Guaby
- 20/09/80 - 1904 - Barão de São Francisco

O Barão de Matoim, então Vice-Presidente, é nomeado em 5 de setembro de 1867 pelo Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas ⁴ e em 18 de janeiro de 1869, alegando "incômodos de saúde" envia o seu pedido de demissão ao Presidente da Província "para que V.Ex.^a se digne a levá-lo a presença de S.M. o Imperador"⁵.

Quando Matoim recebe no Engenho Petinga de sua propriedade o officio Imperial, concedendo sua demissão, o cargo já está ocupado, também interinamente, pelo membro da Diretoria Thomaz Pedreira Geremoabo.

No exercício de Geremoabo, que constantemente relembra o caráter provisório de seu cargo e solicita a sua substituição, o governo Imperial nomeia em 19/11/1869 para presidente efetivo da Diretoria do I.I.B.A. o sócio Miguel de Teive e Argolo ⁶.

Como em 7 de fevereiro de 1870 o Instituto continua sem presidente, porque Miguel de Teive e Argolo não comparece para tomar posse, o Governo Imperial nomeia outro membro da Diretoria o Desembargador Antonio Calmon du Pin e Almeida ⁷.

Do Engenho S. Bento, Calmon escreve ao Presi -

60

dente da Província, louvando as propostas do I.I.B.A. em promover melhoramentos na Agricultura, collocando-se como um homem profundamente envolvido com os interesses do Instituto desde 1859 quando lhe "coube a honra e a glória de dar os primeiros passos para a fundação de tão útil estabelecimento" e recusa "por motivos de saúde e de idade avançada"⁸ o convite do Governo Imperial.

O Governo Imperial, entretanto, não desiste e nesse mesmo anno de 1870 nomeia Antonio da Costa Pinto, o Visconde de Sergimirim, que aceita o cargo. Tendo sido escolhido entre os membros da Diretoria, toma posse em 3 de novembro de 1870 e onze anos depois de inaugurado o Instituto tem finalmente o seu primeiro Presidente efetivo.

Em 22/1/1880 o Visconde de Sergimirim, envia do Engenho Europa, um documento no qual solicita ao Presidente da Província que designe o seu substituto até que o governo Imperial decida sobre sua demissão⁹.

Depois de exercida durante nove anos por um representante da nobreza açucareira, a Presidência do I.I.B.A. é interinamente exercida durante alguns meses pelo poderoso comerciante João Elisio Pereira Marinho, o Visconde de Guahy. Em 22 de setembro de 1880¹⁰, entretanto, a presidência do I.I.B.A. retoma, desta vez definitivamente, para as mãos de outro representante da aristocracia-açucareira o Barão de São Francisco que preside o Instituto até sua extinção em 1904.

1.2. As Sessões da Diretoria e da Diretoria com o Conselho Fiscal.

De acordo com as atas das sessões do Instituto os membros da Diretoria deveriam se reunir mensalmente e as

61

decisões tomadas deveriam ser encaminhadas para exame e aprovações nas reuniões conjuntas da Diretoria com o Conselho Fiscal.

A correspondência do Instituto com o Presidente da Província começa com officios justificando a falta de vários sócios à primeira reunião da Diretoria com o Conselho Fiscal.

Sancho Bittencourt Berenguer Cesar justifica sua ausência pela morte do genro; Miguel de Teive e Argollo comunica que o convite chegou atrasado, argumento utilizado também pelo Barão de Cahahyba e pelo proprietário do Engenho Amaro para justificarem suas ausências ¹¹.

Esse desencontro inicial, quando ainda existe um clima de euforia e interesse, é apenas uma pequena amostra do funcionamento posterior das reuniões do Instituto que deveria estar garantido pelas sessões mensais da Diretoria, pelas reuniões desta Diretoria com o Conselho Fiscal e pelas Assembléias Gerais da qual participariam todos os sócios e deveriam se realizar anualmente.

As Assembléias Gerais seriam precedidas de um encontro da Diretoria com o Conselho Fiscal para prepararem o grande encontro anual de 18 de novembro, data natalícia do Instituto.

Esse ritual de preparação e realização da grande festa de aniversário é a motivação mais forte para as reuniões da Diretoria com o Conselho Fiscal que com exceção do ano de 1860 - 5 reuniões - 1863-4 reuniões- 1864 - 6 reuniões- se encontram apenas com esse objetivo ¹². Durante 7 anos - 1870 - 1877 - essas sessões são interrompidas. Há porém, um es

forço dos membros da Diretoria em realizar pelo menos as As -
sembléias Gerais, mas na reunião de 11/11/1875, desolados re
conhecem "que não houve número para compor-se a assembléia ge
ral, apesar dos repetidos anúncios de convite pelos jornais ,
sendo a 3ª vez que isto se dava".

Em 18 de novembro de 1877 se realiza, sem a
sessão preparatória de 3 de novembro uma melancólica Assem -
bléia Geral ¹³ que é suspensa por falta de número e cuja ata
é a seguinte:

"11ª Sessão anniversaria da Assembléia Geral
dos Sócios do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em 18
de novembro de 1877".

"Presidencia do Exmº Sm. Visconde de Sergimir -
rim comparecendo na sala do Palacio do Governo da Provincia
os senhores Visconde de Sergimir, Barão de Camassari, Comen
dador Joaquim Elisio Pereira Marinho, Negociante José da Cos
ta Pinto e Augusto Silvestre de Faria e da Comissão Fiscal os
Senhores Dr. Domingos Aguiar e Barão Moniz de Aragão leu-se a
acta da sessão anterior. Foram apresentados os relatorios da
Diretoria do Instituto e do Director da Escola Agrícola, e por
falta de número foi levantada a sessão".

Desde 1870 que a Diretoria já praticamente mo
nopoliza as decisões do I.I.B.A. a partir de 1877, entretan -
to, suas deliberações são totalmente soberanas e o funciona -
mento do Instituto é garantido, até seu final, pela atuação
desse órgão.

As reuniões da diretoria que deveriam aconte -
cer nas primeiras sextas-feiras de cada mês, na realidade se
processam irregularmente, com sessões sendo adiadas ou suspen

63
sus por falta de número 14.

Mesmo no período de maior intensificação de reuniões que é o da construção da Escola, a Diretoria é ameaçada de não mais se reunir por falta de número suficiente de membros a muitas sessões e na sessão de 7/4/1870 os membros presentes - Barão de S. Lourenço, Egas Barreto de Aragão e Dionísio Gonçalves Martins - deliberam que o tesoureiro continue pagando 3:500\$000 mensais para as obras da escola mesmo "no caso de não haver sessões nos próximos futuros meses por falta de número" 15.

As reuniões da Diretoria são realizadas "provisoriamente" durante 30 anos - com exceção de um pequeno período em que se transferem a convite do abade para o Mosteiro de São Bento - em uma sala do Palácio do Governo 16 até que na sessão de 27/11/90 os membros presentes à reunião, entre eles o Diretor da Associação Comercial Aristides Novis, decidem transferi-las para a sede da Associação 17. No fim da década os membros da Diretoria retornam ao Palácio do Governo aonde é realizada a última reunião, em 21 de fevereiro de 1902.

Nessa sessão, a qual comparecem, o Barão de São Francisco, Francisco Sodré Pereira e Joaquim Ignácio Tosta, são discutidos os assuntos:

- A precária situação da Escola Agrícola, privada há cerca de um ano da subvenção estadual, sem a qual não poderá subsistir;

- As reclamações de alunos contra o preço das pensões, apesar da diminuição de 800\$000 para 600\$000 mensais;

- Pedido de exoneração do Diretor da Escola Agrícola.

E são tomadas as decisões:

- Ouvir o Governo Estadual sobre a conveniência de fechar-se ou não a Escola Agrícola que não poderá subsistir se não satisfizer o pagamento atrasado dos professores, empregados e fornecimento de víveres;

- Autorizar o Presidente do Instituto a aplicar os recursos da Escola Agrícola nos Bancos "Mercantil" e "Comercial" a bem dos interesses do Instituto Bahiano de Agricultura.

Após a aprovação das contas relativas ao ano de 1901 a Diretoria lamenta o falecimento do escriturário Major Joaquim Lopes "que por longos anos prestou os melhores serviços ao I.I.B.A." e marca uma próxima reunião que não acontece.

Através das atas das reuniões da Diretoria pode-se acompanhar os casos de abandono e de dedicação até à morte entre o Instituto e alguns dos seus membros. Aquele que só se afastam do convívio do Imperial depois de mortos, como Geremoabo e o Visconde de Sergimirim, têm as mortes registradas nas atas, são louvados pelos serviços prestados e algumas vezes ganham retratos no salão nobre da Escola Agrícola em São Bento das Lages.

Muitos sócios simplesmente deixam de comparecer às sessões e nenhuma explicação fica registrada nas Atas. Os casos de abandono só são registrada quando o sócio ocupa os cargos de secretário e tesoureiro.

O primeiro secretário nomeado é o Visconde de Pirajá que no começo da década de 60 deixa de comparecer às sessões. Ao Visconde se sucedem novos secretários e o funcio-

15)

namento do Instituto é prejudicado por esta rotatividade provocada por abandonos dos cargos e escolha frequente de interinos.

Os Tesoureiros, outro cargo-chave para o andamento das sessões da Diretoria, são mais fiéis e responsáveis. O primeiro Tesoureiro é Manoel Belens de Lima, poderoso comerciante baiano, que exerce o cargo por 10 anos e antes de morrer em 1869 pede demissão por motivo de saúde e solicita providências para sua substituição ¹⁹. Para substituí-lo é nomeado Egas Moniz Barretto de Aragão que em 1871 também morre e é substituído por Manoel Pinto Novaes o qual em 15 de novembro de 1875 ²⁰ envia officio ao Presidente da Província pedindo exoneração. A partir desse ano e durante toda a década de 80 o cargo é exercido pelo negociante José da Costa Pinto.

Na reunião de 17 de fevereiro de 1891 é registrada em ata ²¹ a comunicação de que nenhum dos membros da Diretoria quer ser tesoureiro. A tesouraria é então exercida interinamente por vários membros e na última reunião de 21/ 12/ 1902 a providência final do Tesoureiro é aplicar os recursos da Escola nos Bancos "Mercantil" e Commercial a bem dos interesses do Instituto" ²².

2. Composição Social

A concorrida sessão inaugural do I.I.B.A., congrega representantes de vários setores da economia baiana que, inscritos como sócios, se comprometem a colaborar com o Instituto na recuperação da agricultura da Bahia, particularmente da agro-indústria açucareira do Recôncavo.

10

No decorrer da existência da instituição, entre tanto, a maioria ou se mantém inexpressiva, fazendo presença a penas nas assembléias gerais ou simplesmente deserta. Por is so somente alguns nomes se destacam na vida do I.I.B.A., nomes esses que geralmente estão ligados, particularmente à partir de 1870, à sua diretoria.

Para explicar a deserção, o desinteresse da maioria e a fidelidade de uma minoria até a morte do Instituto, é necessário um levantamento dos interesses e atividades dos sócios fundadores e dos membros que se sucedendo na diretoria e retardam até 1904 a extinção definitiva da instituição.

Tendo como base a "Relação dos membros nomeados para a Directoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por Decreto de 1º de novembro de 1869" documento publicado na correspondência do Instituto com o Presidente da Província, reconstituimos, através de informações dispersas em várias fontes, a composição social do I.I.B.A. (Anexo nº 3).

A relação dos nomes, títulos, funções no Instituto e atividades dos sócios obedece a uma seqüencia na qual estão listados em primeiro lugar os membros da Directoria, seguida pelos membros do Conselho Fiscal e, finalmente os sócios comuns.

A Directoria é composta basicamente de senhores de engenho que como Francisco Gonçalves Martins - Barão e Visconde de S. Lourenço - Pires de Carvalho e Albuquerque - Barão de Pirajá -, Joaquim Ignácio de Aragão Buleão - Barão de Matoim - e Alexandre Gomes de Argolo Ferrão - Barão de Cajahi

ba - possuem terras e títulos de nobreza.

As exceções não modificam essencialmente esse caráter rural aristocrático porque o Dr. José Chaves posteriormente se torna um industrial do açúcar, acionista de Engenheiros Centrais e Luis Paulo de Araújo Bastos, o Visconde de Fiaes, apesar de suas atividades urbanas define seus interesses pela agricultura desde 1852 quando se torna membro da Junta da Lavoura e luta pela Fundação do Banco Agrícola.

Os membros dessa Diretoria são ferrenhos defensores da ordem estabelecida, lutando contra a Sabinada - Barões de S. Lourenço, Matoim e Cahyba - reprimindo a revolta dos Malês - S. Lourenço - e se definindo por uma política conservadora. Outra característica marcante é a atuação de seus membros em empreendimentos progressistas: como a modernização de suas propriedades, a importação de colonos, a fundação de Bancos, a criação de instituições agrícolas modernizadoras.

Dos vinte elementos que compõem o Conselho Fiscal em 1859, dez estão identificados na Relação. Esse órgão é encabeçado pelo seu tesoureiro Manoel Belens de Lima, principal figura na comunidade de comerciantes e Presidente e um dos três grandes líderes da Associação Comercial no século XIX. Quase todas as atividades desse membro do Conselho Fiscal são urbanas e ligadas ao mundo das finanças.

Os outros membros do Conselho Fiscal estão ligados à aristocracia açucareira porque todos são proprietários rurais no Recôncavo, alguns possuem títulos de nobreza - Barão de São Francisco, Barão Rio de Contas, Barão de Cotegipe, Viscondes de Sergimirim e Paramirim - e estão ligados a importantes famílias da região - Calmon de Pin Almeida, Ara -

gão Bulcão, Costa Pinto -, etc.

A maioria desses membros exercem durante a sua vida atividades paralelas ligadas ao mundo econômico e político baiano, por exemplo:

Barão de S. Francisco - Presidente da Provincia da Bahia (1879-81)

Senador do Estado (1896 - 1913)

Governador do Estado (1913)

Egas Muniz Barreto de Aragão - Importador de colonos;

Dr. Balthasar de Aragão Bulcão - Deputado da Assembléia Provincial e suplente de Deputado Geral;

João Mauricio Wanderley - Juiz de Direito em Santo Amaro (1844)

Presidente da Provincia (1853-1855)

Membro da Assembléia Provincial

Presidente do Senado;

Antonio da Costa Pinto - Diretor Geral dos Indios da Bahia
Concessionario da Fábrica Central Bom Jardim;

Miguel de Teive e Argolo - Concessionario da estrada de ferro Bahia - Minas.

Os membros do Conselho Fiscal como os da Diretoria também podem ser definidos como elementos politicamente conservadores, que se engajam na luta pela modernização da agro-indústria do açúcar.

Dos 46 sócios inscritos no "acto de inauguração", consegue-se recolher dados de 17 membros, dos quais apenas 5

- são identificados como proprietários de terras no Recôncavo:
 Antonio Joaquim Alves de Almeida - Proprietário do Engenho T
bó em S. Amaro;
- Visconde de Passé - (Sogro do Barão de Cotegipe) Influente S
nhor de Engenho do Recôncavo;
- Barão de Paraguassú - Grande proprietário no Recôncavo;
- Cel. Luiz Manoel Mendes - Proprietário do Engenho São Cosme;
- Pedro Ferreira Viana Bandeira - Proprietário de Engenho.

As outras atividades levantadas indicam que esses sócios do I.I.B.A. - às vezes paralelamente à atividade rural - são também: comissários de açúcar; comerciantes; anti - gos traficantes de escravos; acionistas de Engenho Centrais - posterior a 1859 -; fundadores; diretores e acionistas do Banco da Bahia e da Caixa Econômica; diretores de Cias. de Seguro; industriais.

A partir dos dados da "Relação", abrangendo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e Sócios que apenas participam da Assenbléia Geral pode-se chegar às conclusões:

Os membros do I.I.B.A. pertencem a diferentes ramos da economia baiana, porém com interesses específicos ligados direta ou indiretamente à agro-indústria do açúcar. A maioria pertence à chamada aristocracia do Recôncavo e esse dado é comprovado nao apenas pelos títulos que ostentam, mas, principalmente, por pertencerem a famílias de grande importância na economia açucareira.

Essas conclusões gerais podem ser extrapoladas pora a análise da segunda lista que elaboramos para acompanhar

a evolução da composição social dos sócios do I.I.B.A. nos quarenta e cinco anos de sua existência. Para esse acompanhamento nos limitamos aos membros mais assíduos às reuniões da Diretoria, escolhidos para funcionar com representantes do grupo. (Anexo nº 4). Essa escolha prende-se não apenas à operacionalidade do trabalho mas também ao fato de que a partir de certo momento da vida do I.I.B.A., este setor é o único que efetivamente atua e faz funcionar o Instituto e sua Escola Agrícola.

Com base na tabela dos membros mais frequentes às reuniões da Diretoria, elaboramos uma segunda, relação para discriminar as atividades daqueles que ainda não pertenciam aos quadros dessas Instituições em 1859.

Relação das Atividades dos Membros mais frequentes na Diretoria (1870 - 1902).

NOMES	TITULOS	ATIVIDADES
Manoel Pinto Novaes		Secretario do I.I.B.A. (década de 70); Banqueiro; Negociante; Diretor da Cia. Engenho Central de Bom Jardim.
Domingos Américo da Silva.	Barão São Tiago	Membro da Diretoria (1872 - 78); Proprietário rural Vale do Iguape - Cachoeira.
Augusto Silvestre de Farias		Membro da Diretoria do I.I.B.A. (1876 - 1896); Comerciante receptor e exportador de gêneros (1879); Diretor da Associação Comercial; Comerciante; Membro do Partido Conservador ligado ao Barão de Guahy.

NOMES	TITULOS	ATIVIDADES
José Costa Pinto		Membro da Diretoria (1878 - 1890); Tesoureiro do I.I.B.A.; Comerciante.
Antonio Joaquim Pires de Carvalho	Barão de Vila Viçosa	Membro da Diretoria (1880 - 1892); Proprietário do Engenho Passagem; Político.
Joaquim Elísio Pereira Marinho.	Barão de Guahy	Membro da Diretoria (1876 - 1888); Presidente interino do I.I.B.A.; presidente da junta Diretora da Associação Comercial (1879-80), (1882-85); Membro do Partido Conservador; Filho do Comerciante Joaquim Pereira Marinho; Diretor de Bancos na Bahia e no Rio; Diretor da Cia. Bahiana de Navegação a Vapor; Presidente da Junta Comercial; Financiador de plantações de cana-de-açúcar.
Aristides Novis		Membro da Diretoria do I.I.B.A. (1889-1899); Comissário de açúcar (1860-70); importador de mercadorias (1883); Diretor da Cia. Agrícola Usinas e Terras (1891); Diretor da Associação Comercial. Político do Partido Liberal; Proprietário de Engenhos em Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Amaro.
Frederico Sodré Pereira	Conselheiro	Membro da Diretoria (1899 - 1902); Proprietário de terras; político integrante do Partido Liberal.
Joaquim Ignácio Tosta		Membro da Diretoria (1899 - 1902) - Vários membros da família Tosta pertenceram ao I.I.B.A.

NOME	TITULO	ATIVIDADE
Temístocles da Rocha Passos		Membro da Diretoria (1896 - 1902); político filiado ao Partido Liberal; Vereador; Deputado da Assembléia Provincial, 1880 filia-se ao Partido Nacional, depois no Partido Republicano; Senador (1896); Natural de N.S. de Cruz das Almas (Município de Cachoeira).

FONTES: Revista do Instituto Genealógico da Bahia

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª etapa: 1850-1889 - Agentes-econômicos na Bahia no século XIX - Salvador Fundação de Pesquisas - CPE - 1978.

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª etapa: 1850-1889 - Atividades Produtivas - Salvador - Fundação de Pesquisas - CPE - 1978.

Falas e Mensagens dos Presidentes da Província e Governadores da Bahia - 1830-1978. Salvador - Fundação de Pesquisas - CPE - 1978.

Souza, Antonio Carneiro de - Baianos Ilustres - Salvador, Ed. Beneditina - 1973.

Pang, Eul Soo - O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana - Rio de Janeiro, A.N., IHGB, 1979.

Azevedo, Thales de - Lins, E.D. Vieira - História do Banco da Bahia - 1858 - 1958 - Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora - 1969.

Riding, Eugene Ware - The Bahian Commercial Association - 1840 - 1889.

A Diretoria é no período de 1870 a 1902 o único

93

órgão que realmente funciona no Instituto de Agricultura e pelos seus quadros passam elementos ligados a vários setores da vida político-econômica da Bahia.

Nesse período destacam-se como membros mais assíduos às reuniões da Diretoria: três representantes da aristocracia açucareira: o Barão de S. Thiago - Domingos Américo da Silva - o Barão de Villa Viçosa - Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Joaquim Ignácio Tosta - filho do Barão de Nagé.

Apesar da presença ainda marcante da nobreza açucareira inclusive nas pessoas do Visconde de Sergimirim e do Barão de S. Francisco, Presidente do Instituto nesse período, a comunidade de comerciantes se faz representar principalmente através de três importantes dirigentes da associação comercial que participam ativamente de uma instituição criada para defender os interesses dos lavradores ²³.

J. Eugene Ware Riding ²⁴, no seu trabalho sobre a Associação Comercial, no período do Império, coloca como causas para a proeminência dessa Associação na Província da Bahia, a posição privilegiada dos comerciantes na agricultura de exportação do Império brasileiro e a falta de uma organização efetiva para representar os interesses da agricultura baiana.

Considerando a criação da Sociedade de Agricultura Comércio e Indústria, a Junta da Lavoura e o I.I.B.A. como tentativas que não atingem os objetivos previstos conclui que por essa falha "a Associação Comercial vem a falar largamente pela Agricultura da Bahia" ²⁵.

Mário Augusto da Silva Santos ²⁶, referindo-se à

74

atuação da Associação Comercial no primeiro período republicano, afirma que nessa fase o binômio agricultura-comércio exterior ganha amplitude na Bahia o que torna essa Associação "extremamente prestigiosa na vida da cidade não apenas no plano econômico, mas também e às vezes, com grande intensidade no político" 27.

A importância da Associação Comercial, que aumenta à medida que termina o Império e começa o primeiro período da República, tem bastante significância nas relações entre a agricultura e o comércio. Essa influência que a partir de certo momento a Associação exerce na economia baiana, inclusive atuando como porta-voz dos interesses dos agricultores, coincide com um discurso feito em 1884 pelo Barão de São Francisco - 28 no qual, o Presidente do Instituto, expõe a situação caótica da agricultura baiana ameaçada pela desorganização do trabalho e apela à Associação Comercial para que o comércio auxilie os lavradores "com o seu concurso, visto estar intimamente ligado a sorte da lavoura" e com a mudança na década de 90 do local de reuniões da Diretoria do I.I.B.A., do Palácio do Governo para o prédio da Associação.

A categoria de comerciante que já se achava, em 1859, representada no Conselho Fiscal do I.I.B.A. pelo Comendador Manoel Belens de Lima (Tesoureiro), começa a solidificar a sua representação na Diretoria do I.I.B.A. a partir da década de 70 através da atuação de Manoel Pinto Novaes banqueiro, negociante e braço direito de Sergimirim na Direção do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. A partir desta década de 70 destaca-se também o Barão de Guahy, Joaquim Elisio Pereira Marinho, que durante vários anos faz parte da Direto-

ria do I.I.B.A., sendo inclusive seu Presidente interino durante alguns meses do ano de 1880. Filho do Visconde Pereira Marinho., Joaquim Elisio é, juntamente com Belens de Lima, um dos dois nomes que dominam a Associação Comercial da Bahia²⁹. Durante vinte anos (1876 - 1896) outro nome da Direção da Associação Comercial Augusto Silvestre de Farias, "comerciante conservador que segue a política de Guahy de apoio aos plantadores de cana"³⁰, atua na Diretoria do I.I.B.A.

Na década de 90 destaca-se nessa Diretoria, o comerciante Aristides Novis, também ligado à Direção da Associação Comercial na qual, político do Partido Liberal, faz oposição a Pereira Marinho³¹. O quadro dos representantes do Comércio na Diretoria do I.I.B.A. é completado por José da Costa Pinto, do qual sabe-se apenas, que é negociante o tesoureiro do I.I.B.A. durante vários anos.

A aristocracia do Recôncavo, que em linhas gerais monopoliza a Presidência do Instituto através do Barão de Matuim (1865-70), do Visconde de Sergimirim (1870-80) e do Barão de São Francisco, é representada nesse período pelo Barão de São Thiago, - proprietário no Vale do Iguape - pelo Barão de Viçosa e por Joaquim Ignácio Tosta, filho do grande proprietário de terras, o Barão de Nagé.

Nos dois últimos anos do I.I.B.A. (1900-1902) o seu funcionamento é garantido pelas presenças do Barão de São Francisco e de dois políticos do Partido Liberal - Francisco Sodré Pereira e Temístocles da Rocha Passos - que vão ser os três únicos membros presentes à última reunião dessa Diretoria em 21/02/1902³².

E necessário reforçar que o Imperial Instituto Ba

hidno de Agricultura reúne os elementos de mais prestígio na economia agro-exportadora da Bahia. A responsabilidade do seu funcionamento entretanto, recai sobre a elite baiana mais especificamente interessada na recuperação da agro-indústria do açúcar. A Diretoria é dominada, desta maneira, por produtores, comerciantes e comissários que durante quarenta e cinco anos e particularmente a partir da década de 70 garantem a existência da instituição.

3. Organização Financeira

O Decreto nº 2.500, base da organização administrativa e financeira do Imperial Instituto de Agricultura, prevê no seu artigo 4 que:

"O fundo social será formado das jóias dos sócios efetivos e correspondentes; das anuidades dos primeiros ; dos donativos que o Instituto receber do governo Geral e Provincial e dos particulares; da renda do capital do Instituto, e de tudo quanto este vier a adquirir por outros meios". (Anexo nº 1).

3.1. As jóias e anuidades:

Inicialmente a única fonte de receita do Instituto são as jóias e anuidades de 100\$000 pagas pelos sócios. Na 1ª sessão da Diretoria em 16/12/1859 o Tesoureiro do Imperial comunica que ainda não procedeu à cobrança de jóias porque "ainda não tinha sido comunicada a lista" ³³, mas que alguns sócios já tinham pago.

Essa boa vontade inicial se esgota rapidamente e

na 1ª assembléia geral de 18/11/1860 ³⁴ fica decidido, por causa do acúmulo de jóias e anuidades atrasadas, estabelecer-se o prazo até 1º de janeiro de 1861 para pagamento dessa dívida.

Na 10ª sessão da Diretoria com o Conselho Fiscal de 5/7/1864 ³⁵, discute-se a dificuldade de cobrança dos com promissos assumidos pelos sócios e a solução proposta e aprovada é a nomeação de uma pessoa de confiança do Tesoureiro para cobrar as jóias e anuidades atrasadas.

Esse tipo de cobrança não alcança os resultados esperados e na reunião de 4/5/1865 o Tesoureiro informa à Diretoria que foram pagas apenas algumas anuidades "visto não mostrarem os devedores de jóias bons desejos de as satisfazerem" ³⁶.

Em 17/8/1868, o Presidente da Província responde ao apelo do Presidente do Instituto, o Barão de Matoim, prometendo contribuir para o "melhoramento e recebimento de jóias e anuidades devidas" ³⁷, solicita a lista dos devedores para que sejam tomadas as devidas providências em relação a essa dívida que em 10/3/1869 já se eleva a 39.350\$000.

Na 10ª Sessão aniversária da Assembléia Geral de 18/11/1870 é nomeada uma comissão composta por Thomaz Pedreira Geremoabo e Francisco G. Martins, "para cobrar as jóias e anuidades esquecidas" ³⁸.

Durante a década de 70 o pagamento das jóias e anuidades torna-se cada vez mais difícil e irregular. No ofício de 3/5/1877 ³⁹, o Presidente do Instituto comunica ao Presidente da Província que a arrecadação continua incerta com a cobrança sendo dificultada pelo fato dos sócios residirem em "diversos pontos da província". Este ofício é expedido no mes

72
mo ano da última Assembléa Geral à qual comparece apenas alguns membros da Diretoria ⁴⁰. Diante dessa situação é bem provável que o número cada vez menor de sócios não compense o esforço da cobrança.

A ampliação do quadro social para garantir uma maior receita é uma preocupação constante do Instituto, e as propostas para a aquisição de novos nomes enchem páginas inteiras do livro de atas das sessões da Diretoria. Em 1860, a Instituição conta com 104 sócios efetivos e 7 honorários, número que em 1867 já diminui para 91 sócios efetivos e 6 honorários. Como vários sócios se desligam e não há a admissão de novos, o quadro do Imperial tem no período final do Império apenas 33 sócios. Esse número, entretanto, é mais simbólico: na realidade apenas alguns membros mais assíduos da Diretoria garantem o funcionamento do Instituto.

3.2. Donativos Oficiais

A receita do Instituto é a partir de 1863, ano da construção da escola, aumentada por uma subvenção do Governo Imperial e por uma subvenção Provincial concedida pelo Presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Ambas são de 20:000\$000 anuais, porém quando a subvenção Provincial é votada pela Assembléa ela é reduzida para 15:000\$000 dividida em duas parcelas semestrais de 7:000 \$ 500.

A liberação dessa quantia não é automática, pois ela precisa ser votada pela Assembléa para ser incluída na lei do Orçamento o que provoca reações como a do Visconde de Sergimirim que no officio de 1/10/74 se queixa ao Presidente da

77

Província: "é uma receita de favor e por tanto sujeita às eventualidades do orçamento" 41.

Em 1867, por exemplo, o Tesoureiro Provincial a visa ao Imperial que não pode pagar a subvenção porque não consta "da ley do orçamento vigente essa autorização" 42.

Entretanto, mesmo nos anos em que a subvenção está incluída na Lei do Orçamento a sua liberação é problemática, provocando uma avalanche de officios entre o I.I.B.A. e a Presidência da Província. Freqüentemente a Tesouraria do Instituto só recebe a 2ª parcela do ano anterior no primeiro semestre do ano seguinte. No ano de 1875, a Tesouraria Provincial paga a parcela referente aos meses de julho a dezembro de 1874, mas como falta o pagamento do primeiro semestre - março a julho de 1874 - o Tesoureiro do Imperial pede providências ao Presidente da Província para que essa quantia não caia em exercício findo 43.

O Governo Imperial é mais constante nos seus pagamentos. Em 3/5/1877, o Visconde de Sergimirim expõe ao Presidente da Província a precariedade da situação financeira do Instituto porque "minguados são seus recursos e crescidas as suas despesas" 44 comunica que a subvenção geral continua regular, enquanto a Provincial está 11 meses atrasada. Além da subvenção anual o Governo da Província concorre também para a manutenção do Instituto através de um imposto especial.

A necessidade da criação de um imposto sobre os gêneros de exportação é discutida na sessão da Diretoria com o Conselho Fiscal, que decide solicitá-lo à Presidência da Província. A proposta é aprovada pela Tesouraria Provincial e, a partir de 1865, o Instituto passa a contar com cinco réis so

bre a arroba dos produtos de exportação que deveriam ser arrecadados mensalmente.

Esse donativo também está sempre em atraso. No officio ao Presidente da Província de 18/10/1866 o Vice-Presidente do Instituto o Barão de Matoim solicita a liberação da subvenção e do imposto porque são esses os "poucos meios de que dispõe para fazer face às respectivas despesas" 45. Na reunião da Diretoria de 6/6/1867 o Tesoureiro comunica que ainda não recebeu nem a subvenção nem os impostos referentes aos meses de março, abril e maio 46.

A medida em que se agrava a situação da agro-indústria do açúcar, os donativos oficiais vão sendo cortados. No officio de 24/3/1879 ao Presidente da Província o Presidente do Instituto se refere à "péssima situação financeira da Instituição que é agravada pela perda do imposto de cinco réis por arroba de gênero de lavoura exportado" 47. Em 1899 o Governo da União corta a sua subvenção e em 1901 é dado o golpe mortal no Instituto com o corte de sua última fonte de renda oficial - a subvenção estadual.

3.3. A Renda do Capital do Instituto

O capital excedente do Instituto é aplicado em Bancos e a sua renda é incorporada à receita. Essa é a dedução que se pode tirar das poucas informações sobre a renda de capital do Instituto encontrada na documentação.

O Instituto começa o seu movimento bancário no mesmo ano de sua fundação e em 16/12/1859 o Tesoureiro informa à Diretoria que já aplicou a quantia das jóias pagas por alguns sócios no Banco da Bahia e juros de 6% ao ano durante

o prazo de três meses. ⁴⁸

Depois de quase sete anos sem nenhuma referência a transações bancárias, o vice-presidente do Conselho Fiscal propõe na Assembléia geral de 18 de novembro de 1860, que o Imperial hipoteque as ações de sua propriedade para "tomar em algum estabelecimento bancário, mediante as melhores vantagens o necessário para enfrentar as despesas mais urgentes da construção da Escola Agrícola" ⁴⁹.

Em 1871, as apólices de Dívida Pública, que o Instituto possui, funcionam como garantia de um empréstimo feito pelo Instituto na caixa de Reserva Mercantil para compra, na Europa, de animais e instrumentos para a Escola Agrícola.

Apesar da permanente precariedade financeira que acompanha toda a sua existência o Instituto quando fecha as suas portas ainda fica com algum capital aplicado nos bancos Mercantil e Comercial, pois a Diretoria decide na sua última reunião de 21/2/1902 aplicar os recursos da Escola nesses bancos "a bem dos interesses do Instituto" ⁵⁰.

3.4. A Vida Financeira

No período da construção da Escola (1863-1877) a receita, acrescida do imposto de cinco réis por arroba em todos os gêneros de exportação e das subvenções Provincial e Imperial, é praticamente consumida pelas despesas com as obras.

Como as transações financeiras do Instituto ficam bem mais complexas, com um aumento substancial da receita e a despesa acrescida de uma série de obrigações em consequência do início das obras, o Conselho Fiscal tenta organizar a sua vida financeira, reservando 3.000\$500 mensais para a construção da Escola Agrícola. Essa organização inicial, entretan

to, se perde no emaranhado burocrático e na própria falta de recursos do governo e do Instituto.

A economia baiana em crise não permite que a tesouraria Provincial seja pródiga nem pontual com o Instituto, que é pressionado pelos constantes pedidos de dinheiro do Diretor de obras, que por sua vez é pressionado pelos operários e empreiteiros que ameaçam parar as obras se não forem pagos.

Como a construção da Escola Agrícola é o grande objetivo do Instituto e a paralisação das obras provavelmente decretaria a morte da Instituição, destituída da sua única razão de existir, os membros do Imperial concentram todos os recursos na construção, liberando as verbas de acordo com as disponibilidades do momento para as necessidades mais urgentes.

Na maioria das vezes, o Diretor recebe menos do que solicita. Mesmo assim vai pagando irregularmente e parcialmente aos empréstimos, como com o Sr. Bochetti - fornecedor de madeira - e o Sr. Pedro Gomes Ferreira - fornecedor de cal - o que provoca a acumulação de dívidas que são amortizadas através de empréstimos em Bancos, garantidos por ações da propriedade do Instituto 51.

Esse recurso utilizado pelo Instituto, para impedir a paralisação das obras, tem como consequência uma construção que se arrasta durante quatorze anos, em ritmo desigual, com os trabalhos sendo acelerados em alguns momentos para depois cair em período de marasmo, como veremos com mais detalhes na parte desta dissertação, dedicada à construção da Escola Agrícola.

No período inicial, antes da construção da Escola

Agrícola, a vida financeira do Instituto resume-se à receita baseada nas jóias, anuidades e pequenas despesas correntes.

As finanças são controladas pelo Conselho Fiscal, cujo Tesoureiro deveria apresentar nas reuniões da Diretoria o balancete mensal da receita e despesa ⁵². O Conselho Fiscal deveria também, elaborar um balanço periódico da situação financeira do Instituto desde a fundação até a data mais recente e orçamento para o próximo ano, que seriam apresentados nas Assembléias Gerais. Entretanto, como as reuniões são esporádicas as prestações de contas são também irregulares.

Com o funcionamento da Escola Agrícola a partir de 1877, a receita do Instituto é aumentada pelas mensalidades pagas pelos alunos, pensionistas internos do curso superior.

O valor das pensões é durante 16 anos (1877-1893) de trezentos mil réis anuais. Na reunião da Diretoria de 20 de fevereiro de 1893, a Diretoria resolve "devido aos preços dos gêneros alimentícios" ⁵³, elevar a anuidade para 400\$ 000 e cobrar taxas para os exames que forem repetidos: 20\$000 para uma disciplina; 40\$000 para duas; 50\$000 para três.

Três anos depois, em 28/2/1896 os membros da Diretoria determinam o aumento da anuidade para 500\$000 anuais para os alunos internos e os alunos externos passariam a pagar 150\$000 anuais em duas prestações que seriam pagas a primeira no ato da matrícula e a segunda no 1º mês do 2º semestre ⁵⁴.

Argumentando que a situação financeira não mais permite a admissão de mais alunos gratuitos, a Diretoria decide na reunião de 24/3/1899 conservar apenas alunos gratuitos que já frequentam a escola e elevar a anuidade dos pensionistas para 600\$000 ⁵⁵.

61

No começo do século XX, quando a situação da Escola já é praticamente insustentável a pensão é elevada para 800\$000 para ser logo, devido aos protestos dos alunos, reduzida para 600\$000. Apesar dessa redução um dos assuntos discutidos na última reunião da Diretoria é a reclamação dos alunos contra a anuidade de 600\$000 que consideram demasiada⁵⁶.

O art. 13 do Projeto dos Estatutos da Escola Agrícola determina que: "A despesa e receita da Escola correm separadas de qualquer outros do Instituto, e de ambas se fará o orçamento annual, proposto pelo Diretor em congregação e liberado pelo mesmo Instituto". (Anexo nº 5).

Como a Escola se transforma na única razão da existência do Instituto os orçamentos e balanços das duas instituições se confundem. A receita do Instituto e da Escola - jóias e anuidades, subvenções oficiais, pensões dos alunos e produtos das rendas de colheitas é toda consumida na manutenção do estabelecimento de ensino.

As despesas gerais, incluem: a conservação do prédio, do campos de ensaios, dos museus e da biblioteca; o fornecimento de alimentação, vestuário e material escolar para os alunos do curso elementar e de alimentação para os alunos gratuitos do curso superior.

A receita é também utilizada para o pagamento dos salários do diretor, do médico, do capelão, dos professores do curso superior, do professor do curso elementar e do chefe dos trabalhos agrícolas.

O quadro de funcionários da Escola, pago com a receita do Instituto, é completado pelo seguinte pessoal de apoio: o secretário; o inspetor; o economo; o encarregado da

75

Biblioteca; o porteiro e zelador dos museus; o feitor da Fazenda; o vaqueiro; a cozinheira; a copeira e dois serventes.

Em 1880, a receita é de 42:000\$000-20:000\$000 da subvenção geral, 20:000\$000 da subvenção provincial e 2:000\$000 de jóias e anuidades - e a despesa é de 44:120\$000 ⁵⁷. Três anos depois, a receita é de 44:000\$000 e a despesa de 49:312\$000 ⁵⁸ e em 1886 as subvenções Imperial e Provincial - 24:000\$000 e 20:000\$000 - mais algumas pensões dos alunos - 10:800\$000 - formam uma receita de 54:000\$000 enquanto a despesa é de 52:000\$000 ⁵⁹.

No Relatório do Instituto, incluído na Fala de 1887, a Diretoria comunica ao Presidente da Província que as subvenções, as pensões dos alunos e "alguns donativos que têm sido feitos não são suficientes para fazer prosperar a Escola Agrícola" ⁶⁰.

O desequilíbrio entre receita e despesa continua e no Relatório do Instituto, incluído na Mensagem do Governador de 1893, a Diretoria comunica que as subvenções oficiais - 20:000\$000 do Governo da União é 24:000\$000 do Governo do Estado - não cobrem a despesa de 50:000\$000 ⁶¹.

As diferenças entre receita e despesa torna - se maior devido a circunstância de que as despesas são calculadas em cima de uma receita hipotética dependente basicamente das problemáticas liberações das subvenções oficiais.

No Relatório do Instituto, incluído na Mensagem do Governador de 1895, a Diretoria informa que a despesa foi de 61:725\$000 e a receita de 30:434\$000 sem levar em consideração as subvenções oficiais. Assinala, entretanto que a diferença de 31:391\$000 desaparece "deante do producto das subvenções

federal e estadual de 44:000\$000" 62.

Durante os vinte e cinco anos (1877-1902) de vida da Escola Agrícola da Bahia, o Tesoureiro do Instituto tenta equilibrar a receita com a despesa, cobrando as sempre atrasadas subvenções oficiais, aumentando sob protestos dos alunos as mensalidades dos pensionistas e reduzindo as despesas ao mínimo necessário para o funcionamento precário da Escola.

Esta situação precária que acompanha o funcionamento da Escola Agrícola desde a sua fundação é sintetizada na fala do Tesoureiro que em uma reunião da Diretoria em 1893 comunica que "mal se pode equilibrar a receita com a despesa, não oferecendo assim o orçamento margem para o aumento de caudais, aquisição de instrumentos e aparelhos modernos, que possam ser aplicados à agricultura e às indústrias agrícolas" 63.

Com o corte das subvenções oficiais - o da União em 1899 e a do Estado em 1901, a receita fica resumida às anuidades pagas pelos alunos o que torna impossível a manutenção da escola. Na última reunião do Instituto em 21/2/1890 a Diretoria decide ouvir o Governador sobre "a conveniência de fechar-se ou não a Escola Agrícola da Bahia" 64.

4. Principais Realizações do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - 1859 - 1877.

Os quarenta e cinco anos (1859-1904) podem ser divididos em dois grandes períodos - 1859/1877; 1877/1904 - caracterizando-se o início do segundo pela inauguração da Escola Agrícola da Bahia.

No primeiro período, as principais propostas discu

tidas nas reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal e nas Assembléias Gerais são:

- A criação do Banco Agrícola, proposta que seria levada ao Imperador juntamente com projeto para que a arrecadação do imposto de exportação seja abolida ou modificada ⁶⁵;

- Nomeação de membros das Comissões Municipais de Agricultura na região açucareira.

São nomeados os seguintes sócios:

Município de S. Francisco do Conde: Barão de Traripe

Barão de Jacuípe

T. Coronel Francisco Vicente
Vianisa.

T. Coronel J. Freire de Carvalho

Dr. João Garcez dos Santos;

Município de Santo Amaro:

Barão do Rio Fundo

Coronel J. J. Chaves

Tenente Coronel Antonio Felix de Carvalho.

Antonio Joaquim Alves Pinto de Almeida

Dr. João Fernandes de Moura ⁶⁶;

- Proposta do sócio Antonio Francisco Lacerda para a adoção do invento do Prof. B. Silliman apresentado na 4ª sessão da "Associação Americana para o Adiantamento da Ciência", que consiste no aproveitamento do bagaço de cana ainda úmido como combustível.

86

Na reunião da Diretoria de 10/02/1862 são apresentadas as vantagens do invento, "destinado a trazer ao fabrico do açúcar uma economia imensa de tempo, de combustível e de braços porque desaparece o serviço da condução para a bagaceira, serviço este, em que se ocupão oito a dez pessoas" ⁶⁷. Essas vantagens seriam obtidas com uma simples mudança no assentamento das fornalhas. Na reunião da Diretoria de 07/03/ 1862 decide-se enviar o projeto ao Ministro nos E.E.U.U. para ser examinado por um perito e no caso de ser aprovado, o referido ministro deveria contratar um engenheiro e dois operários para trabalharem nas modificações das fornalhas ⁶⁸;

- Proposta do sócio Miguel de Teive e Argollo para a criação de uma Fazenda Modelo.

"Dirigida por hum administrador mandado contratar na Inglaterra ou na Escócia, e assim também, dous homens practicos do amanho das terras, trabalho do arado a vapor, e systema de irrigação" ⁶⁹. Para examinar esta proposta é nomeada uma comissão composta pelo Barão de S.Lourenço e Barão de Cotegipe.

- Proposta do sócio Miguel de Teive e Argollo para "estabelecimento de cultura de cana, empregando 50 ou mais braços europeus ou asiáticos, e conjunctamente o arado a vapor e systema de irrigação" ⁷⁰.

A discussão desta proposta é adiada para quando a Diretoria se reunisse com o Conselho Fiscal;

- Nomeação de Comissão para dar parecer sobre a proposta de Miguel de Teive e Argollo para a importação de cules ⁷¹.

27

A proposta é aprovada e a Assembléa Geral de 18/11/1862 autoriza a Diretoria do Instituto a contratar um pequeno número da Ilha Maurícia;

- Projetos de divulgação de informações atualizadas sobre agricultura.

Uma das resoluções da reunião de 29/06/1860 é a de nomear na Europa e nos Estados do Sul da União Americana membros por correspondência que mandariam informações de utilidade para a lavoura como, por exemplo, "acerca de machinismos mais modernos que facilitem o trabalho"⁷². Na Assembléa geral de 18 de novembro de 1861 ficam resolvidos a assinatura na Europa de jornais e publicações "acerca da agricultura e fabrico do assucar"⁷³ e o contrato com o jornal "A Tarde" para a publicação de artigos referentes a agricultura;

- Engajamento do Instituto no combate à moléstia da cana;

- Discussões sobre a criação de uma Escola Agrícola.

De todos esses assuntos discutidos nas reuniões do Instituto, apenas o engajamento no combate à moléstia da cana e a criação da Escola Agrícola têm solução de continuidade e participam mais concretamente da tentativa desta instituição em contribuir para a recuperação da economia açucareira.

4.1. A Epidemia da Cana

O cultivo depredatório e rotineiro a que é submetida a cana-de-açúcar, durante séculos, vai enfraquecendo a sua capacidade produtiva e essa cangncia torna-se mais aguda

nos meados da década de 60, quando a moléstia, que é detectada na Comarca de Nazaré, ameaça se alstrar pela zona canavieira. A primeira providência tomada é a nomeação de uma comissão ⁷⁴ para estudar "in loco" a moléstia que ataca os canaviais e tantos prejuízos tem causado à lavoura desse município" ⁷⁵. O relatório das conclusões dessa comissão é enviado ao Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, e o autor desse documento, Dr. João Martins da Silva Coutinho, faz diversas considerações sobre as implicações, não apenas técnicas, mas também político-econômicas dessa epidemia, concluindo que a causa básica é a velhice dos canaviais.

Pintando um quadro caótico da situação de Nazaré, onde a produção diminui de "maneira assustadora e os lavradores desesperados ameaçam largar a indústria" ⁷⁶, esse relatório sugere como solução a substituição urgente de sementes e a sua distribuição nas comarcas de Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro, alertando que se essas mudanças não ocorrerem dentro de cinco meses, poderá haver perda de safras e propagação da epidemia em toda a zona açucareira. Para a consumação das medidas é fundamental que o Governo tome a dianteira, concorrendo com fundos, porque, apesar de alguns lavradores terem já distribuído sementes de Solongó, "não se trata de negócio individual, e sim de uma questão que influe poderoso aumento sobre as rendas do Estado" ⁷⁷.

Solicitado a opinar sobre a providência que o Governo deve tomar para combater a moléstia, o I.I.B.A. sugere como medida de urgência a distribuição de novas sementes, porém alertando que a solução realmente eficaz seria tirar a lavoura da situação em que se encontra, através da fundação de

crédito rural e hipotecário, facilitando dessa maneira aos lavradores, capitais e juros baixos e prazos longos o que lhes permitiria "enfrentar as dificuldades actuaes"⁷⁸.

Diante da gravidade da situação o governo Imperial, através do Ministério da Agricultura e o Provincial, os produtores de açúcar e o I.I.B.A. unem esforços para tentar minimizar os efeitos da epidemia e uma espécie de rede de distribuição de sementes é estabelecida. O mecanismo no qual se engaja o I.I.B.A. é o seguinte: essa instituição recebe através do Ministério de Agricultura mudas de cana que, algumas vezes, são imediatamente distribuídas mas que são também plantadas no Engenho das Lages para que "logo que hajam sementeiras serem distribuídas pelos lavradores da Provincia"⁷⁹.

A tentativa de utilizar os terrenos do engenho para a plantação faz parte do plano de se estabelecer em campos de experimentação e disseminação de uma tecnologia mais avançada na futura Escola Agrícola. Especificamente nesse período, essa prática se prende à necessidade imediata de se combater a moléstia que está atacando a cana. Na reunião da Diretoria de 17/8/68 é discutido um officio da Presidência da Provincia, o qual aconselha que na cultura de cana do Engenho das Lages as diversas qualidades de sementes devam ser plantadas separadamente para serem mais precisas as experiências, e determina que o I.I.B.A. faça aquisição de mudas de cana isentas do mal para que os campos da sua "Fazenda Nacional" possam fornecer plantas e mudas aos agricultores⁸⁰.

4.2. A Construção da Escola Agrícola

As discussões sobre a criação da Escola, giram primeiramente em torno de sua localização. A primeira proposta é

feita em 1860 pelo abade geral da Congregação Beneditina que oferece o Engenho das Lages, de sua propriedade, para a instalação da Escola. A Diretoria nomeia uma comissão para examinar o edifício e terrenos. Na Assembléia Geral dos Sócios, de 18/11/1860, as bases para este arrendamento (por 18 anos e 4 contos de réis anuais) são aprovadas e o Barão de S.Lourenço apresenta o projeto dos estatutos da "Imperial Eschola de Agricultura da Bahia" ⁸¹. Um ano depois, entretanto, a proposta dos Beneditinos é considerada sem efeito e na reunião preparatória para a Assembléia Geral, em 03/11/1862, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal voltam a discutir sobre o local para a instalação da escola ⁸². Nessas discussões propõe-se o estabelecimento "em terreno por onde passe a linha férrea da capital à Alagoinhas" ⁸³. Como essa sugestão também não é aceita, o Barão de Cotegipe sugere na Assembléia Geral, de 18/11/1862, que sejam feitos anúncios convidando os proprietários para "contratarem" terrenos para o estabelecimento desta escola ⁸⁴. Surgem três ofertas: a do Conselheiro João José d'Oliveira Junqueira (Fazenda S.Gonçalo no Cabula); a de Miguel de Teive e Argollo (Engenho Novo); a da Ordem Beneditina (Engenho das Lages). Com os votos dos Barões de S.Francisco, Rio de Contas, Matoim e Passé vence a proposta da Ordem Beneditina que oferece as seguintes vantagens: 1. Terrenos extensos e variados, apropriados para vários tipos de culturas e pastagens; 2. Já possuir edifícios; 3. Localizado no Centro dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo baiano.

Escolhido o local para a instalação da escola, é acertado o contrato com a Ordem Beneditina para o aluguel do

Engenho das Lages por 3:000\$000 mensais durante dezoito anos e o naturalista francês Louis Jacques Brunet é encarregado de dirigir as obras, dispondo inicialmente de uma mão-de-obra com posta de vinte e oito africanos livres e de uma verba de 3:000\$000 mensais.

Com esses recursos e sob as bençãos dos membros do Imperial, que solicitando ao Diretor a planta e o orçamento para o aumento do prédio já existente no Engenho das Lages, recomendam prudentemente que as despesas sejam feitas "em harmonia com os recursos de que dispõem o Instituto"⁸⁵, começam as obras da Escola Agrícola da Bahia em dezembro de 1863. Todavia a prudência que os poucos recursos do I.I.B.A. aconselham que seja adotada, é sabotada pelo velho vício da suntuosidade ao qual a nobreza açucareira está acostumada desde os tempos coloniais e a harmonia não caracteriza as atribuladas obras da Escola Agrícola. O conflito entre a falta de recursos materiais e as pretensões megalomaníacas dos Barões do Recôncavo provoca uma arritmia crônica nessa construção que após períodos de aceleração frenética entra muitas vezes em repouso forçado.

O primeiro grande problema enfrentado por Brunet se refere à quantidade e qualidade de mão-de-obra exigidas pelas construções. Durante o primeiro ano, o trabalho é realizado por vinte africanos livres que "operando com poucas forças não adiantam muito os trabalhos"⁸⁶ e por isso são dispensados em dezembro de 1864 e substituídos por moradores do arrabalde que Brunet aluga ao preço de 640 réis diários para servirem como trabalhadores e serventes.

Estes trabalhadores rejeitam os serviços pesados e

01

e diretor de obras encontra dificuldades em achar número suficiente de operários para este tipo de trabalho. Em vários officios à Diretoria, Brunnet expõe os obstáculos que encontra na manutenção e conservação desta mão-de-obra porque os "grandes embaraços para satisfazer ao pagamento semanal dos operários"⁸⁷ desestimulam os serventes e trabalhadores. Esta dificuldade é agravada pelo recrutamento forçado para a guerra do Paraguai que, assustando os operários, os mantém afastados de S. Bento das Lages. No officio de 22/09/1865, Brunnet solicita ao Presidente da Província que tome "medidas mais efficazes a fim de poder serem conservados nos trabalhos do Instituto os operários, que ainda existem, pois das obras vão os operários afugentando-se. Na segunda feira finda apresentarão-se um número muito diminuto e insufficiente"⁸⁸.

Tentando, desesperadamente, reter nas obras a ex^{ca}ssa mão-de-obra disponível, Brunnet, sabendo das "dificuldades de os reuní novamente se os deixar espalhar"⁸⁹ solicita continuamente a liberação de verbas para o pagamento dos salários. O I.I.B.A., com as subvenções Imperial e Provincial sempre atrasadas, satisfaz esses pedidos em pequenas parcelas suficientes apenas para impedir a completa paralisação das obras e por isso a construção que em 1867 dispõe de 115 operários - 63 serventes, 28 carpinas e 24 pedreiros - se acha reduzida, em 1873 a apenas 6 trabalhadores.

O contato do Diretor de obras com os membros do Instituto é feito através de relatórios nos quais, Brunnet informa sobre o andamento das obras e apresenta um balancete das despesas. Estes relatórios deveriam ser apresentados mensalmente nas sessões da Diretoria, porém, como essas reuniões não

acontecem sistematicamente, as informações sobre "a marcha da construção" não têm soluções de continuidade. Apesar disto pode se ter, através destes dados esparsos, uma visão geral do processo desta construção porque à desorganização do I.I.B.A. corresponde a lentidão das obras.

Em 1864, o Sr. Brunnet solicita a liberação de 2:000\$000 para a continuação das obras cujas próximas metas seriam a construção de esgotos, tanques, horta e fábrica de tijolos e telhas. O relatório de fevereiro de 1867 informa que as "obras continuam em atividades" e que as suas próximas etapas seriam a construção da estrebaria, do curral de cercados, dos esgotos e de quatro estradas⁹⁰. Em novembro de 1868, Brunnet promete que no fim de dezembro já estariam assentadas as portas, janelas, escadas e taboados se fossem efetivados os contratos com Mr. Felix Locher para o fornecimento de madeira (10:000\$000) e com o Sr. Henrique Bekreus para as compras de 219 peitoris (1:533\$000) e pares de aduellas (876\$000) para janelas, e solicita 4 contos de réis para o pagamento destes e de outros compromissos. Porém o tesoureiro do Imperial nega o pedido, argumentando que a Tesouraria Provincial ainda não pagou nem os 15 contos de subvenção anual nem os 5% do imposto sobre a exportação. Em 1869 solicita 5 contos de réis para aproveitar o verão, acelerar as obras e pagar aos empreiteiros. Essas solicitações de verbas são atendidas na medida do possível, geralmente com atraso e em pequenas parcelas para as necessidades mais urgentes e, quando a Diretoria cobra a aceleração "da marcha das construções", Brunnet responde com mais pedidos de verba.

Durante seis anos, a construção arrasta-se em ri-

1 2

tmo lento porém, a partir de 1870, algumas providências são tomadas para acelerar a sua conclusão. A Assembléa Geral de 18/11/70 decide instalar a escola mesmo se as obras estarem inteiramente terminadas e encarrega a Diretoria de concretizar a decisão ⁹¹.

Dentro desse clima de dinamismo a Diretoria toma as medidas: os trabalhos nos campos de experimentação são abandonados e todos os recursos ficam concentrados na conclusão do edifício; uma comissão composta por Gonçalves Martins e T. Pedreira Geremoabo é nomeada para a cobrança de jóias e anuidades "esquecidas" pelos sócios devedores; o projeto do Estatuto da Escola é elaborado e alguns candidatos a professores apresentam os seus programas; o Presidente da Província ordena à Tesouraria Provincial para que a subvenção de 15:000\$000 seja paga em prestações mensais.

Essas medidas não são suficientes e por isso em janeiro de 1871 a Diretoria visita minuciosamente as obras da escola, resolvendo tomar as providências para a sua conclusão:

- escrever ao empreiteiro da madeira para enviar o resto do material;

- ir pessoalmente ao fornecedor, Frei Domingos, e pedir conclusão da empreitada das quais ainda faltam: 19 peitoris no pavimento térreo, 24 portas do pátio, 4 portas e 56 caixilhas de janelas.

- aproveitar o campo do engenho antigo, reparando-o para servir provisoriamente.

- suprimir os empregados que não forem de absoluta

77

ta necessidade e conservar apenas 20 bois de serviços e 10 vacas escolhidas, vendendo o resto e recolhendo o dinheiro à Tesouraria do Imperial.

- mandar fazer pelo sr. Bindocet pelo preço de 200\$000 o retrato do falecido Cons. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, que, quando presidente da Província, concedeu ao I.I.B.A. a subvenção provincial.

Essas providências, entretanto não são suficientes para a aceleração das obras e, em 1872, a Diretoria ansiosa para ter o estabelecimento definitivamente montado, inclusive com laboratórios e campos de cultura, resolve dividir o trabalho em 3 seções, encarregando Brunnet da primeira, Mauricio Draenert da segunda, e Luis Moreau da terceira. As diversas atribuições estavam estabelecidas da seguinte maneira:

1ª seção (Brunnet) - preparação e montagem do museu, armação e classificação da livreria, cuidado das aves, porcos e veados, inspeção e conservação dos edificios;

2ª seção (Mauricio Draenert) - montagem e preparação dos laboratórios de Física e Química, conservação dos instrumentos, análise das terras e estumes;

3ª seção (Luis Moreau) - tratamento dos quadrúpedes, das sementeiras plantadas com as sementes vindas da Europa, preparação dos terrenos para os tabuleiros de cultura destinadas às exportações da escola, conservação das estradas⁹².

Em 1873, Brunnet anexa seu relatório a um officio do empreiteiro encarregado do telhado o Sr. Bochietti, pedindo o pagamento por seus serviços e a Diretoria responde que as obras não estão conforme o contrato, que só pagaria quando

98

fossem obedecidas as cláusulas, avisando ao Diretor de obras que somente devem ser saldadas as dívidas autorizadas pelo I.I.B.A. Nesse mesmo ano a Diretoria autoriza Brunnet a contratar a mobília por 3:000\$000 e a substituir as bicas do telhado de latão por cobre e em 1874 solicita que o Diretor concentre todos os pedreiros e carpinteiros nas obras do telhado "que são as mais urgentes"⁹³.

A lentidão das obras provoca a necessidade de reparos na parte já construída e em 1876 a parede do lado Norte está "desaprumada e ameaçada de desabamento" e o cais e as escadas necessitam de concerto.

No final de 1876 são tomadas as últimas providências e Brunnet é autorizado a "pintar com simplicidade as salas principais"⁹⁴, a comprar estantes americanas de ferro para a biblioteca, vidros para os armários do museu, estacas para as cercas, plantas e sementes para os campos de experimentação, camas, louças, roupas de cama e mesa e a providenciar "o assentamento do supprimento d'água e de tres latrinas inglesas"⁹⁵. A maior parte dos objetos para os laboratórios, museu e biblioteca já está comprada e instalada na Escola Agrícola.

Depois de vários anos se deslocando de S. Bento das Lages para as reuniões da Diretoria na capital, onde presta contas do que está sendo realizado, levando de volta a reduzida verba a qual "é preciso adaptar na falta de suficientes meios, para, com redução das despesas, serem em menor escala as mesmas obras continuadas"⁹⁶ Sr. Brunnet é finalmente reconhecido com uma viagem mais longa e mais interessante. Em 1871 é encarregado de ir à Europa fazer as compras necessárias pa-

99

ra o funcionamento da Escola Agrícola. Para cobrir as despesas dessa viagem, o tesoureiro Manoel Pinto Novaes levanta em préstimo de 20 contos de réis na caixa de reserva mercantil sob a garantia de vinte e cinco apólices da dívida pública que o I.I.B.A. possui. Com duas mil libras esterlinas, o Diretor das obras da Escola Agrícola parte para a França de onde escreve ao Presidente do Instituto, o Visconde de Sergimirim, gerenciando uma viagem ao Senegal para comprar animais e produtos agrícolas, argumentando que o clima da Bahia é semelhante ao da costa ocidental da África e solicitando dinheiro para o transporte das compras feitas na Europa.

Essas compras demoram mais para chegar da Alfândega da Bahia a S. Bento das Lages do que da Europa para a Alfândega. Durante todo o primeiro semestre de 1872 o I.I.B.A. tenta retirar os instrumentos com isenções de direitos alfandegários, sob a alegação de serem de utilidade pública e em 31/08/72 ainda batalha por isso, enviando à Sua Majestade um pedido de exoneração de direitos de importação ⁹⁷.

Outra epopéia burocrática que o I.I.B.A. enfrenta para a instalação da Escola é a luta para conseguir a aprovação dos seus Estatutos pelo governo Imperial. Em 1871 esses Estatutos são enviados ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas que os devolve com observações para algumas reformas. Em 1873 uma comissão reforma os Estatutos e os envia ao Governo Imperial que finalmente os aprova pelo Decreto nº 5053, de 22 de junho de 1876 ⁹⁸.

Durante os cinco anos nos quais esses estatutos passeiam entre o I.I.B.A., a Presidência da Província e o Ministério da Agricultura, a abertura da Escola é anunciada vá

rias vezes. Os anúncios da inauguração são acompanhados de justificativas que consideram "a realização imediata da escola uma necessidade de ordem superior, reclamada pelos que voam através das nuvens amontoadas no horizonte da lavoura pátria"⁹⁹. Porém, a partir de 1873, aparecem as primeiras críticas sobre esse empreendimento, que se baseiam, principalmente, na sua localização afastada da cidade e na suntuosidade do seu prédio "de conservação cara para uma escola mais prática que teórica"¹⁰⁰.

Essas críticas referem-se às vastas e dispendiosas proporções do edifício mais apropriados "ao destino de uma Faculdade, quando simples escolas mais práticas do que theoreticas, satisfariam com mais proveito por ora as necessidades urgentes do melhoramento da Agricultura"¹⁰¹. As críticas entretanto descartam a possibilidade de abandono porque "soamente motivos mais graves como insalubridade do local ou invencíveis dificuldades"¹⁰² o justificariam. Além das centenas de contos já dispendidos na construção, poder-se-ia adaptar à "sumptuosidade do edifício, em seu primeiro destino a uma Faculdade Agronômica a uma escola modesta"¹⁰³.

Nessa década de 70 enquanto, entre críticas e lutas, prossegue a construção da Escola Agrícola, a situação financeira do I.I.B.A. continua precária e instável.

O Abade de S.Bento reclama constantemente o alu-guel sempre atrasado do Engenho das Lages, reclamações estas que corrompem o relacionamento tumultuado que se estabeleceu desde o início entre o I.I.B.A. e a Ordem Beneditina. A desconfiança da Abadia em relação à pontualidade dos pagamentos está documentada em vários officios nos quais o abade alguns dias

antes, lembra à Diretoria do I.I.D.A., a data do vencimento do aluguel. Essa precaução é inútil o que coloca sob tensão as relações entre a Ordem e o Instituto.

Em 1869 o Presidente do Instituto faz um officio ao Presidente da Província onde considera excessivo o preço do arrendamento e pede a sua intervenção junto ao abade do Mosteiro para que seja reduzido "em vista dos poucos meios de que dispõe o Imperial Instituto para ocorrer às grandes despesas que ainda se tornão precisas para a conclusão das obras em andamento a bem de tão importante estabelecimento, e prosperidade da lavoura da Província"¹⁰⁴.

No relatório da Diretoria à Presidência da Província de 03/11/71, o atraso no pagamento do arrendamento de S. Bento das Lages é justificado "por causa da obstinação da Congregação Beneditina, de não renovar o antigo contrato"¹⁰⁵. A causa do desacordo é que o Instituto quer um contrato que favoreça mais a escola, e a congregação quer a renovação nos mesmos termos do anterior.

Em resposta a um officio cobrando os aluguéis atrasados, a Diretoria avisa, em 1874, ao abade que já está providenciando o pagamento apesar da "exorbitancia da mesma renda"¹⁰⁶. No final de 74, entretanto, tem-se noticias por um documento do I.I.B.A.¹⁰⁷, que a renda ainda não está sendo paga porque a Congregação Beneditina continua a se recusar a renovar o contrato.

Diante de tamanha obstinação do I.I.B.A., em não pagar os compromissos assumidos, parece que a Abadia de S. Bento resolve ceder e na reunião da Diretoria de 03/06/75 o Tesoureiro Manoel Novaes comunica que vai conversar com o abade

102

para a prorrogação do contrato, modificando o pagamento da dívida com abatimento ¹⁰⁸.

No meio de todos esses problemas as obras da Escola Agrícola arrastam-se por mais de 14 anos, com os empreiteiros, por causa dos pagamentos atrasados, interrompendo o fornecimento do material e a Diretoria cobrando as sempre atrasadas subvenções Provincial e Imperial, pagando aos credores na medida do possível.

Finalmente, em janeiro de 1877 a Diretoria é autorizada a fazer as despesas necessárias para a abertura da escola, enviar convites e tomar as "providencias precisas para que nada faltasse a essa festa agrícola que se inicia na Provincia"¹⁰⁹.

Em 13 de fevereiro de 1877 é enviado, juntamente com o pedido para o comparecimento da Banda de Música do Corpo Policial, o convite ao Presidente da Provincia para a "inauguração solenne da Escola Agrícola da Bahia em S. Bento das Lages no dia 15 de fevereiro de 1877"¹¹⁰.

Referências Bibliográficas

- 1 . Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 18/11/1859.
- 2 . Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1860 - 1867.
- 3 . Ibid - 1867 - 1904
- 4 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província 5/9/1867.
- 5 . Ibid - 18/1/1869
- 6 . Ibid - 19/11/1869
- 7 . Ibid - 7/2/1870
- 8 . Ibid - 27/3/1870
- 9 . Ibid - 22/1/1880
10. Ibid - 22/9/1880
11. Ibid - officio, de 1859
12. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 1859 - 1877
13. Ibid - 18/11/1877
14. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1859-1902
15. Ibid - 7/4/1870
16. Ibid - 1859 - 1890
17. Ibid - 27/11/1890
18. Ibid - 21/2/1902
19. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 1869
20. Ibid - 15/11/1875
21. Ata da Sessão da Diretoria - 17/2/1871.
22. Ibid - 21/2/1902
23. Anais da Assembléa Provincial - 1879.
No discurso que o Deputado Dr. Domingos Rodrigues Seixas

faz em apoio à Fala do Presidente da Província Antonio de Araújo Aragão Bulcão (posteriormente Presidente do Instituto), a Diretoria do I.I.B.A. é acusada de anôma - la porque apesar "de primitivamente ser composta por "homens respeitáveis que nada fizeram mas eram lavradores intelligentes, passou a ser uma associação ou directoria do commercio".

- 24. RIDING, Eugene Ware - "The Bahian Commercial Association" - 1840 - 1889.
- 25. Ibid - pág. 85 - tradução da autora.
- 26. SANTOS, Mário Augusto da Silva - "Comércio Português na Bahia" - 1870 - 1930 - Salvador, S.A. Artes Gráficas, 1977.
- 27. Ibid - pág. 26.
- 28. Ata da Sessão da Diretoria - 1884.
- 29. RIDING - Op. cit - pág. 80.
- 30. Ibid - pág. 82 - tradução da autora.
- 31. Ibid - pág. 83.
- 32. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 21/2/1902.
- 33. Ibid - 16/12/1859
- 34. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1860.
- 35. Ibid - 5/7/1864
- 36. Atas das Sessões da Diretoria - 4/5/1865.
- 37. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 17/8/1868.
- 38. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1870.
- 39. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 5/5/1877.

- 40. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1877.
- 41. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Provincia - 1/10/74.
- 42. Ibid - 6/6/1867
- 43. Ibid - janeiro de 1875
- 44. Ibid - 3/5/1877
- 45. Ibid - 18/10/1866
- 46. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 6/6/1867
- 47. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Provincia - 24/3/1879.
- 48. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 16/12/1859.
- 49. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1860.
- 50. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 21/2/1902
- 51. Atas das Reuniões da Diretoria do I.I.B.A. - 1867
- 52. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 1859 - 1877.
- 53. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 20/2/1893.
- 54. Ibid - 28/2/1896
- 55. Ibid - 24/3/1899
- 56. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 21/2/1902
- 57. Falla que recitou o Presidente da Provincia Antonio Araújo Aragão Bulcão - 1º de maio de 1880.
- 58. Falla que recitou o Presidente da Provincia Pedro Luiz Pereira de Souza - 10 de dezembro de 1883
- 59. Falla que recitou o Presidente da Provincia Theodoro Machado Freire Pereira da Silva - 3 de abril de 1886.
- 60. Falla que recitou o Presidente da Provincia João Capis - trano Bandeira de Mello - 4 de outubro de 1887.

- 100
61. Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador da Bahia Joaquim Rodrigues Lima no ano de 1893.
 62. Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa pelo Governador da Bahia Joaquim Rodrigues Lima no ano de 1895.
 63. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1893
 64. Ibid - 21/2/1890
 65. Ibid - 1860
 66. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 13/4/1860.
 67. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 10/2/1862
 68. Ibid
 69. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1862
 70. Ibid
 71. Ibid
 72. Ibid - 29/6/1860
 73. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1861.
 74. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 5/6/1868.
"A moléstia se originou em Nazaré e tem invadido todo o Recôncavo, cada vez com mais intensidade, tendendo a generalizar-se por todas as localidades que se entregão à cultura da cana".
 75. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 16/2/1867.
 76. Falla que recitou o Presidente da Província Ambrozio Leitão da Cunha - 1867.

- 77. Ibid
- 78. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 5/6/1868.
- 79. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A.- 5/12/1867.
- 80. Ibid - 17/8/68
- 81. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1860.
- 82. Ibid - 3/11/1862
- 83. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 9/1/1862.
- 84. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1862
- 85. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 5/2/1864.
- 86. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 4/2/1865.
- 87. Ibid
- 88. Ibid - 22/9/1865
- 89. Ibid
- 90. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - Fevereiro de 1867
- 91. Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do I.I.B.A. - 18/11/1870
- 92. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1872
- 93. Ibid - 1874
- 94. Ibid - 1876
- 95. Ibid
- 96. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 1/4/69
- 97. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 22/6/1876.

- 98. Ibid - 22/6/1876
- 99. Ibid - 15/12/1872
- 100. Ibid - 3/7/73
- 101. Ibid
- 102. Ibid
- 103. Ibid
- 104. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 5/7/1869
- 105. Ibid - 3/11/71
- 106. Ibid - 1874
- 107. Ibid
- 108. Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A. - 3/6/75
- 109. Ibid - janeiro 1877
- 110. Ibid - 13/2/1877

PARTE II - A ESCHOLA AGRICOLA NA BAHIA

Capítulo - 1 - O Funcionamento da Escola Agrícola da Bahia

Nos discursos dos setores mais progressistas da classe dominante da 2ª metade do século XIX a necessidade da educação agrícola como meio de resolver alguns problemas da agricultura baiana, é constantemente mencionada. Segundo esses discursos, como o atraso da técnica e o problema de mão-de-obra são causados, em parte, pela ignorância da maioria dos lavradores, a disseminação de teorias e práticas avançadas os transformaria em produtores mais aptos a dirigirem suas fazendas.]

Por outro lado, a educação agrícola poderia contribuir, através da criação de escolas, asilos e penitências agrícolas, para o engajamento como mão-de-obra, disciplinada e responsável, da população rural livre que no Recôncavo reage firmemente a um trabalho sistemático.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura como órgão em que estão representados os setores mais progressistas da economia baiana, se engaja nessa luta e, percebendo a impossibilidade de agir em toda a província da Bahia, como era sua intenção inicial, reduz sua ação à tentativa de recuperação da economia açucareira através da Escola Agrícola da Bahia.

Partindo do pressuposto de que "a educação profissional é a primeira das condições de existência regular da agricultura e a falta dela é sem dúvida alguma, uma das causas da nossa decadente lavoura" o I.I.B.A. empenha-se em promover dentro dos "limites de suas acanhadas forças e

recursos a criação da Eschola Agrícola ¹". (05/06/1868)

Essa escola é saudada como "destinada a derramar as luzes do ensino practico tão necessário à regeneração de nossa lavoura" e considerada como "o fim principal desta e de cuja criação tão brilhantes resultados espera não só a nossa lavoura como também todas as classes sociais, visto ser a agricultura a fonte principal da riqueza pública" ².

As expectativas em torno do seu funcionamento são otimistas principalmente no que se refere à resolução dos problemas da economia açucareira e, em 1876, o Presidente do Imperial anscia pela inauguração para que "ella seja effectivamente uma realidade produzindo um pessoal tecnico habilitado capaz de levantar as forças da nossa lavoura já tão extenuada e abutida por diferentes cauzas, entre as quais resulta a rotina" ³.

Nesse clima de expectativa otimistas se inaugura, em 15 de fevereiro de 1877, a Escola Agrícola da Bahia com o objetivo de formar uma mão-de-obra especializada que, disseminando pelo Recôncavo uma tecnologia mais desenvolvida, contribua para a recuperação da economia açucareira.

A Escola Agrícola da Bahia, situada em São Bento das Lages às margens de um braço de mar, se compõe de um edificio destinado à moradia e atividades pedagógicas dos alunos; das casas dos professores; de uma área externa destinada aos trabalhos práticos na qual estão os campos de ensaio (Anexo nº 9), o curral, a estrebaria e os cercados.

O edificio dividido em dois andares, "com 190 palmos em quadro, com duzentos e cinquenta e duas janelas e portas e quatro portões" ⁴ compõe-se de salões, salas de au

las, dormitórios, banheiros, cozinha, uma biblioteca (Anexo nº 10 e 11) uma capela e um "museu com 3.462 exemplares de anatomia-astcologia; paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, pneumatologia, neurologia, mamíferos, aves, gallina-ceos, pernaltas, peixes, crustáceos, molhuscas; um museu de física com 170 instrumentos e um museu de química com vasi-lhames produtos químicos e 372 objetos para as manipula-ções" ⁵. A Biblioteca (Anexo nº 12) possui "1517 obras em 3813 volumes de ciência, artes e indústrias que se relacionam com a agricultura" ⁶. Para os trabalhos nos campos de ensaio, a Escola dispõe de instrumentos e máquinas modernas compradas em 1871, pelo então Diretor das obras o Sr. Brunet, na Europa.

A clientela da escola é composta por alunos do curso elementar, destinado a formar regentes agrícolas e florestais; e do curso superior destinado a formar engenheiros agrônomos e veterinários.

Para o funcionamento destes dois cursos, cujos currículos estão montados sobre disciplinas teóricas e práticas, a escola dispõe: de um corpo docente, de funcionários ligados aos trabalhos de campo e de um pessoal de apoio administrativo.

Entretanto diante das dificuldades administrativas e financeiras que enfrenta, no decorrer de sua existência, se limita a formar engenheiros agrônomos - através do curso superior - e operários agrícolas - no curso elementar.

Um dos obstáculos enfrentados e que dificulta o cumprimento dos objetivos iniciais da Escola é a carência de pessoal qualificado para estimular o seu funcionamento.

A Escola deveria funcionar, com recursos humanos formados por um diretor, professores em número suficiente para ministrar todas as disciplinas do currículo, condutores de trabalhos de campo e um professor para o curso elementar. Todavia, principalmente no que diz respeito ao pessoal ligado à área pedagógica, o funcionamento da Escola é caracterizado pelo número insuficiente de profissionais que possam suprir as necessidades do estabelecimento.

Desde o começo da década de 70, quando a inauguração da Escola é várias vezes anunciada e adiada que a Diretoria se preocupa em abrir concursos para o preenchimento das diversas cadeiras de ensino. A maioria dos candidatos que se apresenta é reprovada por falta de capacitação profissional e novos concursos são anunciados. Na ata da reunião de 21/9/1876, está registrado a reprovação de três candidatos à cadeira de Desenho e a deliberação da Diretoria de anunciar um novo concurso em "jornais não só Bahia como do Ric de Janeiro e Pernambuco" ⁷.

Diante de um currículo pretensioso que inclui mais disciplinas do que a das escolas européias e que exige um corpo docente quantitativamente suficiente e qualitativamente capacitado, a Escola Agrícola conta apenas em seus melhores momentos com sete professores, alguns nomeados provisoriamente e esperando a realização de concursos.

Por outro lado a situação financeira do instituto não permite grandes exigências com os professores que, recebendo um salário provavelmente insuficiente, diversificam suas atividades entre outros empregos, vindo esta situação a provocar abandonos definitivos quando surge uma oferta me

lhor de trabalho.

Um meio utilizado pelos professores para poder conciliar os seus compromissos em S. Bento das Lages, local de difícil acesso com seus interesses pessoais é o pedido de licença. Quem inaugura esta prática é o Sr. Brunet, que após sua demissão como Diretor das obras é nomeado professor de Ciências Naturais e mesmo antes da abertura da escola já solicita à Diretoria, na reunião de 25/4/1876, uma licença de dez meses para ir à Europa fazer uma operação ⁸. Solicita também subsídios de viagem comprometendo-se a fazer compras de animais e instrumentos para a Escola. A Diretoria concede uma licença de seis meses menos a gratificação, porém expirado o prazo da licença, Brunet escreve da França pedindo uma prorrogação e a Diretoria decide, na reunião de 26/10/1876, dispensá-lo do cargo de professor de História Natural, Botânica e Zoologia ⁹.

Os pedidos de afastamento definitivo ou provisório com ou sem vencimentos, sucedem-se sob os mais variados pretextos que vão desde afastamento por motivos de saúde até licença de seis meses "para acompanhar consorte as Caldas do Sipó" ¹⁰ como solicita e consegue o Prof. Barros Pereira na reunião da Diretoria de 28/2/1895.

O Prof. Frederico Draenert pede na reunião da Diretoria de 8/10/1888 o seu afastamento pois está a serviço do Ministério de Agricultura no Rio de Janeiro ¹¹, outro professor opta por emprego em Santo Amaro e abandona a cadeira de desenho. Um outro professor pressionado a optar pela Diretoria - que após lhe conceder seis meses de licença com ordenado descobre que o mesmo, em detrimento do ensino, exer

ce também a função de fiscal de navegação do alto S. Francis
co - escolhe o emprego federal.

Tentando contrabalançar os afastamentos de pro -
fessores, o Instituto anuncia concursos que não se realizam
ou que não conseguem aprovar os candidatos por falta de ca
pacidade profissional deles.

Na reunião de 5/8/1884 a Diretoria anuncia que o
concurso para a cadeira de engenharia rural "foi vencido bri
lhantemente pelo engenheiro civil Arlindo Coelho Fragoso"¹².
Entretanto as nomeações por concurso raramente acontecem e
de uma maneira geral a Diretoria nomeia provisoriamente e
depois efetiva os professores por tempo de serviço. A deci
são de abrir concurso para a cadeira de Zootecnia e Veteri
nária é tomada na reunião de 12/3/1889 porém na sessão de
16/1/1890 os membros da Diretoria decidem adiar o concurso
para as cadeiras vagas depois das reformas que pretendem fa
zer na escola ¹³. As reformas não são realizadas e a ata da
reunião de 27/11/1890 registra que os candidatos ao concu
rso não estavam habilitados ¹⁴. A Diretoria decide então trans
ferir o professor da cadeira de Desenho para a de Química e
Física e nomear um professor interino para a cadeira de Zoo
tecnica e Veterinária "até ser posta em concurso ou contrata
do professor dentro ou fora do País"¹⁵.

A contratação de professores estrangeiros para
solucionar a carência interna é uma possibilidade levantada
várias vezes durante a existência da escola. Porém com exce
ção do Francês Louis Jacques Brunet e do "professor formado
pela Universidade de Yena" Frederico Draenert¹⁶, as tentati
vas de contratar professores estrangeiros são sempre frustra

das.

O quadro de professores da Escola Agrícola desta maneira, não se modifica fundamentalmente em seus vinte e cinco anos de existência. O número de professores nunca passa de sete, apesar das promessas de ampliação feitas constantemente pelo Instituto, sendo que algumas vezes diminuem consideravelmente, como na sessão de 4/4/1895 à qual só com parecem três membros - Gustavo d'Utra, João Ladislau Cerqueira Bião e Enequino de Sant'anna - porque os professores Arlindo Fragoso e Nuno de Barros Pereira estão licencia- dos¹⁷.

1. Organização Administrativa

O artigo 2º do Projeto da Escola Agrícola da Bahia determina que:

"A escola fica debaixo da administração imediata do Instituto, subordinada as deliberações d'este à supre ma Inspeção do Governo Imperial e de seu agente ou Delegado na Província" (Anexo - nº 5).

Com os seus estatutos aprovados pelo Governo Im perial e sob a proteção do Imperador D. Pedro II, a Escola Agrícola da Bahia é inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1877 e funciona durante vinte e cinco anos diretamente subordina da ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

A Escola cujo funcionamento está previsto em dois níveis- o curso superior e o curso elementar- dispõe de um cor po administrativo formado pela Diretoria, (Anexo - nº 6) pela Congregação de Professores, pela Secretaria e pelo seguinte pessoal de apoio: o inspetor; o economo; o encarregado da bi

biblioteca; o porteiro e zelador do edificio; o feitor da Fazenda; o vaqueiro e carregador d'água; o copeiro; três criados; o canocero.

O artigo 3º do Projeto da Escola Agrícola determina que "regerá interinamente a parte econômica e administrativa da escola um Diretor de nomeação da Directoria do Instituto, de cujas decisões haverá recursos para esta: ou interposto pela congregação dos Professores ou pela parte prejudicada". (Anexo nº 5).

O primeiro Diretor, o naturalista Francês Cons. Louis Jacques Brunet, é nomeado pela Directoria do Imperial Instituto em 1863 para dirigir as obras de construção da Escola Agrícola. Quando a construção já está praticamente pronta, o Sr. Brunet é substituído em 1876 pelo Dr. Arthur Cesar Rios que, acumulando as funções de médico, ganha um salario mensal de 800 réis. O Dr. Rios, que é também deputado pela Assembléa Legislativa, pede exoneração na reunião da Directoria de 25/5/1879, alegando interesses de família¹⁸. Para substituí-lo a Directoria nomeia, interinamente, o Dr. João Ladislau Cerqueira Bião que também acumula as funções de Diretor e Médico. Na reunião de 22/9/1880, o Dr. Bião é dispensado do cargo de Diretor interino, e a Directoria nomeia o Dr. Francisco dos Santos Silva, Diretor efetivo da Escola Agrícola, com o ordenado de 4:000\$000 anuais¹⁹.

A Directoria, na sessão de 2/6/1890²⁰, recebe um officio do Dr. Cerqueira Bião comunicando a morte do Dr. Francisco Santos Silva e promove uma votação para preenchimento da vaga, que termina com um empate entre o Prof. Arlindo Fragozo - 2 votos - e o Dr. Cerqueira Bião - 2 votos -. O Pre-

sidente do Instituto desempata em favor do Dr. Cerqueira Bião que é nomeado Diretor efetivo da Escola Agrícola. Bião dirige a Escola de 1894 a 1897 quando é substituído pelo Dr. Gustavo d'Utra e retorna em 1897, permanecendo no cargo até a última reunião da Diretoria do Instituto em 1902, quando solicita a sua exoneração ²¹.

A Diretoria do Instituto de Agricultura é responsável também pela escolha, nomeação e manutenção do corpo docente que através da congregação de Professores participa das decisões referentes ao funcionamento da Escola.

O art. 4º do Projeto da Escola Agrícola determina que "a congregação he a reunião de todos os professores da escola debaixo da Presidencia do Diretor: à esta pertence providenciar sobre quanto diz respeito ao ensino. O Director hé o competente para fazer executar as deliberações da congregação; podendo suspender provisoriamente a que julgar conveniente ao serviço, até decisão final da Diretoria. Esta designará um dos professores para substituir o Director nos impedimentos". (Anexo nº 5).

A Congregação de professores (Anexo nº 7) se reúne regularmente para deliberar sobre os assuntos internos da escola ²². Essas deliberações são encaminhadas pelo Diretor às reuniões do Instituto a quem compete a decisão final.

2. O Curso Elementar

Destinado a formar operários agrícolas especializados para trabalharem nas grandes propriedades agro-açucareiras, disseminando entre os outros trabalhadores uma téc

nica mais avançada, o curso elementar conta com uma cliente la composta de filhos de pequenos lavradores, de órfãos de São Joaquim e de meninos abandonados da Capital. (Anexo nº 13).

Esse curso tem a duração de três anos e admite a lunos entre doze e quinze anos que estudam noções elementares de aritmética, gramática, geografia, contabilidade, desenho linear e mecânico ministrados por um professor primário contratado pelo Instituto de Agricultura. Estes alunos também aprendem catecismo e música com o capelão e praticam, sob a direção do chefe dos trabalhos rurais, durante cinco horas por dia nos campos "os trabalhos de culturas, desde - trando-se no manejo e usos dos instrumentos" e pág. 23. Esta formação básica é garantida pela escola agrícola que também fornece "alimentação, vestuário, livros, instrumentos de la voura, médico e botica" 24.

O curso se inicia em março de 1877 com treze alunos - nove filhos de lavradores e quatro órfãos de S. Joaquim não preenchendo as vinte vagas iniciais que são elevadas para trinta e se mantém neste número até 1896.

As informações sobre o curso elementar além de cessarem em 1896 são muito reduzidas e falhas, apesar de fazerem parte de uma documentação rica em detalhes sobre o Instituto de Agricultura e sobre a Escola Agrícola. Estes dados descontínuos informam que no segundo ano de seu funcionamento, 1878, o número se eleva de 13 para 36 alunos e se mantém com esta frequência durante 1879. As informações sobre a frequência do curso elementar na década de 80 se limitam aos anos de 1883 (24 alunos) e de 1886 (22 alunos).

Depois de 10 anos nos quais as informações sobre o curso elementar praticamente estão ausentes da documentação, o diretor da Escola Agrícola nos informa no seu relatório transcrito na Mensagem de 1896, que o número de alunos cresceu para 33 e que para a "sua actual prosperidade" contribuíram as seguintes medidas: "A atitude do Dr. Chefe da Segurança que atendendo aos reclamos do Presidente da Província envia meninos desamparados e vadios que infestam as ruas da Capital"; mudança dos alunos do edificio onde funciona o curso superior para outro prédio; o estabelecimento de novo regime disciplinar "pelo qual tenho podido difficul-tar um tanto as evasões, que eram outrora tão frequêntes, constituindo só por si a primeira das causas que estorvavam o seu desenvolvimento" ²⁵. Neste relatório o Diretor da Escola, provavelmente animado pelo aumento da clientela afirma que dedica toda a atenção a este curso porque pretende aprir "uma das mais imperiosas necessidades da nossa lavoura, que é a de instruir nos melhores processos de cultura e no maneo dos aperfeiçoados aparelhos de rotea, a nova legião dos operarios dos quais a agricultura tanto precisa para su-perar os problemas da funesta rotina que tanto a tem ames-quinhado" ²⁶.

O Diretor da Escola prossegue o seu discurso sobre a importância do ensino elementar afirmando que é preci-so mantê-lo a qualquer preço porque "é o mais necessário na actualidade e é o único capaz de iniciar efficazmente a gran-de obra de reabilitação da nossa atrasada lavoura, cuja pre-sente situação, principalmente por falta de braços e de ope-rarios sedentários e háveis, todos reconhecem ser verdadei-

ramente afflictiva"²⁷.

Esse súbito interesse pelos destinos do curso e lementar, entretanto, não estimula a longo prazo o seu fun cionamento, que se extingue antes da extinção da Escola A grícola, 1902, e do Instituto Bahiano de Agricultura, 1904.

No relatório transcrito na Fala de 1889, o Dire- tor informa que "da Escola tem schido promptos 25 opera - rios agrícolas sendo: 4 em 1880; 4 em 1881; 2 em 1882; 2 em 1883; 2 em 1884; 3 em 1885; 2 em 1886; 3 em 1887; 3 em 1888"²⁸.

Como não se tem informações sobre os anos 90, não se pode medir com exatidão a quantidade de operários forma- dos pelo curso elementar. Entretanto pode-se concluir, pelas informações acima expostas, que o funcionamento deste curso fica muito aquém dos seus objetivos básicos de "suprir um operariado exccasso e sem preparo técnico"²⁹.

A frustração dos objetivos desse curso, traz em si algumas explicações e razões básicas. A primeira prende- se à permanentemente precária situação financeira do Insti- tuto que determina a concentração de recursos no curso supe- rior, em detrimento do elementar. A afirmação feita pelo Di- retor, Dr. Arthur Cesar Rios, no seu relatório de 1877 de que "as circunstâncias financeiras não permitem ainda gran- de desenvolvimento a essa classe de ensino"³⁰ provavelmente acompanha todo o funcionamento deste curso. O seu fugaz re nascimento em 1895, quando são adotadas apenas medidas re pressoras para melhorar o seu funcionamento, demonstra que apesar de reconhecer a sua importância, O Instituto e a Eg cola Agrícola não têm recursos suficientes para dinamizá-lo.

A segunda razão do esvaziamento do curso elementar é determinada pela própria clientela que reage através de fugas e desistências ao rígido esquema disciplinar estabelecido pela Escola Agrícola que pretende "fornecer à la voura operários e regentes agrícolas, além de habilitados, sábios e moralizados"³¹.

O conflito existente entre os interesses da classe dominante em formar uma mão-de-obra disciplinada para trabalhar nos engenhos, e a reação dos alunos a este objetivo tem o seu exemplo mais radical e violento no documento³² no qual o Diretor da Escola comunica ao Presidente da Província o desligamento de 4 alunos e pede providências, inclusive reivindicando a interferência da polícia através dos delegados de Santo Amaro e São Francisco do Conde.

Segundo o Diretor, a fuga dos alunos, Constantino Alves de Oliveira, Francisco Alves de Oliveira - moradores em terras do Engenho S. Cosme em Santo Amaro - Olívio Emiliano de Menezes - Cidade de Santo Amaro - Graciliano Menezes Doria - freguesia do Socorro, Vila de São Francisco - abre um precedente "desmoralizador e funesto para um curso que pretende preparar operários e regentes agrícolas encaminhando para o trabalho honesto e inteligente os filhos das classes desvalidas"³³.

Acontece que "as classes desvalidas", percebem que o encaminhamento dos seus filhos para o trabalho nos engenhos, prejudica a renda da família e por isso ou demonstram um total desinteresse pela escola porque "poucos são os pais que renunciam ao trabalho de seus filhos mormente quando estes atingem à idade de 10 a 12 anos, época em que

já lhes podem prestar alguns serviços"³⁴ ou os retiram do curso antes que sejam engajados na força de trabalho. Depois de "permanecerem 3 anos no estabelecimento, se desligam quando já podem prestar alguns serviços e compensarem os sacrifícios da escola"³⁵, é a queixa indignada do Diretor que solicita a interferência da repressão policial para os alunos fujões de Santo Amaro e São Francisco do Conde.

Os conflitos de interesse entre a classe dominante, que quer formar um operariado rural disciplinado, e a rebeldia dos alunos em se engajarem no mercado de trabalho como mão-de-obra nas grandes propriedades se materializam em medidas repressoras por parte da Escola e em evasões por parte dos alunos. Estes conflitos, que dificultam a formação de uma mão-de-obra especializada em larga escala, são incentivados pela reação dos pequenos lavradores em não matricularem seus filhos porque acham mais vantajoso que eles continuem como mão-de-obra familiar.

Diante da carência de uma mão-de-obra preparada, o Governador do Estado sintetiza, na sua Mensagem de 1896, as queixas dos setores mais progressistas da classe dominante afirmando: "Não temos operários que saibam por em movimento os novos aparelhos de que a agricultura moderna se serve porque ha deficiencia em todos os sentidos de pessoal numeroso e idoneo"³⁶.

O objetivo inicial de transformar em operários agrícolas os filhos de pequenos proprietários, de meeiros e de moradores nas grandes propriedades da região é desviado e o curso elementar adquire um aspecto de casa de recuperação de menores, com sua clientela reduzida a meninos abando

nados da Capital.

Por outro lado o Instituto além de incapacitado de atuar na área de formação de mão-de-obra a nível de operários, preocupa-se, também em educar a classe dominante e formar uma nova elite técnica. Talvez por isso concentre todos os seus recursos na manutenção do Curso Superior.

3. O Curso Superior

Destinado a preparar uma nova elite técnica que lidere as transformações necessárias à recuperação da economia açucareira, difundindo conhecimentos tecnológicos mais avançados, o curso superior da Escola Agrícola da Bahia forma várias turmas de engenheiros agrônomos no período de 1880, ano da primeira formatura, a 1902.

Segundo os artigos 7º e 8º do Projeto da Escola os alunos do curso superior para serem admitidos devem ter completado dezesseis anos e mostrarem-se habilitados nas seguintes disciplinas: português, francês, geografia, aritmética, algebra, geometria, trigonometria. Havendo a utilização dos conceitos de avaliação: distinção, plenamente, simplesmente, reprovado.

Os alunos aprovados seguem durante quatro anos a seguinte grade curricular:

GRADE CURRICULAR - CURSO SUPERIOR

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Physica Geometria	Minerologia Zoologia	Chimica Industrial	Zootechinia Viticultura

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Descritiva	Zoologia	Agrologia	Economia Rural
Botânica	Mechanica	Mechanica	Silvicultura
Desenho	Desenho	Desenho	Higiene Veterina-
Chimica In - dustrial	Geologia	Topographia	ria
Chimica Mine- ral	Chimica Orgâ- nica	Phytotechnia	
Agrologia		Engenharia Ru- ral	
		Agricultura Prática	
		Chimica Prá- tica	

FONTE: Mensagem do Governador - 1896.

Os exames de habilitação são feitos em março, mês de abertura da escola e cada ano escolar é dividido em dois semestres, o primeiro se encerrando em junho e o segundo começando em agosto e terminando em novembro, mês no qual são realizados os exames finais.

4.1. Tipos e Frequência da Clientela

A clientela está dividida em duas classes:

1) a de alunos pensionistas com as seguintes condições de admissão: estar na idade regulamentar; ter passado nos exames de habilitação; ser vacinado;

2) a de aluno gratuito, que além de preencher as condições exigidas para os alunos da 1ª classe são selecionados por critérios que obedecem a seguinte ordem: provar

que não tem meios; pertencer a famílias que exerçam a profissão de agricultura, ser órfão de pai e mãe, ser filho de viúva, ser filho de funcionários públicos civis ou militares.

Das vinte vagas iniciais, dez são reservadas para os alunos gratuitos. Nos primeiros anos de funcionamento existe um equilíbrio entre o número de alunos gratuitos e pensionistas porém à medida que se agrava a situação financeira do Instituto o número de pensionistas vai crescendo e na reunião de 24/3/1899 a Diretoria decide "não addimittir mais alunos gratuitos, conservando apenas os que já estão"³⁷.

As aulas inauguram-se em março de 1877 com vinte alunos, variando a sua frequência de 1878 a 1881 entre dezoito e vinte e seis alunos. Em 1882 a matrícula ultrapassa a casa dos trinta e em 1882 a casa dos quarenta.

A partir de 1884 até 1888 o número varia entre quarenta e oito e cinquenta alunos e na década de 90 a frequência aumenta consideravelmente pois em 1894 se matriculam oitenta e seis alunos e em 1895 se matriculam cento e sete alunos.

De acordo com o livro de Matrícula da Escola Agrícola (1877-1888) o número de alunos matriculados é o seguinte:

ANOS	ALUNOS	DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR ANO			
		1º	2º	3º	4º
1877	20	20	-	-	-
1878	19	6	13	-	-
1879	19	4	4	11	-

ANOS	ALUNOS	DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR ANO			
		1º	2º	3º	4º
1883	25	8	5	2	10
1881	26	13	6	5	2
1882	33	15	7	6	5
1883	44	24	11	3	6
1884	50	22	16	9	3
1885	48	13	14	14	7
1886	50	12	10	14	14
1887	49	15	11	9	14
1888	49

Segundo a Fala de 1889 se matriculam na escola agrícola no período de 1877 a 1888 alunos provenientes da Bahia, do Pará, de Sergipe, de Alagoas, do Ceará e do Rio Grande do Sul na proporção de:

1877 - 20 alumnos todos da Bahia

1878 - 30, sendo 29 da Bahia e 1 do Pará

1879 - 19, sendo 18 da Bahia e 1 de Sergipe

1880 - 26, sendo 25 da Bahia e 1 de Sergipe

1881 - 26, sendo 24 da Bahia, 1 de Sergipe e 1 do Ceará

1882 - 33, sendo 27 da Bahia, 5 de Sergipe e 1 do Ceará

1883 - 42, sendo 36 da Bahia, 4 de Sergipe e 2 do Ceará

1884 - 48, sendo 39 da Bahia, 3 de Sergipe, 2 do Ceará e 2 do Rio Grande do Sul.

1885 - 48, sendo 43 da Bahia, 3 de Sergipe e 2 do Rio Grande do Sul.

1886 - 51, sendo 45 da Bahia, 2 de Sergipe, 1 de Alagoas, 1 de Pernambuco e 2 do Rio Grande do Sul.

1887 - 49, sendo 45 da Bahia, 1 de Sergipe, 1 de Alagoas e 2 do Rio Grande do Sul.

1888 - 49, sendo 46 da Bahia, 2 de Alagoas e 1 do Rio Grande do Sul.

As Mensagens do Governador de 1893 e de 1895 registram os seguintes dados sobre o número de alunos que concluem o curso no período de 1880, ano da formatura da primeira turma é 1895:

ANOS	ALUNOS CONCLUINTE
1880	10
1881	2
1882	5
1883	5
1884	3
1885	7
1886	13
1887	14
1888	5
1889	8
1890	9
1891	15
1892	14
1893	8
1894	10
1895	19
TOTAL	148

Estes dados apesar de incompletos, pois só dão informações dos alunos inscritos e concluintes no período de 1877 a 1895 demonstram o crescimento gradual da frequência da Escola.

A despeito da precária situação financeira do Instituto que não permite uma administração competente do estabelecimento, este, com o passar dos anos, é cada vez mais procurado e a frequência inicial dos alunos em 1877 aumenta para cento e sete em 1895. Na reunião de 1883, a Diretoria do Instituto comunica o aumento do número de alunos, como prova de aceitação e procura da Escola.

Em 1885, discutindo os problemas da Escola Agrícola a Diretoria conclui que a única circunstância que anima é a frequência dos alunos, que tende a subir de ano para ano. O Estabelecimento é procurado por alunos de outras províncias como Sergipe, Ceará e Rio Grande do Sul "o que prova que a necessidade de ensino profissional agrícola já é felizmente conhecido e sentido em quasi todo o Império"³⁸.

Na reunião de 1899³⁹, quando a situação financeira obriga a Diretoria tomar a decisão de não mais aceitar alunos gratuitos, decide-se, também, prolongar a matrícula, que é normalmente realizada no mês de fevereiro até 31 de março, para atender aos alunos de outros estados que procuram a Escola.

4.2. Convívio Interno - problemas disciplinares

A clientela da Escola Agrícola da Bahia, abrangendo o curso elementar e superior é formada por alunos de diferentes origens e classes sociais.

O curso elementar é composto pelos seguintes ti

pos sociais de alunos: indigentes recolhidos nas ruas e asilos de órfãos da capital; filhos de agricultores sem terras; filhos de pequenos proprietários.

O curso superior é frequentado por alunos gratuitos - filhos de famílias pobres de origem rural e urbana ; por alunos pensionistas - alguns pertencentes à famílias da aristocracia açucareira e outros originários de outras províncias.

Como se comporta, convivendo em um local de difícil acesso como S. Bento das Lages este tipo de clientela?

Os alunos do curso elementar reagem no esquema disciplinar fugindo da escola; os do curso superior cometem atos de indisciplina em São Bento das Lages e provocam arruaças na Vila de São Francisco do Conde, local onde passam seus momentos de lazer. Vários casos de desordem são registrados no decorrer dos vinte e cinco anos de funcionamento da Escola Agrícola porém dois acontecimentos parecem ter tomado proporções mais graves.

Na reunião de 30/11/1893, o Diretor da Escola comunica à Diretoria do Instituto "o grave acontecimento na Vila de São Francisco no qual foi assassinado um aluno do estabelecimento"⁴⁰. O Presidente da Diretoria do Instituto fazendo ponderações sobre a administração do estabelecimento autoriza o Diretor a "empregar os meios que julgasse mais convenientes para coibir abusos, evitando fatos que possam deslustrar o ensino, sua fiscalização e disciplina"⁴¹.

No relatório anual de 1895 enviado ao Presidente do Instituto, o Diretor da Escola comunica que "em relatório especial e diversos officios dei-vos em tempo minucio -

soz esclarecimentos a cerca das desordens promovidas na Escola por treze dos 107 alumnos matriculados, tendo aquelles à sua frente o alumno gratuito João Silveira, para o qual pediu no Instituto a congregação da Escola a applicação da pena de expulsão definitiva, por já haver elle sofrido a applicação gradativa de todas as que cabiam nas attribuições desta directoria e da mesma congregação.

É de esperar que com as providências tomadas por esta e essa Directoria não mais se reproduzam os acontecimentos que obrigaram-me a fechar o estabelecimento por 5 dias: acto que mereceu do Instituto louvores: e para que assim seja, nada mais, a meu ver, será preciso senão que os professores, usando de justiça e rigor nos exames, cedam menos aos empenhos, porque tal é hoje o unico meio capaz de manter a ordem e o respeito nos institutos de instrucção, por ser também a reprobção justa a pena mais efficaz e dolorosa que pode attingir ou ferir os alumnos vadios e insubordinados que tem sempre mil recursos de burlar a lei"⁴².

O alumno que lidera este movimento, João Silveira é aceito pela Directoria do Instituto na reunião de 20/2/93, como aluno gratuito, "em consequência de ser filho de lavrador e destituído de meios"⁴³.

Na reunião de 12/6/1895"⁴⁴ a Directoria do Instituto decide a pena dos envolvidos nos acontecimentos de 4 de maio. O lider João Silveira é condenado a afastamento da Escola por três anos com perda de gratuidade; os alumnos Marçal Ferreira da Silva, Durval Oliveira e J. da Silva Mattos são condenados a dois anos de afastamento com perda de gratuidade; os alumnos Francisco Muniz Barreto de Aragão Filho,

Mario de Carvalho Behing, Eduardo Dias de Moraes Sobrinho e José Anchieta de Siqueira Torres são condenados a 1 ano de afastamento; os alunos Antonio Francisco de Paula, Jorge Americo de Freitas, J.Candido Martins Trindade, Francisco de Souza Gomes, Themistocles Pereira Gravé e Octaviano F. Teixeira são indultados.

As penas ou são atenuadas ou a maioria dos alunos retornam após o afastamento porque os seguintes alunos punidos defendem teses posteriormente: Marçal Ferreira Silva - "Instrução Agrícola no Brasil" 1897; José da Silva Mattos - "Phosphatos e sua influencia na agricultura - 1896 ; Francisco Muniz Barreto de Aragão - "O cavallo" - 1898; Mario de Carvalho Behing - "Herança e variação" - 1896; Eduardo Moraes Sobrinho - "Emprego do alcalis no fabrico do assucar" - 1902; José Torres - "Cultura do trigo no Brasil" - 1898; Jorge Americo de Freitas - "Criação e reprodução de ovidios" - 1896; Francisco de Souza Gomes - "Estudo economico do Traçado das Estradas de Ferro" - 1896; Themistocles Pereira Gravé - "Machinas e suas influencias na vida economica" - 1896.

Os "acontecimentos", que na documentação não se esclarecem os detalhes, une alunos pensionistas e gratuitos, filhos de lavradores pobres como João Silveira e de familias importantes do Recôncavo como Francisco Muniz Barreto de Aragão Filho que na sua dissertação "defende ardorosamente a propriedade privada e classifica de "anarchisadores" ⁴⁵ aos que a ela se opoem" enquanto outro envolvido, José Torres, é favorável à intervenção governamental inclusive para uma reforma agrária ⁴⁶.

Estes dados indicam que provavelmente os movimentos de alunos que, vez por outra, tumultuam o funcionamento da Escola não passam de simples problemas disciplinares sem maiores implicações políticas.

Os problemas disciplinares, entretanto, não são os únicos enfrentados pelo Instituto de Agricultura no período em que administra a Escola Agrícola da Bahia. Durante estes vinte e cinco anos, as duas instituições e suas respectivas diretorias são alvos de vários tipos de crítica, geralmente, acompanhadas de propostas de reformas.

5. Críticas e Propostas de Reformas

O clima de otimismo no qual se realiza a inauguração da Escola, vai se modificando à medida em que aparecem os problemas, as contradições se aguçam e surgem as reclamações contra o nível de ensino e discussão sobre a validade de seu funcionamento. Estas discussões envolvem problemas de currículos e programas, recursos materiais capacidade dos professores, da Direção da Escola e da própria Diretoria do Instituto de Agriculture.

Dois anos depois da inauguração da Escola, o seu Diretor, deputado Arthur Rios, ocupa a tribuna da Assembléia Provincial para através de um discurso de cinco páginas refutar⁴⁷ as duras acusações feitas à Diretoria do I.I.B.A. e da Escola Agrícola. Estas críticas feitas pelo Presidente da Província Antonio Araújo Bulcão, na Fala de 1879⁴⁸, são endossados pelo deputado da situação Dr. Domingos Rodrigues Seixas que no seu discurso de 24/7/1879⁴⁹ critica o Presiden

te do Instituto, o Visconde de Sergimirim, o diretor e a congregação de professores da Escola Agrícola que considera "uma diretoria incompetente e sem habilitações, vicendo amigavelmente na mais santa paz n'uma congregação de família"⁴⁹.

As críticas do Presidente da Província, têm como alvo principal a administração do estabelecimento pelo Imperial Instituto. A Escola Agrícola, apesar de pertencer a uma entidade particular vive exclusivamente dos cofres públicos e não corresponde ao objetivo inicial de formar técnicos especializados pois o reduzido número de alunos não compensa o investimento feito pela Província.

Depois de abordar a inconveniência da Escola ser gerida pelo Imperial Instituto, discurso que posteriormente vai se acirrar com algumas críticas reivindicando a transferência da administração do estabelecimento para o Estado, Bulcão se refere à sua localização em S. Bento das Lages, "local mal escolhido e distante da Capital"⁵⁰ critica os programas que não seguem as escolas européias e o corpo docente que considera "não ser a exigível para o ensino que de preferência deve ministrar o Instituto"⁵¹.

A formação mais teórica do que prática ministrada pela Escola Agrícola é a grande crítica que acompanha toda a sua existência e o Presidente da Província de 1879, responsabilizando a Diretoria do Instituto, classifica o ensino do estabelecimento de " eminentemente teórico e superficialmente práctico"⁵².

O Deputado Rios começa assim seu discurso de defesa da Escola Agrícola: "encarregado desde 1875 da organização e direção do primeiro estabelecimento de ensino agrí-

cola da provincia, unico do Império, dediquei ao seu serviço e ao da classe a que elle ia servir immediatamente toda a solicitude e zelo de que era capaz, porque convenci-me dos fins eminentemente patrióticos que é o de estudar o estado real da nossa lavoura, as causas determinantes deste estado e os meios de removel-as"⁵³.

Dando enfase à importância do ensino agrícola para a recuperação da lavoura, particularmente da agro-indústria do açúcar o Diretor da Escola Agrícola se dispõe a analisar as acusações feitas pelo Presidente da Provincia.

Inicialmente Rios protesta contra as críticas em nome do sacrificio dos membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, alguns já no último período da existência lembrando que no período inicial os "varões mais notaveis da Provincia contribuíram com avultadas quantias"⁵⁴. Considerando que a contribuição provincial é justificada pela importância do empreendimento que interessa também ao Governo, refuta a acusação feita à administração do Instituto, argumentando que no terceiro ano de seu funcionamento a Escola ainda não "poderia encher a provincia e o paiz de agronomos, silvicultores, engenheiros rurais e veterinarios" e que cortamente a frequência com a "acção convencedora do tempo e do resultado que obtiverem os seus primeiros alunos"⁵⁵.

Depois de responder às críticas feitas diretamente ao Instituto pelo Presidente da Provincia que na sua opinião não teve razão na "censura com que procurou ferir a directoria do Instituto"⁵⁶. Rios parte para responder às críticas que atinge diretamente a Escola e conseqüentemente à sua atuação como Diretor.

Primeiramente, justifica a localização da Escola, informando que além do Engenho das Lages estar situado perto da Comarca de Sto. Amaro, possui facilidades de comunicação através de linhas de vapores e barcos à vela que fazem o trajeto da capital até S. Francisco do Conde em apenas três horas e por uma despesa de 2\$000 por pessoa.

Considerando absurda a sugestão do Presidente da Província de se requisitar professores na Europa, Rios afirma que o corpo docente está apto a exercer suas funções e que os programas seguem as escolas européias porque a Escola Agrícola tem organização idêntica às escolas de Grignon Montpellier e outras escolas regionais da França e da Alemanha e ao Instituto de Lisboa.

Estranhando que o Presidente da Província tenha classificado o ensino da Escola de "eminentemente teórico e superficialmente práctico", Rios analisa o currículo, demonstrando que a cada disciplina teórica corresponde uma prática espelha para o testemunho do Presidente anterior, Barão Homem de Mello que na sua visita à Escola verificou a grande quantidade de instrumentos e aparelhos sendo utilizada nos trabalhos de campo.

O Deputado Rios termina o seu discurso concluindo que as críticas feitas pelo Presidente da Província à Direção do Instituto e da Escola Agrícola são "despidas de provas e de fundamento" porque são causadas principalmente por sua condição de Deputado da oposição. Confessando o amor que tem pela Escola, declara que renunciará ao cargo se o governo impotente para demiti-lo tentar impedir o desenvolvimento e progresso do Estabelecimento.

O deputado Domingos Rodrigues Seixas abre a sessão do dia 24/7/1879 declarando-se na obrigação de responder ao Deputado Rios "que na sessão de hontem apresentou-se em defeza de seu filho predilecto o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura"⁵⁷. Considera que a defesa do Director foi insufficiente para mostrar a efficacia da Escola Agricola pois nenhuma das accusações foi comprovadamente desfeita e que inclusive o testemunho do Presidente da Provincia anterior o Barão Monem de Mello não tem validade porque este "não vio funcionar o rôdo nem o rollo crossquille, nem a grade, porque o que S.Ex. vio ali foi um banquete pomposo como os que a Companhia de Queimados costuma offerecer sempre às autoridades que lá vão"⁵⁸.

Divergências politicas à parte, as criticas ao funcionamento da Escola se succedem nos seus vinte e cinco anos de existencia girando principalmente em torno de sua localizaçāo da essencia do seu ensino e de sua dependência ao Instituto de Agricultura.

Na Fala de 1880, o Presidente da Provincia afirmando que "é fora de duvida que esse estabelecimento não tem prestado os beneficios a que fora destinado não correspondendo portanto à elevada idéa que presidiu sua fundaçāo" lamenta a "avultada quantia de 315:096\$231" gasta na sua construcão porque se a mesma tivesse sido efetuada em "mais modestas condiçōes teria o estabelecimento desde logo prestado os beneficios a que fora destinado e os cofres publicos não seriam forçados a dispendios que têm feito para sua manutençāo"⁵⁹.

As criticas são acompanhadas de sugestões de re

formas que propõem, fundamentalmente, a mudança da Escola Agrícola para Salvador e a transferência de seu controle para o Governo Provincial.

Diante desta situação, o Instituto convida o Conselheiro Nicolau Joaquim Moreira para visitar a Escola e opinar sobre maneira mais "econômica e profícua de organizar o ensino superior d'agricultura"⁶⁰. O Conselheiro depois de examinar o funcionamento da Escola conclui que a sua deficiência fundamental está na essência do seu ensino mais teórico do que prático.

O Instituto sem se arriscar em grandes reformas tenta superar esta deficiência contratando no estrangeiro condutores de trabalhos práticos. Na reunião da Diretoria de 16/8/82 discute-se a "imprescindível necessidade do alargamento do ensino prático". O Presidente comunica que já se dirigiu aos ministros na França, Bélgica e E.E.U.U. para obter "um condutor de trabalhos e versado principalmente na nossa cultura da canna e do tabaco"⁶¹.

Quatro anos depois, na sessão de 25/2/1886⁶² a Diretoria comunica que o ministro nos E.E.U.U. e Cônsul em Havana conseguiu que se apresentassem três candidatos com os melhores atestados de habilitação. O escolhido chama-se D. Andrés Sanchez e Arregui. Então, a contratação de D. Andrés se prolonga durante vários meses do ano de 1886, com contractos sendo recusados e reformulados, e acabando com o Instituto e D. Andrés não conseguindo entrar em um acordo.

Em 21/3/1887, a Diretoria pede a intervenção do Presidente da Província junto ao Ministro nos E.E.U.U. para que este colabore na "aquisição de um trabalhador ou condu-

tor de trabalhos práticos de campo" na base de "um contrato de três anos com um salário de 333 libras anuais e mais duas passagens de 1ª classe - se for casado - e duas a três de 3ª classe - se tiver filhos"⁶³.

No ofício de 4/8/1887 a Diretoria solicita ao Presidente da Província que autorize o contrato com o pretendente D. José de la Vega e comunica que já está providenciando as cinco passagens de primeira classe exigidas por D. José e "a casa destinada a habitação do mesmo"⁶⁴.

O condutor de trabalhos de campo das Antilhas - mais tarde substituído por outros brasileiros - não muda a essência do ensino, mais teórico do que prático da escola porque o Instituto não dispõe de recursos para desenvolver com instrumentos, máquinas e pessoal capacitado - os trabalhos nos campos de experimentação. Por outro lado os alunos do Curso Superior, sob vários pretextos não comparecem às aulas práticas. No relatório do Instituto para ser incorporado à Fala de 1896, o Diretor comunica que nos "campos de ensaio, em bom estado de conservação, amanho das plantações foram feitos pelos alunos do curso elementar sob a direção do Feitor Francisco B. Pinheiro" e que os alunos do Curso superior deveriam recolher dados nestas aulas práticas para fazerem as "memórias". Estes alunos entretanto faltam às aulas e depois copiam um dos outros o que mostra a falta de gosto pelos exercícios práticos de agricultura por parte de "alunos que querem ser investidos na posse de um diploma de agrônomo"⁶⁵.

Em 1893 o professor da Escola, Arlindo Fragoso, escreve uma série de artigos sobre a "Escola Agrícola da Bahia" publicados no Jornal de Notícias" nos quais o autor

pretendendo defender a necessidade de reformas e reagir contra "os inimigos declarados ou desfarçados da Escola Agrícola da Bahia"⁶⁶ desenvolve os temas:

1. A Reforma da Escola Agrícola da Bahia.
2. O programa de reforma - causas, limites e direção da propaganda.
3. Situação atual do ensino teórico superior da Escola Agrícola - necessidade de sua remodelação.
4. Do ensino prático.
5. Do ensino elementar.
6. Bases da reforma.
7. Localização da Escola (Mudanças para a Capital).
8. O internato e o externato - consideração do regime perante os princípios.
9. História da fundação.
10. O papel dos poderes públicos na criação da Escola Agrícola.
11. A Escola Agrícola - criada e mantida pelo governo - papel da iniciativa particular.
12. Dependências da Escola Agrícola com o Governo.
13. O Instituto Bahiano de Agricultura, o Governo e a Escola Agrícola.
14. Situação dos professores.
15. Orientação geral da reforma - síntese da propaganda o futuro da agricultura nacional pela instituição racional do ensino agrícola.

Partindo de uma apreciação sumária sobre as tentativas frustradas de reformas, o autor expõe a situação precária dos dois cursos da Escola Agrícola, discute assuntos

básicos como a mudança da sede de S. Bento das Lagoas para a Capital, a avocação da Escola pelo governo da Bahia e conclui sugerindo critérios gerais para a reforma.

A intenção de Fragozo é defender a necessidade de reformas na Escola, sem entretanto agredir a sua imagem pois "é tempo de ser levantado do espírito público a mofada suspeita de que a Escola Agrícola, desviada de seus fins, é um asylo de incapazes sem forças para colaborar na obra urgentíssima da restauração de nossa agricultura"⁶⁷. Com esta preocupação básica de ser imparcial e não "difamar nem divinizar" o funcionamento da Escola Agrícola, coloca a responsabilidade da sua situação no governo Provincial que "liberalizando dos seus orçamentos apenas migalhas", contribuir para a "vida de mendiga abandonada, esperando uma reforma com vezes promettida e com vezes esquecida"⁶⁸. Acusa também o governo do Império e da Republica de nunca ter tentado uma reforma séria e de solicitar, apenas para descargo de consciência, "umas cem vezes, dados, esclarecimentos, informações, projectos de reformas, inventários dos bens e material escolar existentes, e quejandas peças de papelório official, com que vai ganhando tempo, semcando esperanças ... e desilusões"⁶⁹.

Um ano depois da publicação desses artigos, o Presidente da Provincia, Rodriguez Lima na Mensagem de 1894, a conselha "a aposentação compulsória da nossa Escola Agrícola com todas as honras que merece tudo quanto representa um velho producto das gerações extinctas" justificando sua opinião no seguinte discurso:

"O ensino doutrinário e disciplinar dessa Escola

não satisfaz as exigências da época; ali não há os meios necessários para a formação de todas as espécies de engenheiro, de que carecemos; o próprio ensino elementar é insufficiente. Em uma palavra: as condições financeiras, o local do edificio, a necessidade da suspensão do seu internato, os defeitos do seu programa de ensino, a ausência das verdadeiras vantagens e garantias do seu corpo docente o archaismo do seu regulamento vigente, tudo, enfim, está a denotar a decadencia della e a reclamar insistentemente providencias urgentes, decisivas e eficazes de modo a não ficar sem prompto provimento esse assumpto de tamanho valor"⁷⁰.

Na Mensagem de 1895, o governador Rodrigues Lima, respondendo aos apelos de adeptos da reforma, faz considerações sobre a necessidade de se definir com exactidão o que se vai reformar porque é "dificilima podendo dizer-se impossivel a determinação precisa, a classificação exata dessa escola, attento aos tres graus em que costuma ser dividido o ensino theorico de agricultura. O intuito que a crearam diverge da realidade dos efeitos della, os quaes, por sua vez, não convergem no sentido de prover às imperiosas necessidades da nossa educação agricola"⁷¹.

Segundo o governador as divergências começam entre o próprio corpo docente e os próprios membros do instituto. Uns considerando como parte das instituições de ensino secundário, com carácter eminentemente prático, outros afirmando que é ao mesmo tempo escola superior e elementar e ainda outros "com terceira opinião, inteiramente diversa, querem que ella seja uma eschola elementar, rudimentarmente teórica e essencialmente prática".

O currículo e programas de disciplinas também não ajudam a classificar a Escola. Para atender a um currículo com disciplinas que não são exigidas nem mesmo no Superior Instituto Agrônomo de Paris a Escola fonte conta apenas com seis professores incumbidos da parte teórica e prática de cada curso com a sobrecarga das funções de preparadores e conservadores dos respectivos gabinetes e das substituições recíprocas.

Diante das dúvidas sobre objetivos básico do ensino da Escola - se superior, se secundário, ou se elementar de agronomia, o Governador é de opinião que o estabelecimento deva se transformar em uma escola secundária porque "não é possível que a Bahia que apenas possui essa Escola de feitiosa na sua conformação orgânica, vá agora elevá-la ao grau de uma academia de estudos altamente científicas", Rodrigues Lima conclui sua mensagem dando as seguintes sugestões para as reformas: supressão do internato, a vocação pelo governo Estadual, inclusão dos professores na classe dos funcionários públicos, transferência para a capital e transformação do "importante edifício em Orphelinato Agrícola".

As deficiências da Escola Agrícola apontadas pelos críticos, não impedem que o estabelecimento continue a funcionar, mesmo que precariamente, inclusive com períodos de dinamismo nos quais se intensificam os trabalhos e as necessidades materiais são parcialmente supridas.

Na sessão de 11/6/85 a Diretoria comunica ao Presidente da Província, presente à reunião, que o Instituto continua a manter a Escola agrícola "em bom pé a despeito de embaraços com que luta; uns provenientes da escassez de

meios pecuniarios os quaes exiguos lho não permitem progredir tanto quanto deseja; outros provenientes da má localização do estabelecimento"⁷². Na opinião do Diretor da Escola do Cons. Nicolau Moreira o local foi pessoalmente escolhido devido a natureza e a topografia do terreno que impedem o desenvolvimento da parte prática.

Apesar de todos esses obstáculos, a Diretoria in forma que existe uma circunstância animadora que é o aumento da frequência escolar. A escola está sendo procurada, in clusive por alunos de outras provincias como Sergipe, Ceará e Rio Grande do Sul" o que prova a necessidade do ensino pro fissional agrícola já felizmente conhecida e sentida em qua zi todo o Império"⁷³.

Após as duas criticas publicadas nas Mensagens de 1894 e 1895, nas quais os governadores reivindicam a transferência da responsabilidade da Escola para o Governo Estadual como única forma de garantir a sua sobrevivência, o Re latório do Diretor, apresentado em 31 de dezembro de 1895 à Diretoria do Instituto, revela um estabelecimento funcionan do regularmente⁷⁴. Neste relatório, publicado na mensagem de 1896, expõe em vinte e quatro páginas, a situação da Escola Agrícola. Descreve com detalhes o funcionamento do curso su perior nos dois semestres e também as condições dos gabinetes, biblioteca e campos de ensaio.

O curso superior, com uma frequência de cento e sete alunos, está funcionando normalmente; as culturas exis tentes nos campos de ensaio, "onde foram realizadas, durante o anno, todos os exercícos e trabalhos práticos da agri cultura", acham-se em bom estado de conservação; a bibliote

ca" foi aumentada com 30 obras em 41 volumes sobre agricultura por theses dos alunos diplomados este anno, diversos relatórios "pareceres e revistas"; os gabinetes de química em engenharia e topografia acham-se nas mesmas condições descritas no relatório anterior; sendo para lamentar que ainda não houvessem chegado osapparelhos encomendados, cuja lista consta do relatório de dezembro do anno passado. O de química tem sido provido do material preciso ás demonstrações practicas e que se encontram em o nosso commercio; entretanto faltam-lhe objectos e drogas que não existem à venda entre nós, mas que também figuram na lista dos pedidos que vos fiz em tempo.

O de Engenharia foi enriquecido, ultimamente, com uma bellissima colleção de amostras das mais úteis e preciosas madeiras da Bahia, colleção que figurou recentemente na exposição de Chicago, e que foi offercida é escola pelo illustre vice-presidente do Instituto, comendador Augusto Silvestre de Faria.

O de topografia e desenho foi augmentado de mais uma bussola nova, duas colleções de plantas de habitações ruraes para homens, e animais domesticos, e de modelos de construção, todas coloridas, um pantometro novo, um rolo de papel para desenho e uma regua grande para trabalhos de agrimensura.

Continuam estes e os demais gabinetes e museus a cargo dos professores a cujas cadeiras sorvem, incubido do asseio, delles o respectivo zelador"⁷⁵.

O relatório descreve também a situação do curso elementar, afirmando que as atenções da Direção da Escola es

tão também voltadas para este curso que atravessa "fase de prosperidade com trinta e três alunos frequentando as aulas teóricas e trabalhando nos campos de ensaio".

Ainda segundo o relatório, o edifício acha-se em bom estado de conservação como também as casas de propriedade da Escola, onde residem os professores, foram efetuados alguns conserto na casa do feitor e do vaqueiro e decentemente "reestabelecidas as antigas pocilgas, o aviário e a estribaria".

O clima de dinamismo que parece ter marcado o funcionamento da Escola no ano de 1895 não permanece nos anos subsequentes. Na reunião da Diretoria de 20/12/1899 os problemas trazidos pelo Diretor da Escola Agrícola, mantida apenas pela subvenção estadual "visto ter a anos sido privado do que lhe era concedido pela União"⁷⁶, com um corpo docente composto de apenas cinco professores e carente de recursos materiais levam a Diretoria a discutir a possibilidade de fechá-la temporariamente.

O Diretor do Instituto Themistocles da Rocha Passos, se posiciona contra esta medida achando-a inconveniente porque "pode dar morte a Escola que tem prestado e de longo tempo bons e proveitosos serviços"⁷⁷. Os outros diretores aceitam estas ponderações e é nomeada uma comissão para discutir com o governador a melhor maneira do Instituto continuar mantendo a Escola.

A comissão se reúne com o Governador no Palácio da Vitória, expõe a situação da Escola Agrícola - carente de recursos, "tentando preencher intuitos nos limites de suas modestas condições"⁷⁸ - e propõe que o estabelecimento, fi

nanciado pelo Governo Estadual, sofre uma reforma e estabelece novos estatutos e um novo plano de ensino.

O Governador prometeu estudar o assunto com todo o cuidado, comunica que pretende visitar S. Bento das Lages e se despede aguardando uma próxima reunião para tratar do assunto.

Apesar de todos os obstáculos e de toda a pressão para a transferência da Escola para a Capital sob a responsabilidade do Governo Estadual o Instituto de Agricultura continua a manter o estabelecimento em S. Bento das Lages, até 1902, quando a Diretoria resolve fechar a Escola Agrícola da Bahia a qual em 1904 é avocada pelo Estado.

6. Conclusão

As propostas iniciais da Escola Agrícola de formar uma mão-de-obra a nível de regentes agrícolas que disseminasse os conhecimentos adquiridos entre os outros trabalhadores e de preparar uma elite técnica que orientasse as transformações tecnológicas na agro-indústria do açúcar não atingem os resultados esperados.

O número de operários formados pela Escola não é significativo e a atuação como regentes agrícolas provavelmente não é exercida de maneira expressiva. O total de engenheiros agrônomos diplomados pela Escola é de 273 alunos⁷⁹ entretanto se tem notícias do destino profissional de cinquenta e quatro, formados no período de 1880 a 1888. A Fala de 1889 informa que: "Desses 64 alumnos diplomados pela Escola esta tem informação de se dedicarem actualmente às ag

· guintas profissões:

25 são lavradores em diversas localidades d' esta e das Provincias de Sergipe, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; 2 são Professores na mesma Escola; 1 dedica-se ao magistério; 1 ao jornalismo; 1 ao jornalismo e ao magistério, n'esta capital; 1 á telegraphia; 1 é direc - tor de uma fabrica de tecidos n'esta Capital 1 é Director de uma Companhia de Luz Elétrica em Sergipe; 1 dedica-se á pro - fissão de desenhista e empreiteiro n'esta capital; 1 está em Comissão do Governo; 1 é Juiz Commissario de Ilhós; 1 dedica-se á mineração em Assuruá; 1 é actualmente estudante em Direito; 16 dedicam-se a Agrimensura e a trabalhos de En genharia. Dos restantes, em número de 10, ignora-se a que profissões se dedicam actualmente"⁸⁰.

Por esta pequena amostra pode-se ver que apesar da Escola estar em permanente crise de professores apenas dois engenheiros são aproveitados no estabelecimento.

Como a maioria diversifica suas atividades e ape - nas vinte e cinco se dedicam à lavoura em diversas localida - de da Bahia e em outras provincias pode-se deduzir que o nú - mero dos que se envolvem na recuperação da economia açuca - reira deve ser mínimo.

Referências Bibliográficas

- 1 . Atas das Sessões da Diretoria - 5/6/1868.
- 2 . Ibid
- 3 . Atas das Sessões da Diretoria - 8/7/1876
- 4 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 11/2/1867.
- 5 . Falla que recitou o Presidente da Província Amelio Ferreira Espinheira 3 de abril de 1889.
- 6 . Ibid.
- 7 . Atas das Sessões da Diretoria - 21/9/1876.
- 8 . Ibid - 25/4/1876
- 9 . Ibid - 26/10/1876
10. Ibid - 28/2/1895
11. Ibid - 8/10/1888
12. Ibid - 5/8/1884
13. Ibid - 12/3/1889 e 16/1/1890
14. Ibid - 27/11/1890
15. Ibid - 19/2/1894
16. Anais da Assembléa Provincial - Discurso do Deputado Arthur Rios - 1879.
17. Atas das Sessões da Diretoria - 4/4/1893
18. Atas das Sessões da Diretoria - 25/5/1879.
19. Ibid - 22/9/1880

20. Ibid - 2/6/1890
21. Ibid - 21/2/1902
22. Atas da Congregação de Professores
23. Atas das Sessões da Diretoria - 3/5/1877.
24. Falla 1889 - op. cit.
25. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima Governador do Estado em 7 de abril de 1896.
26. Ibid
27. Ibid
28. Falla 1889 - op. cit.
29. Mensagem do Governador - 1890
30. Atas das Sessões da Diretoria - Relatório de 1877
31. Mensagem do Governador 1896 - op. cit.
32. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - década de 80.
33. Ibid
34. Atas das Sessões da Diretoria - Relatório do Diretor da Escola Agrícola Francisco dos Santos Silva - 1886.
35. Ibid
36. Mensagem do Governador - 1896 - op. cit.
37. Atas das Sessões da Diretoria - 24/3/1899
38. Atas das Sessões da Diretoria - 1885
39. Atas das Sessões da Diretoria - 1899
40. Atas das Sessões da Diretoria - 30/11/1893

41. Ibid
42. Atas das Sessões da Directoria - Relatório de 1895.
43. Ibid - 20/2/1893
44. Ibid - 12/6/1895
45. FRAGA, Maria do Socorro Souza - Idéias Socialistas na "Eschola Agricola da Bahia". Trabalho apresentado na III Semana de Filosofia - Salvador - 1976 - pág. 8.
46. Ibid - pág. 6.
47. Anais da Assembléa Provincial - Discurso do deputado Arthur Rios - 1879.
48. Falla que recitou o Presidente da Provincia Antonio A raújo Aragão Bulcão à Assembléa Legislativa Provincial em 1º de maio de 1879.
49. Anais da Assembléa Provincial - Discurso do deputado Dr. Domingos Rodrigues Seixas - 1879.
50. Falla 1879 - op. cit.
51. Ibid
52. Ibid
53. Anais 1879 - Discurso Arthur Rios - op. cit.
54. Ibid
55. Ibid
56. Ibid
57. Anais da Assembléa Provincial - Discurso do deputado Rodrigues Seixas - 1879
58. Ibid

59. Falla que recitou o Presidente da Provincia Antonio de Araújo Aragão Dulcônio à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia em 1º de maio de 1880.
60. Atas das Sessões da Diretoria - 1882
61. Atas das Sessões da Diretoria - 16/8/1882
62. Ibid - 25/2/1886
63. Ibid - 21/3/1887
64. Ibid - 4/8/1887
65. Falla 1896 - op. cit.
66. FRACOSO, Arlindo - Escola Agrícola da Bahia - Salvador-1893.
67. Ibid - pág. 10
68. Ibid - pág. 11
69. Ibid - pág. 6
70. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima Governador do Estado da Bahia - 1894.
71. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima Governador do Estado da Bahia - 1895.
72. Atas das Sessões da Diretoria - 11/6/1885.
73. Ibid.
74. Mensagem do Governador - 1896 - op. cit.
75. Ibid
76. Atas das Sessões da Diretoria - 20/12/1899

77. Ibid

78. Atas das Sessões da Diretoria - 28/5/1901

79. GUILARDES - op. cit. - pág. 16

80. Falla 1889 - op. cit.

Capítulo II :- A Nova Elite Técnica e os Problemas da Economia Açucareira.

1 . As Teses sustentatadas pelos Acadêmicos da Escola Agrícola da Bahia.

Uma das condições para que o aluno concluinte da Escola Agrícola da Bahia recebesse o grau de Engenheiro Agrônomo era a defesa de uma tese. Durante os vinte e cinco anos de existência do estabelecimento vários acadêmicos sustentaram teses sobre os mais variados assuntos.

Estas teses, publicadas em volumes de acordo com o tema que desenvolvem, formalmente se compõem de uma folha de rosto na qual estão impressos o nome da Escola a naturalidade e filiação do autor; de uma parte denominada "Dissertação" e de uma relação de temas sob o título de "Proposições".

A "Dissertação", onde o autor desenvolve o trabalho propriamente dito, geralmente é feita a partir de um modelo básico com as seguintes características: título, apresentação do tema, considerações eruditas inclusive sobre a antiguidade clássica, descrição geral do processo histórico brasileiro, parte explanatória na qual o autor defende as posições filosóficas, políticas e a idéia central do trabalho.

Os temas relacionados nas "Proposições" devem ser defendidos oralmente pelo aluno diante de uma banca examinadora. De uma maneira geral são assuntos sem nenhuma relação direta com o tema central, desenvolvido na dissertação. O

acadêmico Joaquim Gonçalves, por exemplo, faz em 1896 uma dissertação sobre a "Necessidade do Trabalho Obrigatório no Brasil", e suas proposições são sobre esgotos-disciplina Engenharia rural; respiração intra-uterina-veterinária; origem do globo terrestre - geologia¹.

Em consequência da procura de um título² foram localizadas em um arquivo anexo à biblioteca da Faculdade de Agronomia da U.F.Ba., cento e setenta e oito teses elaboradas pelos acadêmicos da Escola Agrícola da Bahia no período de 1880 a 1904. Estas teses estão reunidas em volumes de acordo com os seguintes temas: Agricultura, Mecanização da Agricultura, Agrologia, Economia Política, Economia Rural, Engenharia Rural, Química Agrícola.

Com base nesse material organizamos um quadro no qual está explicitada a quantidade de trabalhos que foram publicados em cada ano do período 1880/1902.

NÚMERO DE DISSERTAÇÕES - 1880/1904.

1880 - 9	1893 - 2
1881 - 1	1894 - 10
1882 - -	1895 - 18
1883 - 8	1896 - 12
1884 - -	1897 - 8
1885 - 3	1898 - 16
1886 - -	1899 - 10
1887 - 14	1900 - 10
1888 - 5	1901 - 9
1889 - 3	1902 - 10
1890 - 10	1903 - 4
1891 - 2	1904 - 4
1892 - 10	

TOTAL - 178

O desequilíbrio da quantidade de teses de um ano para outro demonstra que nem todos os volumes foram localizados. Esta hipótese é confirmada através do trabalho de Maria do Socorro de Souza Fraga intitulado "Idéias Socialistas na Escola Agrícola da Bahia" no qual foram utilizados "cerca de trezentas teses"³.

Das cento e setenta e oito teses localizadas no arquivo da Faculdade de Agronomia, fizemos uma tiragem inicial de quarenta teses, utilizando como critérios os seguintes temas: Situação da Agricultura, Técnica e Mão-de-Obra (Anexo nº 8) e nestas quarenta teses, selecionamos dezesseis títulos que na nossa opinião melhor podem fundamentar a posição da nova elite técnica formada pela Escola Agrícola da Bahia, diante dos problemas da economia açucareira.

2 . A Natureza dos discursos da nova Elite Técnica.

No discurso das classes dominantes estão refletidas as contradições e conflitos de uma elite profundamente ansiosa em entender e solucionar uma situação de crise de cuja superação depende a sua sobrevivência no poder.

(Diante das carências da economia baiana, provocadas, basicamente, pela crise da agro-indústria do açúcar, essa elite arrisca soluções alternativas, como a criação da Escola Agrícola da Bahia, através do Imperial Instituto de Agricultura, com os objetivos de formar uma mão-de-obra especializada a nível de operários e engenheiros agrônomos e disseminar pelo Recôncavo uma tecnologia mais avançada. É ela responsável pela formação de uma nova elite técnica re

presentada pelos engenheiros agrônomos graduados entre 1880 a 1902, que expõem através das teses, defendidas durante esse período, pontos de vista em relação aos problemas da economia baiana. A natureza desses discursos reflete o posicionamento de uma geração que analisa a realidade não mais empiricamente e sim através de uma base científica adquirida durante o aprendizado na Escola Agrícola. O aluno dessa escola, mesmo aquele que por laços familiares se encontra com o pé afundado no massapê e nos problemas complexos do Recôncavo da Bahia, por estar comprometido com uma postura acadêmica, mantém um certo distanciamento crítico da realidade.

As teses referem-se aos grandes temas desenvolvidos nos discursos dos produtores de açúcar sobre o problema da agricultura baiana: a rotina, a falta de braços e de capitais, a ignorância e conservadorismo dos lavradores e a necessidade de instrução agrícola, foram assuntos exaustivamente discutidos no período anterior ao funcionamento da Escola Agrícola e são retomados sistematicamente em quase todos os trabalhos elaborados por seus formandos.

A retomada desses grandes temas, entretanto, não significa uma mera repetição do que foi dito, defendido e combatido pelos produtores de açúcar. Apesar da estrutura sócio-econômica continuar basicamente a mesma, acontecem mudanças de ordem conjuntural como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Além disso o discurso é feito por uma geração de acadêmicos que tenta exorcizar os fantasmas da formação colonial através de uma atitude mais crítica diante da realidade.

Apesar de diferenças ideológicas mais amplas que vão desde posições conservadoras até defesas pouco consis -

tentes de idéias socialistas, existe nos discursos dos alunos formados pela Escola Agrícola uma unidade de pensamento, expressa em críticas à realidade brasileira - particularmente do Recôncavo da Bahia - que forma um bloco no qual está talhado o que se poderia chamar de ideologia tecnocrata dos engenheiros agrônomos da Escola Agrícola de São Bento das Lares.

Na luta pelo espaço profissional, seja o filho de representantes da elite açucareira, seja um forasteiro vindo do Rio Grande do Sul, o acadêmico de agronomia defende uma plataforma de reivindicações e de sugestões que podem ser sintetizadas nos seguintes itens:

1. Necessidade da conscientização de que a agricultura é a principal atividade econômica do País e que do seu desenvolvimento depende a prosperidade do Brasil⁴.
2. Críticas à valorização do "Bacharelismo" e ao "funcionalismo" frequentemente demonstrada pela elite brasileira⁵.
3. Defesa da agricultura como ciência que compreende uma parte teórica e uma parte prática, a teoria sendo consequência da prática refletida⁶.
4. Necessidade da valorização da profissão de Agrônomo⁷.
5. Necessidade de educar a elite da economia açucareira sufocada pela ignorância e pela rotina⁸.

6. Necessidade de instrução agrícola para a formação de uma mão-de-obra especializada, conhecedora de uma técnica mais avançada a nível de operários e a nível de elite técnica.

Todos estes pontos, que estão claramente delineados em todas as teses consultadas, mostram a percepção que os académicos têm da realidade brasileira, particularmente do Recôncavo da Bahia. Eles tentam demonstrar, a partir dessas diretrizes o que consideram o absurdo da realidade brasileira. Em um País essencialmente agrícola a elite preconceituosa e temerosa de mudanças, escolhe para os filhos seus prováveis substitutos na gerência das fazendas, carreiras de bachareis, e impede a formação de uma classe trabalhadora livre, competente e disciplinada, o que se reflete na incompetência demonstrada pela classe dominante em gerir os seus negócios e na reação da população rural em se submeter a um trabalho sistemático.

Desta maneira, os académicos da Escola Agrícola, lutando por um reconhecimento profissional, desenvolvem nas suas teses os temas da necessidade de instrução agrícola, da falta de braços e de capitais do atraso tecnológico que impedem o desenvolvimento da agricultura baiana, particularmente da agro-indústria do açúcar.

3. A Ideologia da Educação

O círculo vicioso da ignorância dos produtores de açúcar, de uma técnica atrasada e de uma mão-de-obra despreparada, deve ser quebrado, segundo os académicos da Escola

Agrícola da Bahia, pela educação e por isso a instrução agrícola - seja através de escolas, fazendas-modelos, campos de experimentação, comícios e feiras-agrícolas - é a grande bandeira levantada nas teses sustentadas por esses acadêmicos.

Em um trabalho específico sobre o tema, intitulado "Ensino Agrícola" (1890), Francisco Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque, teorisa sobre a agricultura como ciência, fundamentando sua tese no pressuposto de que o ensino agrícola é fundamental para a recuperação da agro-indústria do açúcar. Faz as costumeiras considerações sobre a situação da lavoura brasileira, do lavrador e da população rural particularmente à ex-escrava, sugerindo que o ensino agrícola deveria ser dividido em "theorico e prático compreendendo tres graus.

- 1º ensino elementar ou primario, divulgada por colonias livres ou forçadas, orphelinato e asylos agrícolas.
- 2º ensino secundário, ministrado por eschololas de agriculturas propriamente ditas.
- 3º o ensino superior, conferido por eschololas agronomicas . Esses tres nveis do ensino agrícola que correspondem ao "officio, a arte e a sciência" seriam praticados respectivamente pelo "operario", pelo "emphendedor" e pelo "sabio ou agrônomo"⁹.

No capítulo dedicado exclusivamente ao ensino agrícola primário, o autor reivindica a vulgarização desse

sistema de ensino, tomando como exemplos o método criado por Henrique Pestalozzi e as experiências realizadas nesse sentido em vários países da Europa. Afirmando que "entre nós há uma só instituição que visa exclusivamente a educação da infância desvalida, dedicando-a à agricultura - o asylo agrícola do município Neutro"¹⁰, e sugere a criação de um curso elementar agrícola na comarca de Sto. Amaro para crianças de 09 a 11 anos.

Nas considerações sobre o ensino superior analisa a situação da Escola Agrícola da Bahia, que poderia prestar melhores serviços, se fosse submetida a algumas reformas, e principalmente, se fosse transferida para um dos subúrbios da capital do Estado porque a localização em S. Bento das Lagoas, local monótono, sombrio e tristemente solitário, é um dos obstáculos para o bom funcionamento dessa escola.

Esse autor conservador e republicano, defendendo a posição positivista da ordem e progresso, coloca como meta mestra para alcançar os objetivos a instrução agrícola.

Marçal Ferreira Silva, autor da dissertação intitulada "Instrução Agrícola no Brasil" tem posições semelhantes às de Carvalho e Albuquerque. Republicano e positivista também coloca a instrução agrícola como fator de ordem e progresso e, conseqüentemente, força propulsora de todo desenvolvimento. Criticando a ociosidade e a vadiagem da população rural na região açucareira, defende a educação pela força, através da criação de asilos agrícolas, para corrigir maus-costumes e formar uma mão-de-obra ordeira e pacata pois "leis liberais não podem remediar as forças estacionárias dessas populações"¹¹.

O tema básico das dissertações desses dois autores é a instrução agrícola, porém todas as teses consultadas, apesar dos temas escolhidos serem variados, seja defendendo posições liberais, positivistas ou socialistas, fazem uma apologia da educação agrícola.

Em 1886 o acadêmico João Regis de Lima Volverde no seu trabalho "Classificação e Escolha dos Instrumentos e Machinas Agrícolas" sustentando a tese da necessidade de utilização de máquinas na agricultura coloca a instrução como base para a transformação porque só assim a numerosa classe agrícola instruída através de experiências com escolas agrícolas, campos oficiais de ensino, estações agronomicas, concursos e exposições de produtos e máquinas" estaria apta a introduzir e utilizar os instrumentos mais aperfeiçoados que não "deven ser manejados pelo operario borçal, livre ou escravo"¹².

Na sua dissertação sobre o "Capital Rodante da Propriedade Agrícola" defendida em 1887, o engenheiro agrônomo Christovão Campos, se refere à necessidade de difusão do ensino profissional, "que é a fonte d'onde emanam todos os conhecimentos praticos e industriais", inclusive como maneira dos agricultores aprenderem como racionalizar a aplicação de capitais, porque apenas através de conhecimentos teóricos e práticos "a agricultura pode chegar ao progresso e a luz da civilização"¹³.

Joaquim Pinto de Sá dissertando sobre as "Qualidades e Disposições Inerentes ao Empreendedor de Indústria Agrícola", responsabiliza a falta de instrução pelo atraso da indústria agrícola, coloca como fundamental para o agri-

cultor transformar-se em um bom empreendedor com a necessidade de uma instrução racional e metódica que lhe permita conhecer a terra, os instrumentos agrícolas, os processos e as épocas mais vantajosas de plantações e colheitas o movimento comercial e a contabilidade de uma fazenda¹⁴.

Como uma das maneiras de resolver a crise agrícola o acadêmico José Maria Neves na sua dissertação "Resolução da Crise Agrícola pelo Braço Nacional" em 1894, propõe a educação da infancia desvalida, "proporcionando-lhe instrução e assegurando-lhe o futuro, para que possamos ter amanhã bons cidadãos e bons operarios rurais", e tomando o exemplo de Pestalozzi e de experiências feitas em países da Europa dá sugestões para a criação dos "azylos agrícolas"¹⁵.

Em 1895, o acadêmico Alexandrino José de Sant'Anna - "Lavoura e Despovoamento dos Campos" - lamenta a falta de instrução agrícola, o que impede a realização de reformas das "quais estão dependendo o progresso da nossa agricultura e o bem estar geral"¹⁶. Considerando-o a solução para a "questão momentanea dos braços" sugere como meio de impedir o despovoamento da região açucareira, a fundação de instituições para educar os filhos dos lavradores, divulgar e propagar no campo a "idea agricola" e formar uma legião de operários para a agricultura.

Defendendo a necessidade da obrigatoriedade do ensino acadêmico, Abílio Moncorvo da Silva, - "A Rotina Permanente e a Falta de Braços na Agricultura Brasileira" - sugere que o "Estado deve abrir escolas primarias em todas as frequezias, capellas, pequenos povoados, especialmente escolas praticas especiaes de agricultura, para os orphãos e para os ingenuos entregues ao Governo, que devem ser distri -

búfidos pelos lugares habitados com relativa igualdade, ao alcance da grande lavoura para lhe fornecerem braços, e em lugares donde seja fácil a exportação para servirem de núcleo à colonização estrangeira"¹⁷.

[As reivindicações para uma maior divulgação da educação agrícola - seja com o objetivo de formar engenheiros agrônomos ou operários para trabalharem por conta própria ou nas grandes propriedades, seja para ensinar ao fazendeiro como cuidar de suas terras e de seu capital - atravessou as duas últimas décadas do séc. XIX e penetram no séc. XX.]

Em 1900 Durval Gonçalves no seu "Estudo Analítico da Agricultura Brasileira" considera que a instrução agrícola, divulgada por escolas e associações agrícolas é a base da prosperidade da agricultura, afirmando que apenas "com escolas e mais escolas, ensino e mais ensino, vigorará a divisão do trabalho, a rotina será banida como daninha e haverá paz, progresso e abundância"¹⁸.

Esta última citação que tão entusiasticamente propaga a instrução agrícola como agente transformador de uma realidade, sintetiza o pensamento dessa nova elite técnica formada pela Escola Agrícola da Bahia, colocando a educação como fator de desenvolvimento e conseqüentemente principal responsável pelo progresso do Brasil.

4. A Falta de Capitais

Sustentando a função do ensino agrícola como primordial para a solução dos problemas da economia açucareira e colocando a educação como fator de desenvolvimento e prin

oipal responsável pelo progresso do Brasil, as teses dos alu- nos da Escola Agrícola desviam o enfoque da instância econô- mica e praticamente não contribuem para inovar as considera- ções sobre a relação entre a falta de capitais, problema fre- quentemente mencionado nos discursos dos produtores de açú- car, e a situação de agro-indústria do açúcar na segunda me- tade do século XIX. Um problema secular, implicado, inclusi- ve, com o sistema de colonização e intensificando a partir da nossa independência chega às mãos de uma elite preparada para analisar criticamente a realidade, brasileira, particu- larmente a da economia açucareira; de técnicos que formados teoricamente seja pelo positivismo, seja pelo liberalismo e conômico, seja pelo socialismo utópico se colocam unanime- mente a favor do progresso, contra a rotina, a ignorância dos lavradores e a situação precária da agricultura brasi- leira.

A resposta dos acadêmicos diante desse problema não acrescenta nada ao já proposto e discutido pelos produ- tores de açúcar, sendo que, esses produtores, provavelmente por estarem diretamente envolvidos na produção e sentindo na pele as consequências da falta de capitais, fazem um discurs- so, em alguns aspectos, bem mais realista do que a dos inte- lectuais de S.Bento das Lages. Provavelmente com os objeti- vos de disseminar a valorização da educação agrícola e da agricultura e lutar por um espaço profissional, os engenhei- ros agrônomos super-valorizam os aspectos educacionais, re- ferindo-se ocasionalmente aos aspectos financeiros.

Na única tese que trata especificamente do assun- to, o engenheiro Christovão Campos teoriza sobre a função

do capital, sua relação com o trabalho e sua divisão em fixo e circulante como introdução às considerações sobre o "Capital Rodante da Propriedade Agrícola"¹⁹.

Nas considerações aconselha o proprietário a que procure alcançar uma boa administração da sua fazenda através de um planejamento que tendo por base uma "organização hábil", determine um sistema de economia rural, de divisão de trabalho e um plano de cultura. Para isso é necessária a participação intensa do produtor no processo de produção, inclusive controlando a economia através de uma "caixa" e os operários através de distribuição de tarefas.

Em relação ao capital, o proprietário deve ter uma preocupação constante com o aumento do "rodante porque o acréscimo nele, aumenta também o fixo". Para conseguir essa acumulação o caminho mais viável é a poupança através do consumo mínimo de capital e da supressão de despesas supérfluas. Racionalizando a produção e a comercialização, o empreendedor agrícola obtém o melhor produto, pelo maior preço e o melhor capital possível o que lhe permite reservar "sommas capazes de satisfazer suas necessidades imprevistas e que possam desembaraçá-lo em qualquer ocasião em que precise recorrer ao crédito".

Esse mecanismo de planejamento e racionalização só pode ser acionado se o empreendedor agrícola possuir os conhecimentos teóricos e práticos de agricultura. Condicionando a solução para a falta de capitais à instrução agrícola e à valorização da agricultura, o autor não aborda a implicação dessa carência com problemas mais amplos da economia baiana.

No trabalho aonde faz considerações sobre as qualidades necessárias a um empreendedor da indústria agrícola, Joaquim Pinto de Sá se refere à necessidade de instrução que proporcione ao agricultor condições de dar melhor emprego a seus capitais e amplia a discussão para a questão do crédito agrícola. Para ele a grande contradição existente na questão é o fato de que em um país essencialmente agrícola, de terrenos férteis, o capitalista não confia na reputação do agricultor e prefere emprestar capitais ao negociante e ao manufatureiro porque enquanto as "outras indústrias proporcionam grandes lucros ao capitalista, a agro-indústria do açúcar devido a usura, a irregularidade das estações e a ignorância dos lavradores não apresenta garantia de retorno dos capitais"²⁰. Joaquim Pinto de Sá reivindica, ainda, a criação de crédito compatível com a necessidade da agricultura assinalando que esse crédito apenas atenuará a situação da economia açucareira se não vier acompanhado de uma maior disseminação da instrução agrícola.

Considerando que os juros cobrados no sistema bancário são incompatíveis com a situação dos agricultores, se posiciona a favor da criação de Bancos Agrícolas que "cedendo-lhes o capital com juros módicos e a prazo longo, poem-lhes na altura de conquistar o desenvolvimento da indústria agrícola, prestando valioso serviço ao país"²¹. Também se posicionaram pela necessidade de Bancos Agrícolas como uma das medidas que deve ser tomadas para a resolução dos problemas da economia açucareira os acadêmicos José Maria Neves no seu trabalho sobre o braço nacional e Domingos de Carvalho que na sua dissertação sobre a transformação do

do trabalho [se refere ao crédito agrícola, afirmando que a lavoura brasileira é lesada no crédito pois os estabelecimentos bancários funcionam semelhantes a farmácias, porque os empréstimos que fornecem à lavoura têm caráter apenas paliativo.

José Alexandrino de Sant'anna é bem mais veemente do que seus colegas em relação à presença de capitais, afirmando que o problema da agricultura são originários "imediatamente da má situação financeira em que de longa data e ainda mais ultimamente tem passado o Brasil", condiciona a rotina e a falta de braços à falta de capitais e solicita ao governo a criação de instituições "que ponham o capital ao alcance de todos os cultivadores principalmente aos da cultura industrial"²².

Como enfoque econômico não ocupa uma posição relevante nos discursos dos acadêmicos da Escola Agrícola, nenhum acréscimo - seja em relação a dados objetivos, seja em relação à interpretação dos problemas - é feito ao discurso dos produtores de açúcar.

Enquanto a pobreza de dados e idéias novas caracterizam as discussões sobre as várias implicações da falta de capital na economia açucareira, o contrário acontece na análise feita do problema de mão-de-obra nas teses dos alunos da Escola Agrícola. Essas teses além de trazerem novidades informativas, sustentam posições progressistas e tecem considerações consistentes sobre novas e velhas questões.

5. As Novas Questões Levantadas sobre a Falta de Braços na Agro-Indústria do Açúcar.

Paralelamente à retomada de velhas questões, exa

ustivamente mencionadas e discutidas pelos produtores de açúcar, a nova elite técnica aborda questões que, mesmo depois da abolição da escravatura, são completamente marginalizadas, ou apenas sugeridas nos discursos dos produtores. A importância do problema salarial, a necessidade de organização do trabalho, a evasão de mão-de-obra rural para as cidades, a defesa do trabalho obrigatório são os novos temas discutidos pelos formandos da Escola Agrícola, que, sob um ponto de vista acadêmico, tentam uma análise mais científica de realidade, sublimando velhas paixões e preconceitos e levantando a bandeira do planejamento e da racionalização.

A tese do acadêmico, natural de Sto. Amaro, Domingos de Carvalho, intitulada "Transformação do Trabalho Agrícola"²³ é produto do momento de transição por que passa a economia da região açucareira. Escrita em 1887, curva final do processo de decadência do sistema escravista, esta tese se dispõe a sustentar a necessidade da transformação das relações de trabalho em uma realidade que não permita mais, quer por razões humanitárias e morais, quer por vantagens sócio-econômicas, a exploração do escravo. Partindo do pressuposto da ilegitimidade da escravidão, considera o direito de propriedade usurpador "quando a apropriação, longe de restringir-se aos objectos materiaes, entra no domínio social, para applicar-se aos esforços desenvolvidos pela natureza humana ou aos productos que d'elles derivam", e coloca a escravidão como uma violação da propriedade individual mais condenável do que a de capitais e a da propriedade territorial²⁴. Dentro dessa mesma linha de raciocínio acusa aos produtores de não permitirem por receio de transformações

que possam ameaçar o seu direito de propriedade, a difusão dos conhecimentos os mais elementares, impedindo dessa maneira o progresso social. A explicação para o atraso da agricultura brasileira é centrada no estágio das relações de trabalho²⁵. Considera que a escravidão é incompatível com desenvolvimento e retomando o velho tema da incompatibilidade entre trabalho escravo e livre, explica a ociosidade do trabalhador agrícola pela existência da escravidão que o afasta do trabalho, entretanto, não mais utilizando esse velho argumento para descartar a possibilidade do trabalho livre, mas para sustentar a sua superioridade²⁶.

Colocando-se abertamente contra o grande proprietário agrícola, Domingos de Carvalho, defende a pequena propriedade, a cultura intensiva e a prática de uma relação de trabalho mais democrática.

Essa posição progressista é contestada posteriormente por duas teses que defendem leis autoritárias para a resolução do problema de mão-de-obra na economia açucareira. Em 1894, José Maria Neves, no trabalho intitulado "Resolução da Crise Agrícola pelo Braço Nacional", partindo da constatação de que "os braços nacionais não faltam porque há, fora dos recintos das cidades e nas imediações das fazendas, muita família desvalida, muita gente quasi proletaria", sugere que para a educação desses camponeses, o governo se utilize de métodos autoritários pois é impraticável o exercício de princípios democráticos para educar uma população no qual alguns elementos "vagam na mais degradante ociosidade tocando machete e cantando modinhas nos sambas onde, não raro, surgem desordens e se representam sangrentas tragédias".

As medidas seriam a criação de colônias penitenciárias e militares. As primeiras deveriam receber sentenciados e as segundas ser "povoadas pelos vagabundos e preguiçosos, que não queiram se sujeitar ao trabalho livre"²⁷.

A tese de Joaquim Gonçalves é um documento veementemente a favor da utilização do trabalho obrigatório no Brasil. Seu conteúdo está claramente definido em dois momentos, nos quais, primeiramente, condena a abolição para depois justificar a adoção de medidas autoritárias que garantam ao grande proprietário um substituto para o escravo perdido. A primeira parte desse discurso responsabiliza o Império pela desorganização do trabalho provocada pela Abolição, ironizando a ingenuidade da Princesa Izabel, dos ministros e do próprio Imperador que "perderão a intelligencia, a prudencia e enloquecerão completamente". Enquanto o "Império enloquecia e era derrubado, os libertos se entregavam phreneticamente à ociosidade" e essa é, a consequência mais funesta da abolição, pois, "habitados a lavrar a terra sob o azorrague do feitor, os libertos só tiveram em mira: Viver sem trabalhar"²⁸.

A rebeldia dos libertos é a maior bandeira levantada por Joaquim Gonçalves para justificar o seu irritado discurso a favor do autoritarismo, no qual faz considerações saudosistas sobre um passado mais harmonioso, pintando um quadro caótico onde os libertos, abandonando o arado, roubam, matam, prostituem-se e insuflam "a desrodam e o regresso".

A segunda parte do seu discurso é construída sobre argumentos a favor do trabalho compulsório e de suges -

tões para a sua prática. Apoiando projetos de leis, como a do Barão de Lacerda Paim, que em 1895 tentou instituir o trabalho compulsório e a do baiano Lellis Piedade que, também em 1895, apresentou à câmara do Estado "um projecto sobre escolas correcionaes, no intuito de reprimir a vagabundagem infantil", sugere aos legisladores a criação de uma lei que puna a vagabundagem "creando ao mesmo tempo colonias correcionaes, colonias agricolas de adultos e menores, orphanatos industriaes, onde todos os desherdados da sorte encontrem meios decentes de vida contribuindo poderosamente para a prosperidade geral"²⁹.

Essas teses que tratam especificamente do problema da mão-de-obra e outras, que desenvolvendo outros temas se referem ao assunto, abordam, algumas vezes sob novos ângulos, aspectos da questão que, ou já foram sugeridos pelos produtores de açúcar, como a necessidade do trabalho obrigatório, ou exaustivamente discutidos, como: as vantagens e desvantagens do sistema escravista e da colonização estrangeira e a necessidade de instrução agrícola para formar uma mão-de-obra especializada.

Ainda no quadro das velhas questões já levantadas pelos produtores de açúcar destacam-se: a existência de uma população livre disponível, a ociosidade dessa população e a sua reação a um trabalho sistemático. Porém abordando esses temas, as teses ampliam as considerações feitas pelos produtores de açúcar enriquecendo as informações sobre a população livre do Recôncavo da Bahia. Domingos de Carvalho, dissertando sobre a "Transformação no Trabalho Agrícola" (1887), acusa "uma grande parcella da classe dos produ-

tores agrícolas" de pretender retardar as mudanças nas relações de trabalho "fazendo acreditar em uma falta de braços que não existe"³⁰. Tal denúncia é confirmada seis anos após a abolição da escravatura por José Maria Neves, que na sua dissertação sobre o braço nacional, afirma que "dentre os obstáculos que se oppõem ao desenvolvimento da agricultura no Brazil, salienta-se a supposta falta de braços; no entre tanto os braços nacionaes existem em abundância, faltando - lhes, apenas, educação e aptidão para o trabalho, por isso que vivem entregues à ociosidade e a outros tantos vícios"³¹.

Por tais argumentos, pode-se deduzir que com o fim do sistema escravista não diminuem os preconceitos de parte dos produtores que continuam lamentando a perda dos escravos perdidos, nem a teimosia da "classe dos trabalhadores rurales que eivada de vícios, contaminada dos perniciosos costumes da escravidão, inconscientemente, levanta a mais inamovível obstancia a todo o commettimento progressista"³².

Os depoimentos sobre a existência de uma população livre ociosa atravessam a última década do século XIX ³³ e em 1900, Durval Gonçalves descreve o aspecto deprimente de muitos trabalhadores, mal vestidos e alimentados, sem consciência da dignidade do homem livre e indaga:

"Há porventura falta de gente neste paiz? Não por certo. Há milhões de homens que se poderiam com proveito entregar aos trabalhos da grande lavoura"³⁴.

Na interpretação que a nova elite técnica faz da recusa dessa população a um trabalho sistemático na grande lavoura, entra um elemento novo que é a questão do salário.

Desviando o foco de suas interpretações, da instância econômica para a educacional, essa elite acadêmica pretende resolver problemas financeiros através de soluções educacionais. Nenhuma tese defende abertamente o aumento de salários apesar de algumas sugerirem que são baixos pois para esses autores a "salvação da lavoura" estaria na instrução agrícola que não disciplinaria a classe trabalhadora mas também ensinaria os proprietários a racionalizar seus capitais e inclusive o pagamento de salários.

Disertando sobre as vantagens do ensino agrícola, Francisco Albuquerque sugere a adoção de medidas educacionais para "diffundir as boas praticas agricolas, estudar os meios de debelar crises, resolver as grandes questões de salário, que atualmente perturbam o trabalho agricola"³⁵; para Christovão Campos, o bom empreendedor agrícola deve saber e equilibrar o valor dos salários pagos aos seus empregados, que não deve ser alto demais para não prejudicar a acumulação do capital rodante. Sugere, inclusive, que o proprietário manipule o valor dos salários como arma para disciplinar os seus trabalhadores, estimulando com aumentos e castigando com diminuição.

Os autores que se referem ao assunto, colocam a questão do salario como uma das causas da emigração dos camponeses do Recôncavo para os centros urbanos e para as "culturas de café onde são pagos melhores salários"³⁶.

O problema da emigração da população rural para os centros urbanos é tratado especificamente na "Lavoura e Despovoamento dos Campos" (1895) onde Alexandrino José de Sant'anna sustenta que à medida que se agrava a situação da

agro-indústria do açúcar minada pela rotina e pela falta de planejamento e racionalidade, a população rural se desloca para as cidades, despovoando os campos e agravando o problema de mão-de-obra³⁷. Justifica a falta de motivação da população para o trabalho na agro-indústria do açúcar pela sedução que as cidades, com seus falsos apelos de liberdade, exerce sobre trabalhadores ansiosos por se libertarem, também especialmente dos resquícios do sistema escravista³⁸.

Outra causa para essa emigração seria a perspectiva de maiores salários e melhores condições de trabalho. A cultura da cana, atrasadíssima, afujenta os operários que emigram não apenas para os centros urbanos mas também para as culturas de café e cacau, outro polo de atração porque oferece possibilidade de melhores salários e "condições menos rudes de trabalho". Enquanto os campos se despovoam e o trabalho esmorece em consequência da emigração de braços para outras ocupações "se atufam nas portas das cidades, das cavallariças, dos quartéis, centenaes de individuos, outr'ora validos operarios ruraes, convertidos em carregadores de fardos, e, o que é peor, a maior parte dos quaes perambula pelas ruas, entregue a ociosidade, de que auffera miseraveis proventos de que o vicio é capaz"³⁹.

Fazendo a apologia da vida do campo, mais sadia e produtiva do que na cidade, acusa o governo, Imperial e Republicano, de omissão diante desse quadro e apela para que intervenha através da criação de "instituições que ponham o capital ao alcance de todos os cultivadores" e de estabelecimentos "que divulguem e propaguem, não nas cidades, mas nos campos a idea agricola"⁴⁰.

A educação despertando o amor e o gosto pela vida rural além de "reter nos campos os operários e camponeses, que tendem sempre a transmigrar dos centros rurais para as cidades", conscientizaria os produtores e os transformariam em empreendedores rurais, capazes de planejar e racionalizar a produção e principalmente organizar o trabalho pois "todas as questões contraem-se em uma só que é o problema da desorganização do trabalho."

Para a concretização desse objetivo estreitamente ligado à questão da instrução agrícola, coloca-se a necessidade da transformação de uma população rural ociosa e rebelde em operários dóceis e disciplinados, de produtores alienados, preconceituosos e ignorantes em competentes empreendedores rurais. Para essa transformação é necessário que as duas classes se eduquem e que o proprietário aprenda a racionalizar a produção, participando ativamente de todas as suas etapas, até da organização do trabalho⁴¹.

Essas idéias disseminadas em várias dissertações dedicadas a outros temas, estão concentrados na tese sustentada por Romualdo Nunes Souza, em 1894, intitulada "Divisão do Trabalho". Partindo de argumentos liberais defende a necessidade da organização do trabalho como básico para a prosperidade de uma economia. A divisão do trabalho significando organização e progresso social deve estar fundamentada na ordem e no exercício da livre concorrência. Defendendo tal posição, coloca-se contra "as escolas socialistas, muito em voga nos tempos que atravessamos, que se empenham de destruir a ordem existente, deitar por terra o edifício social e enxergam na substituição da concorrência pela regulamentação - o protectorado do governo, um grande remédio para me-

lhorar a sorte d'essa legião enorme de miseráveis que se julgam prejudicados pelas leis sociais e que constituem por toda a parte um grande perigo à estabilidade das instituições sociais e políticas"⁴².

A partir desse embasamento teórico, Nunes de Souza defende o trabalho baseado na concorrência, condenando não apenas as posições socialistas mas, principalmente, a escravidão que considera incompatível com um sistema de trabalho racionalizado. Para demonstrar seus argumentos toma como exemplo a situação da lavoura do Recôncavo da Bahia, com seus representantes - por preconceitos contra os agricultores - desvalorizando a profissão do agrônomo e procurando carreiras de bacharel⁴³. Esse preconceitos, que têm como consequência direta "o atraso da lavoura pela perpetuação da rotina", se originam na escravidão, "erro mil vezes condenado dos nossos antepassados"⁴⁴.

O sistema escravista trouxe graves consequências para a organização do trabalho nacional porque impediu o engajamento da força de trabalho do homem livre nacional a uma ocupação sistemática e funcionou como obstáculo para a introdução do elemento estrangeiro, além de, prejudicar a divisão do trabalho, dado bastante relevante no mecanismo carente da economia açucareira. Dessa maneira esse sistema se refletiu não só na qualidade da mão-de-obra mas também emperrou o mecanismo de distribuição de funções na agro-indústria do açúcar, favorecendo a sua acumulação entre a classe trabalhadora e entre a própria classe dirigente, "pois os nossos senhores de engenho sempre foram cultivadores de canna e fabricantes de assucar porém essas duas funções acumuladas com grave prejuízo para a qualidade do produto ,

vão sendo felizmente separadas". Essa separação está se dando no âmbito da produção com a disseminação dos engenhos centrais apesar dessa separação que concorre para que o trabalho nacional vá se libertando da acumulação de funções, a indústria do nosso país, ainda não pode fornecer-nos, exemplos de uma longa divisão de trabalho"⁴⁵.

Esse discurso sobre a necessidade da divisão do trabalho para o desenvolvimento da agricultura faz parte de um quadro ideológico no qual as palavras de ordem são planejamento, método e racionalidade. A falta desses elementos prejudicando a agricultura brasileira e conseqüentemente a economia do país, refletem-se em todas as carências da agro-indústria do açúcar, porém seus efeitos são mais visíveis no atraso da tecnologia.

6. Os Acadêmicos da Escola Agrícola e o Atraso Tecnológico da Economia Açucareira

No aspecto tecnológico é que se pode constatar mais concretamente o mecanismo viciado e entravado em que se debate a economia açucareira. Os formandos de São Bento das Lages utilizam-se de argumentos para unanimemente considerar a precariedade da tecnologia açucareira, bradando exaustivamente contra o "emprego de métodos ante-diluvianos"⁴⁶, que fazem a agricultura "perder-se nas veredas tortuosas da rotina".

Diante de uma geração acadêmica com pretensões progressistas, desnuda-se uma realidade emperrada por uma rotina secular⁴⁷. A reação dos acadêmicos é expressa por

violentas críticas ao marasmo e a falta de dinamismo de "uma agricultura que dorme no berço da ignorância, embalada pela maldita e feitiçeira rotina"⁴⁸ e às atitudes de uma classe dirigente que "aferrou-se como ostras à rocha, a esses preconceitos maléficis, a essa prática revoltante e estalida, a essa rotina estutta e absurda - triste legado dos nossos primeiros"⁴⁹.

A responsabilidade de produtor diante do atraso tecnológico é frequentemente registrada nas teses dos formandos. Em 1887 quando ainda sobrevivia a escravidão, Domingos de Carvalho faz um discurso no qual, relacionando o atraso da técnica ao atraso nas relações de trabalho, afirma que o agricultor temeroso de que a difusão de conhecimentos desencadeie mudanças nas relações de trabalho, "se mostra simplesmente refractario ao progresso da indústria em que tem empenhados trabalho, vida e capitães"⁵⁰. Defendendo os grandes proprietários quando reivindica o estabelecimento do trabalho compulsório, Joaquim Gonçalves acusa-os de terem implantado no Brasil o "systema vampiro"⁵¹.

As constatações sobre o atraso da tecnologia e as acusações sobre a ignorância do agricultor e sobre a omissão do governo que não dissemina a educação rural, sucedem-se em trabalhos que centralizado em outros temas se referem a essas carências.

Na sua tese sobre a necessidade de transformações nas relações de trabalho, Domingos de Carvalho faz uma síntese da tecnologia brasileira, particularmente da região açucareira no seguinte discurso: "Confiado, quase exclusivamente, à ineptia do escravo o trabalho agrícola no Brasil

tem se conservado inerte diante do desenvolvimento por que ha passado em países congeneres. Os processos de cultura postos em prática no domínio da metrópole passaram sem transição ao Brasil independente, que impossibilitado, nas condições econômicas actuais, tende a perpetua-los, com a ficção insesata de que o empyrismo da rotina poderá arrastar a crise pendente sobre a primeira das indústrias do país. O observador que pretendesse estudar a agricultura brasileira em todas as suas phases, chegaria à triste realidade de que ella se tem conservado estacionária, de modo que a cultura das plantas de mais larga exploração taes como a canna de assucar, o café, o algodão, e outras, é submetida às práticas rotineiras dos primitivos cultivadores" ⁵².

O depoimento desse autor termina afirmando que apesar de obter vantagem quando arrisca algumas mudanças, inclusive aumento de lucros, a maioria dos produtores preocupada apenas com o aumento da produção e não com a qualidade do produto não procura utilizar processos mais modernos. Algumas modificações são, entretanto, efetuadas "um pequeno número, vae gradativamente substituindo os aparelhos antiquados de suas fábricas por outros de mais proveitosa applicação e passa a dirigir com mais accentuada zelo e actividade os processos de fabrico, tão erroneamente cometidos a um pessoal incompetente que não possui senão os rudimentos de uma prática defeituosa".

Tão pequenas modificações não pesam no quadro geral da tecnologia que continua a ser de espoliação brutal do solo, através de processos bárbaros e rotineiros. A agricultura científica no país continua em vergonhoso atraso ,

com lavradores "que detestam, aversamente, com o apego de um chinão alkoram, as aplicações dos métodos hodiernos e adiantados à indústria agrícola e com trabalhadores ignorantes e refratários à introdução de instrumentos e processos mais aperfeiçoados"⁵³.

Esse quadro, é descrito com pequenas alterações em vários trabalhos dos acadêmicos da Escola Agrícola. A tese de Abílio Moncorvo da Silva, entretanto, por ter como tema básico o atraso da técnica, se aprofunda mais nessa questão. Utilizando como seus colegas, termos que expressam a situação melancólica da agricultura do Recôncavo, como "lúgubre rotina" e "rotina permanente" que sugerem uma posição fatalista diante da realidade, esse formando faz uma análise mais abrangente do atraso da agro-indústria do açúcar, considerando, inclusive, que acusar "a ignorância e a rotina que geralmente adoptam os cultivadores e reduzir um problema mais amplo que abrange principalmente a dissociação entre agronomia e agricultura".

Para ele "a agronomia progride rapidamente, porém a agricultura não; e por isso impera a rotina e não as leis de agronomia"⁵⁵. As conquistas da ciência agrônômica não atingem a "malvada rotina nem a pobre agricultura que não vê, não corre, não adianta"⁵⁶. A solução seria uma agricultura racionalizada, dirigida por "um proprietário agrícola científico e não rotineiro"⁵⁷ e trabalhada por uma mão-de-obra preparada em escolas e fazendas-modelo agrícolas. Paralelamente a essas propostas de disseminação de uma agricultura científica alguns formandos elaboram teses com sugestões operacionais de mudanças tecnológicas.

João Régis de Lima Valverde no seu trabalho "Classificação e Escolha dos Instrumentos e Machinas Agricolas" defendida em 1886, aconselha a aquisição de instrumentos modernos para aumentar a produção romper com velhos usos e acompanhar de perto o movimento acelerado da mecânica agrícola, quebrando as "carcomidas cadêas das praxes seculares e revolucionando as práticas anacrônicas." Procurando adaptar essas máquinas e instrumentos mais aperfeiçoados à realidade da região açucareira, aconselha a adoção de instrumentos leves de construção sólida e simples, de preferência de ferro batido ou fundido, que são superiores aos de madeira. Referindo-se ao arado primitivo ainda empregado na agricultura, sugere sua substituição por modelo mais moderno, considerando que o preço elevado não deve ser obstáculo para sua aquisição, porque se recupera dentro de poucos anos o capital dispendido, recomenda que o lavrador deve ser prudente na aquisição de máquinas, evitando no entanto, preconceitos contra coisas novas.

No trabalho "Máquinas a vapor e sua aplicação na agricultura"⁵⁸, Miguel Guedes Nogueira recomenda a aquisição de caldeiras e tubos a vapor, arador, grades e rolos especiais para preparar terrenos para o plantio da cana. Instrumentos que poderiam ser comprados por dois ou três vizinhos cotizados e em pouco tempo a despesa com os custos seriam recompensados.

7. Conclusões

pliam as propostas dos setores mais progressistas das classes dominantes , principalmente quando discutem questões ligadas ao regime de propriedade da terra e à monocultura.

Domingos de Carvalho, defendendo em 1887, a necessidade de uma transformação no sistema de trabalho, responsabiliza o escravismo pelo fato do Brasil continuar preso às práticas empíricas da cultura extensiva sem aproveitar as grandes vantagens da cultura intensiva. Colocando-se contra o "exclusivismo da canna", defende a pequena propriedade afirmando que "o grande proprietário monopoliza o solo, alarga o seu dominio a grandes extensões de terra, que não podem ser totalmente cultivadas, quer pela insuficiência de braços, quer pela massa de capitães que exigiria a exploração".

Alexandrino José de Sant'anna na dissertação "Lavoura e despovoamento dos campos", reivindica uma reforma "necessária, palpitante, urgente", dos sistemas de cultura. Criticando o sistema extensivo, "sempre um mal e uma temível ameaça", defende o sistema intensivo como mais lucrativo "quer realizado pela mão-de-obra independente, directamente interessado nos resultados das empresas, quer pela mão-de-obra mercenaria, que colloca o proprietário em situação, que se pode tornar-se pouco lisonjeira ou vantajosa quando imperar o exclusivismo cultural"⁶⁰. Para este autor a grande propriedade retarda o advento da cultura intensiva, uma das condições do progresso agrícola, força "a emigração das populações rurais que arrasta os capitães e vice-versa". No que é apoiado por Christovão Campos que no seu trabalho sobre o "Capital Rodante da propriedade agrícola" defende as

pequenas propriedades como mais lucrativas e faceis de dirigir.

A preocupação básica dos acadêmicos de São Bento das Lages, entretanto, é a modernização da Agricultura e a transformação do senhor de engenho em empreendedor agrícola - la, seja em grandes ou pequenas propriedades, seja praticando culturas, intensivas ou extensivas.

Referências Bibliográficas

1 . GONÇALVES, Joakim - A Necessidade do Trabalho Obrigató
rio no Brasil - 1896.

2 . CARVALHO, Domingos de - Transformação do Trabalho Agrí-
cola - 1887.

3 . FRAGA, Maria do Socorro Souza - op. cit - pág. 1.

4 . SILVA, Marçal Ferreira - A instrução agrícola do Bra -
sil - 1887 - pág. 11.

"Trabalhando pelo levantamento da agricultura do paiz,
estudando os meios racionaes, pondo-os em pratica ,
encaminhando e incutindo nas classes campesinas o
gosto pela agricultura".

5 . CARVALHO, - op. cit - pág. 18

" ... e determinaram entre os senhores, a tendencia
burocristica, que systematiza o parasitismo".

6 . ALBUQUERQUE - op. cit. - pág. 22.

"A agricultura, como todas as sciencias, comprehende
a theoria e a pratica; a theoria, que é ecumenica, me
thodica e a pratica que se modifica, que se trans -
forma consoante ao clima à localidade à cultura".

7 . GONÇALVES - op. cit. - pág. 7.

"O não agricultor, capitalista da epoka ao saber que a Eskhola Agricola não conferia o titulo de Doutor e sim o de simples Engenheiro Agronomo não pensava um só instante em enviar para São Bento das Lages seus filhos, e a mocidade de então que desprezava a Agricultura, via-se estrondosamente murmurando:

- Que asneira, pois é preciso estudar para saber como é que se planta cana?

Hoje os detractores da Agronomia comprehendem tardiamente que ser agricultor não é coisa facil, mas reclama cuidado constantes e intelligentes".

8 . ALBUQUERQUE - op. cit. - pág. 4.

"No Brazil a agricultura occupou sempre um papel secundario e subordinado. Os nossos lavradores, na sua maior parte, despidos dos mais rudimentares conhecimentos scientificos, com a teimosia obstinada da ignorancia, alheios aos mais triviaes preceitos da pratica nacional mantêm-se firmes, resolutos, inamoviveis nesse mettodo ridiculo do cultivo das terras".

9 . Ibid - op. cit - 23

10. Ibid - pág. 27

11. SILVA - op. cit. págs. 3 a 76

12. VALVERDE, João Regis de Lima - "Classificação e Escolha

dos Instrumentos e Machinas Agricolas" - 1886 - pág.

4.

13. CAMPOS, Christovão - "Capital Rodante da Propriedade Agricola" - 1887 - pág. 1 a 44.

14. SA, Joaquim Pinto de - Qualidades e Disposições Inerentes ao Empreendedor de Industria Agricola - 1887 - págs. 1 a 36.

15. NEVES, José Maria - Resolução da Crise Agricola pelo Braço Nacional - 1894 - págs. 1 a 32.

16. SANT'ANNA, Alexandrino José de - Lavoura e Despovoamento dos Campos - 1845 - pág. 13.

17. PINTO, Abílio Moncorvo da Silva - A Rotina Permanente e a Falta de Braços na Agricultura Brasileira - 1898 - pág. 52.

18. GONÇALVES, Durval - Estudo Analítico da Sociedade Brasileira - 1900 - págs. 6 e 7.

19. CAMPOS - op. cit. - págs. 1 a 44.

20. SA - Op. cit. - pág. 20 .

21. Ibid - pág. 22

22. SANT'ANNA - op. cit. - pág. 30

23. CARVALHO, Domingos de - Transformação do Trabalho Agrícola - 1887 - pág. 15.
24. Ibid - pág. 11
- "Conservar o escravo nos estreitos limites de uma a prendizagem infensa a todo o progresso é consolidar a propriedade e torná-la inacessível às perturbações que adviriam da elevação moral d'esses miseros párias, fraternalmente condenados ao aviltamento e à ignorância, em prejuizo do trabalho e da sociedade inteira".
25. Ibid - pág. 19.
- "Confiado, portanto, quasi exclusivamente, à ineptia do escravo, o trabalho agrícola no Brazil tem se conservado inerte diante do desenvolvimento, por que ha passado em paizes congeneres".
26. Ibid - pág. 11 e 12
- "A superioridade do trabalho livre não consiste unicamente no maximo do effeito productivamente também na economia de capital".
27. NEVES - op. cit. pág. 12
28. GONÇALVES - op. cit. pág. 2
29. Ibid - pág. 4
30. CARVALHO - op. cit. pág. 30

31. NEVES - op. cit. pág. 3

32. ALBUQUERQUE, Carvalho - op. cit. pág. 8

33. SILVA, Marçal - op. cit. pág. 7

"Isto é facto de observação de todos aquelles que, co
mo nós, apreciamos, esse espectáculo vergonhoso, es
se conjunto de habitos imprestáveis, esses milhares
de homens entregues à vadiagem, e que melhor arregi
mentador concorreriam immensamente para o nosso en-
grandecimento". Grifo da autora.

34. GONÇALVES - op. cit.

35. ALBUQUERQUE - op. cit. - pág. 73

36. GONÇALVES - op. cit.

37. SANT'ANNA - op. cit - pág. 6

38. Op. cit. - pág. 2

"... uns vergastados pelos antigos preconceitos do
esclavagismo, de odio ao ex-senhorio, à senzala, à
terra que os vio nascer, crescer e viver, regando-
a com o suor de seu rosto".

39. Op. cit. - pág. 3

40. Op. cit. - pág. 6

41. CAMPOS - op. cit. pág. 23

"Nada mais importante a prosperidade de uma propriedade do que a divisão e metódica do trabalho".

42. SOUZA, Romualdo Nunes - 1894 - pág.16

43. Ibid - pág. 29

"Os representantes da lavoura do nosso país são em grande número, indivíduos diplomados em ramos ou - tros de conhecimentos que não o da agronomia".

44. Ibid - pág. 30

45. Ibid - pág. 45

46. GONÇALVES - op. cit.

47. VALVERDE - op. cit. - pág. 9

"Um rápido exame mostrar-nos-há, em toda a sua nudez, a imprefeição, o modo rotineiro, os resultados negativos do trabalho".

48. GONÇALVES - op.cit. - pág. 11

49. ALBUQUERQUE - op. cit. - pág. 14

50. CARVALHO - op. cit. págs. 10 e 11

51. Ibid - pág. 5

52. CARVALHO - op. cit. - pág. 14 - Grifo da autora
53. ALBUQUERQUE - op. cit. - pág. 18
54. PINTO, Abílio Moncorvo da Silva - A Rotina Permanente e a Falta de Braços na Agricultura Brasileira - 1898.
55. Ibid - pág. - 12
56. Ibid - pág. 13
57. Ibid - pág. 27
58. NOGUEIRA, Miguel Guedes - Máquinas a Vapor e sua aplicação na Agricultura - 1889.
59. CARVALHO - op. cit. pág. 23
60. SANT'ANNA - op. cit. págs, 22 e 23
61. CAMPOS - op. cit. pág. 33.

Conclusões

As carências da agro-indústria açucareira têm sua origem no sistema de exploração colonial implantado no Brasil do século XVI, sistema esse que emprega o mínimo de capital e retira o máximo de lucro que acumula na Metrópole - le¹. A distribuição desigual de capitais se processa durante todo o período colonial e mesmo depois da Independência, a concentração continua nas mãos dos comerciantes em detrimento da agricultura.

A esse sistema colonial ajusta-se o regime escravista² o qual provoca um baixo nível tecnológico e condiciona a classe dominante a um tipo de exploração do trabalho que se reflete na "crise" de mão-de-obra, tão mencionados discursos dos produtores de açúcar da 2ª metade do século XIX.¹

A existência de uma população rural livre disponível para o trabalho³ entrevista em alguns discursos da classe dominante baiana e comprovada em algumas teses dos acadêmicos da Escola Agrícola, desmente as queixas e previsões catastróficas sobre a falta de braços, provocada pela resistência dos produtores de açúcar em aceitar o fim do sistema escravista e pela reação da população livre em se sujeitar a um trabalho sistemático nos engenhos.

Dessa maneira, condicionada pela distribuição desigual de capitais, com uma mão-de-obra escrava ameaçada de extinção e com um baixo nível tecnológico, a agro-indústria do açúcar está, na 2ª metade do século XIX, diante de um im

passa. Ainda fortemente caracterizada por traços coloniais, precisa se modernizar para enfrentar o mercado internacional no qual a concorrência do açúcar de beterraba e o crescimento de outros centros produtores de açúcar de cana, provocam a restrição do mercado consumidor e conseqüentemente a diminuição do preço do produto⁴.

Diante deste quadro alguns setores progressistas da classe dominante, receando que a crise traga modificações no sistema de poder, optam por um tipo de modernização que possa contribuir para a recuperação da economia açucareira sem ameaçar as bases da estrutura socio-econômica do sistema. Assim, esses setores, tentam a disseminação de uma tecnologia mais avançada e a mudança da mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar que continua presa às velhas práticas rotineiras.

Nesse contexto são criados os Imperiais Institutos do Nordeste que tentam equilibrar a contradição existente entre a necessidade de reformar e o receio demonstrado pela maioria dos produtores diante da modernização.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não foge à regra geral e o temor de abrir espaço para reformas mais profundas está sintetizado no seguinte documento assinado pelo Barão de Geremoabo, Presidente do Instituto em 1869:

"Nenhuma medida trará no entanto mais benéficos resultados à classe agrícola, verdadeiro sustentáculo do país, do que a consagração imediata dos princípios que regem a agricultura civilizadora de outras localidades. Só ela poderá transformar sem abalo o trabalho entre nós, conser -

vando a produção entre as mãos dos que atualmente a explo -
ram. De outra forma, teríamos, testemunhas impotentes, de as
sistir ao espetáculo de medonhas crises e ruínas sucessivas.

Sobre os destroços do presente assim desmoronado
se ergueria sem dúvida um novo edifício de cujo seio seriam
inevitavelmente banidos os que não souberam ou não puderam
conjurar a tormenta, ainda avisados de sua aproximação"⁵.

Apesar do discurso progressista e das manifestas
intenções de introduzir e estimular as mudanças de mentali-
dade da classe proprietária rural vista como retrógrada e igno-
rante, as resistências a uma atuação realmente modernizado-
ra se manifestam no quadro social do próprio Instituto.

A euforia inicial que caracteriza a sessão inau-
gural, à qual comparecem estimulados inclusive pela presen-
ça do Imperador, representantes de vários ramos da economia
baiana, vai se arrefecendo e às reuniões e assembléias ge-
rais do Instituto comparecem cada vez menos sócios, sendo que
a partir de 1877 apenas funcionam as sessões da Diretoria.

Essa deserção gradual demonstra o caráter conser-
vador do quadro social desse Instituto que não incorpora o
próprio discurso progressista. A maioria abandona o movimen-
to modernizador, deixando esta tarefa para uns poucos obsti-
nados que se sucedem na Diretoria da instituição.

A presidência do Instituto é ocupada nos seus qua-
renta e cinco anos de existência por elementos ligados à
aristocracia açucareira e são os senhores de engenho do Re-
côncavo que predominam na Diretoria durante as duas primei-
ras décadas de funcionamento da instituição. (Anexo nº 4) .
Apesar de pertencerem aos setores mais progressistas da

classe dominante, fazerem inovações nas suas propriedades e pretenderem convencer os proprietários mais retrógrados da validade dessas inovações, esses elementos defendem politicamente posições conservadoras, colocando-se contra qualquer transformação que possa ameaçar a ordem estabelecida.

A partir da década de 80, sócios ligados à Associação Comercial passam a dominar a Diretoria, havendo inclusive na década de 90 uma transferência das suas reuniões para a sede desta associação. A participação de comerciantes, entretanto, no momento em que a Diretoria torna-se o único setor atuante e com amplos poderes de decisão, não altera as características básicas do Instituto de Agricultura.

Apesar das contradições de interesses⁶ registrados na documentação contemporânea através de queixas dos representantes da agricultura que se sentem lesados pelo comércio⁷, os senhores de engenho e os comerciantes representam duas forças conservadoras⁸. A prosperidade de ambos, dependendo da agricultura de exportação, une os seus interesses na luta pela recuperação da economia açucareira.

De uma maneira geral o quadro social do Instituto é composto por elementos ligados a vários ramos da economia baiana. Alguns destes sócios desenvolvem, ao longo de suas vidas, atividades simultâneas ligadas a agricultura, comércio, bancos e indústrias e todos eles, sejam proprietários, comerciantes, banqueiros, comissários, traficantes de escravos ou comerciantes tem interesse específico na recuperação da agro-indústria do açúcar.

A tentativa de modificação da mentalidade roti -

neira dos plantadores se efetiva no Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, na criação da Escola Agrícola. Por isso a Bahia vai ter o mais duradouro e fértil dos três Imperiais Institutos criados no Nordeste. O funcionamento da Escola Agrícola de São Bento das Lages motiva a sobrevivência até 1902 do já então denominado Instituto Bahiano de Agricultura e é responsável por suas realizações mais concretas, como a formação de engenheiros agrônomos e as tentativas de preparar mão-de-obra a nível de operários e de estabelecer campos de experimentação para disseminar entre os lavradores do Recôncavo uma tecnologia mais avançada.

No documento em que a Diretoria expõe ao Presidente da Província a situação do Instituto está explícito o caráter educacional da instituição fundada "com o fito de não só melhorar materialmente os processos da lavoura pátria, mas libertar pelo desenvolvimento da intelligencia os lavradores da Província dos pesados encargos, que tornão se não esteril pelo menos sem lucros sufficientes, o trabalho dos nossos campos. Difficultando a introdução dos principios civilizadores e por consequência paralizzando a seiva de nossa existencia nacional"⁹.

Informando que todos os recursos do Instituto estão concentrados na construção da Escola Agrícola, o documento solicita ajuda financeira da Província argumentando que se os problemas financeiros forem resolvidos "poderá a associação prosseguir desassombrada na estrada que vai trilhando com tantos tropeços e conseguir enfim a resolução definitiva das questões que se se prendem ao engrandecimento do Paiz pela regeneração da lavoura e pela educação agrico-

A Escola Agrícola se estrutura em dois níveis o elementar - destinado a formar regentes agrícolas que multipliquem os conhecimentos adquiridos no curso entre os outros operários dos engenhos - e o superior, destinado à formação de "agrônomo^s illustrados, capazes de inovar"¹¹ e através da difusão destas inovações mudar a mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar.

O Instituto pretende, dessa maneira, lutar contra a ignorância dos produtores de açúcar, superar o baixo nível tecnológico da agro-indústria do açúcar¹² e resolver as contraditórias questões de mão-de-obra que se acirram na segunda metade do século XIX.

Diante da inevitável diminuição da população escrava, provocada pela abolição do tráfico em 1850, uma parte da classe dominante baiana aceita a alternativa da utilização de mão-de-obra livre¹³. Os objetivos do Instituto se identificam com a posição desses setores mais progressistas que lutam para que as inevitáveis transformações nas relações de trabalho se processem sem tumultuar a ordem estabelecida.

Na reunião de 21/5/84 a Diretoria do Instituto decide enviar ao Presidente da Província o seguinte documento que expressa o seu receio diante da ameaça abolicionista:

"O Sr. Barão de S. Francisco como Presidente do Instituto cujos estatutos conferem poderes a sua Directoria para representar ao Governo geral e provincial em tudo que concerne com os interesses da lavoura e em atenção ao Estado agitado pelos abolicionistas que vão provocando em ou

tras Províncias a desorganização do trabalho, entendo e foi apoiado pela Directoria que se dirigisse aos poderes geral, uma representação pedindo garantias ao direito de propriedade e que a emancipação fosse sendo feita de accordo com a lei votada evitando-se reacções tumultuosas"¹⁴.

O Instituto adota dessa maneira, uma política cautelosa¹⁵ e opta pela formação de uma mão-de-obra livre porém controlável. Através do curso elementar pretende multiplicar operários disciplinados que se adaptem a um trabalho sistemático e implantar uma forma de relação de trabalho , que, incorporando as vantagens do trabalho livre, mantenha similitudes com as relações escravistas.

Como a população rural, que vagando pelo Recôncavo da Bahia prefere mariscar e plantar em terras alheias a se submeter ao trabalho nos engenhos, os alunos do curso elementar também reagem contra o assalariamento preferindo se incorporar ao trabalho no sistema familiar de subsistência.

Por outro lado, as atenções da Directoria do Instituto e da Escola Agrícola estão voltadas para o curso superior, que, sem recursos, com um corpo docente insuficiente e sem uma definição exata de seus objetivos é alvo de críticas que pretendem transferir a sua administração para o estado e a sua sede para a capital.

Diante dessas críticas o Instituto responde com tentativas frágeis de reformas e com estatísticas que comprovam o aumento de número de vagas, de matrículas e de alunos concluintes do curso superior. Esta resposta expressa bem o propósito da Directoria em manter a qualquer custo um estabelecimento mesmo que, em última instância, sua única

função seja a de fornecer diplomas a uma elite agrária.

A ampla proposta inicial do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura "de salvar do aniquilamento a lavoura nacional" com a concentração de seus recursos na construção da Escola Agrícola, resume-se à formação de um contingente pouco expressivo de uma mão-de-obra a nível elementar e à manutenção de um curso superior, mais teórico do que prático que fornece diplomas a engenheiros agrônomos.

O grande obstáculo enfrentado pelo Instituto para a realização de suas propostas iniciais são as dificuldades financeiras. Criado em uma conjuntura favorável a este tipo de empreendimento - à sessão inaugural comparecem inúmeros representantes da classe dominante da Bahia que se comprometem a pagar jóias e anuidades - à medida que se agravava a situação da agro-indústria do açúcar, diminuem os seus recursos dependentes da contribuição dos sócios e das subvenções oficiais.

Essa contradição fundamental, é, entretanto, camuflada pela super-valorização da educação, que, colocada como fator básico de desenvolvimento, desvia a análise da realidade da instância econômica e permite empreendimentos como o Instituto de Agricultura e a Escola Agrícola.

A análise dos problemas da agro-indústria açucareira, desviada da instância econômica para a educacional não significa, entretanto, que a classe dominante não tenha consciência da importância da falta de capitais no quadro da economia açucareira. Esta carência, de uma maneira geral, é sinalizada entre as notícias sobre a falta de braços, a re-

tina e suas conseqüências para a economia açucareira¹⁶ e, algumas vezes, é responsabilizada como causa fundamental da crise desta economia¹⁷.

No relatório de 1863, a Diretoria do Instituto se posicionando a favor da introdução de novas máquinas, reconhece que o grande obstáculo é a "falta de capitais que não existem a disposição da máxima parte dos lavradores"¹⁸. Na Falla de 1881, o Presidente da Provincia considerando a falta de capitais como o "verdadeiro flagello da lavoura", afirma que "não há lavoura que prospere ou se mantenha em semelhantes condições"¹⁹.

Apesar da consciência de que para promover inovações o lavrador precisa de capitais²⁰, as tentativas de modernização feitas pela classe dominante efetivam-se na área educacional e a ideologia da educação é veementemente defendida nas teses dos academicos de São Bento das Lages.

A tradição, desde as reformas tentadas pelo Governo Português nos fins do século XVIII e começo do XIX, de se tentar resolver parte dos problemas da economia açucareira através da disseminação de informações é mantida com a publicação das teses dos formandos da Escola Agrícola.

Os academicos tentam minimizar, nas suas dissertações, a ignorância da maioria dos lavradores, com orientação técnica sobre agricultura e pecuária e ampliação de questões já discutidas pelos produtores de açúcar referentes a problemas de mão-de-obra e técnica, para assuntos controversos como a questão salarial, as vantagens da cultura intensiva e a transformação do regime de propriedade da terra.

As publicações dessas dissertações - provavelmente pouco manuseadas, como os volumes do "Fazendeiro do Brasil" que no começo do século apodreceram nos armazéns do governo e os exemplares do "Manual do Fabricante do assucar" e do "Lavrador Prático da Cana de Assucar" publicados na década de 50 - repete o velho costume da tentativa de disseminação de informações com os mesmos resultados pouco com-pensadores. Além de retomar o caráter educacional das propostas modernizadas dos setores mais progressistas da classe dominante baiana, incorporado pelo I.I.B.A., estas teses pouco influem para a transformação da economia açucareira.

Quanto à utilização da mão-de-obra formada pela escola na agro-indústria do recôncavo da Bahia, as estatísticas, apesar de falhas e descontínuas, demonstram que a quantidade de formandos que se dedicam à lavoura da cana é pouco significativa e que dessa maneira os projetos modernizadores do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não foram praticamente absorvidos pela economia açucareira.

Entretanto, apesar de não ter disseminado, uma tecnologia mais avançada nem através de seus campos de ensaio nem através da multiplicação de uma mão-de-obra especializada a fidelidade do Instituto aos seus princípios conservadores se concretiza na formação de uma nova elite, alguns comprometidos com a produção, na hierarquia social baiana.

O comprometimento do Instituto com o aspecto pedagógico do movimento modernizador, iniciado nos fins do século XVIII com as reformas promovidas pelo Governo Português na economia açucareira, realiza-se não apenas através

da formação de elementos que reproduzem a ideologia da educação como fator de desenvolvimento, mas principalmente com a construção e manutenção de uma Escola que é o germe de todo o ensino agrícola na Bahia.

A Escola Agrícola da Bahia, cujos bens em 1904 são revertidos ao Estado, reorganiza-se em 1905 com o nome de Instituto Agrícola da Bahia e funciona até 1911, quando o governo Federal se responsabiliza pela sua administração e a transforma na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária²¹. Em 1914 esta escola é fechada para ser reaberta em 1916, continuando em S.Bento das Lages até 1930, quando é transferida para Salvador e em 1943 para a Cidade de Cruz das Almas, aonde funciona atualmente a Faculdade de Agronomia da Universidade Federal da Bahia.

Referências Bibliográficas

- 1 . NOVAIS, Fernando. Escravidão: uma Façanha do Capital Mercantil - S.Paulo -Ed. Brasiliense - 1976 - pág. 75.

"Se se aceitar que a exploração colonial promovia a acumulação de capital na Europa (a colonização como um dos mecanismos de acumulação) segue-se que a vida econômica das colônias atuava sobre a economia europeia estimulando sua transformação".

- FAORO, Raimundo. Os donos do Poder - Porto Alegre, Globo- 1876 - pág. 207.

"Essa estrutura econômica - a produção voltada para a metrópole comercial, integrada na economia europeia pela intermediação de Portugal - suscita e evoca uma classe que negocia, compra e vende, financia e fornece as utilidades produtoras".

- 2 . BARROS, Antonio de Castro - A Autonomia do Sistema Escravista - São Paulo - Ed. Brasiliense - 1976 - pág. 72.

"A bem dizer o regime escravista parece ajustar-se perfeitamente à condição de fonte supridora de produtos primários".

3. FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho - Homens livres na Ordem Escravocrata - São Paulo - Ática - 1976 -pág.14.

"... uma das mais importantes implicações da escravidão e que o sistema mercantil se expandiu condicionado a uma fonte externa de suprimento de trabalho, é isto não por razões de uma perene carência interna (efetiva de início) de uma população livre que poderia virtualmente ser transformada em mão-de obra.

Esta situação deu origem a uma formação "sui generis" de homens livres e expropriados, que não foram integrados a produção mercantil".

4 . Diário da Bahia nº 52, Quinta-feira 5 de julho de 1860.

"Em vista da grande quantidade de informação e da acumulação da mercadoria, há pressa em vender a mesma e como consequência os preços tiveram outra baixa " (Notícia de Londres).

Diário da Bahia nº 262, Quinta-feira, 15 de novembro de 1860 - pág. 3.

A notícia chegada de Londres é que os preços subiram devido "em parte" às notícias desfavoráveis, que se receberam da safra em Lousianna, em parte à deficiência que se conta na colheita da beterraba no Continente".

5 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 18/12/1869.

6. MATTOSO, Kátia M. de Queiróz - op. cit. - pág. 267.

"Por outro lado, a parte mais importante do comércio da Bahia era constituída por "casas aviadoras" que financiavam com bens todas as atividades produtivas, recebendo em pagamento o produto das safras. Portanto os comerciantes não tinham interesse que se criasse um Banco pois assim perderiam o controle exercido sobre a massa produtora".

7 . Anais da Assembléia Provincial - 1873.

"A falta de capitais por preço módico e prazos longos, para satisfazer suas necessidades vem agravar a posição difficil em que a lavoura se encontra".

8 . AZEVEDO, Fernando - Canaviaes e Engenhos na Vida Política do Brasil - São Paulo - Ed, Melhoramentos s/d - pág. 50.

9 . Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 4/3/1869.

10. Ibid

11. Ibid

12. Falla 1863 - op. cit.

"A mingua de capitacs, de braços, de instrução techi na e de instrumentos aratorios, a nossa lavoura luta contra um mal que a corroe como ferrugem ao fer-

ro, a rotina".

13. Anais da Assembléia Provincial - 1874.

"Mas o certo, é que a lavoura está destinada a passar por uma grande e inevitável transformação, talvez por uma transformação radical ... e à medida que os braços escravos forem escasseando, mais urgente e indeclinável se fará a transição para o trabalho livre".

14. Atas das sessões da Diretoria - 21/5/1884.

15. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - 17/10/1884.

Neste documento a Diretoria do Instituto rejeita, sob vários pretextos o pedido do Magistério de Agricultura para que os proprietários do Recôncavo cedam terras aos colonos europeus. Na nossa opinião, esta recusa se deve ao fato da ameaça que representa os colonos, conhecedores de técnicas mais avançadas torna rem-se proprietários.

Thales de Azevedo. op. cit. - Confirma esta posição quando coloca como um dos obstáculos para a colonização no Recôncavo "A resistência das "plantations" aquarciraras em aceitarem alterações no seu esquema de relações entre proprietários e trabalhadores".

16. Anais da Assembléia Provincial - Discurso do Deputado O

lavo Goes.

"Attribute-se ao não estado da nossa lavoura à falta de braços, à falta de capitaes e outras muitas causas".

17. Fala de 1863 - op. cit.

"O Presidente da Província é de opinião que a decadência da economia açucareira é provocada mais pela falta de capitais que pela falta de braços.

18. Correspondência do I.I.B.A. com a Presidência da Província - Relatório 1863.

19. Fala que recitou o Presidente da Província, Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de outubro de 1887.

20. Fala 1857 - op. cit.

"Quem desconhece, que o lavrador, que já não tenha capitalizado, e raro são as que estão n'este caso, não poderá fazer avanços no melhoramento de sua indústria".

21. PEDREIRA, Tomás Pedro - Notícia Histórica de S. Francisco do Conde - Bahia - 1976 - pág. 63.

22. Ibid - pág. 64.

NOMES	TÍTULOS	FUNÇÃO NO I.I.B.A.	ATIVIDADES
			de Deputado Geral.
Francisco Vicente Viana	Barão Rio de Contas	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Ligações com Engenhos Centrais.
João Maurício Wanderley (1815-1889)	Barão de Cotequipe	Membro do Conselho Fiscal (1859) (fundador).	Juiz de Direito em Santo Amaro, (1844); Chefe da polícia; Presidente da Província (1853-1855); Membro da Assembléa Provincial; Ministro da Fazenda; Chefe do Partido Conservador; Presidente do Senado; Proprietário de Engenhos.
Antonio da Costa Pinto (1880)	Fidalgo, Cavaleiro da Casa Imperial-1849-B. de Sergimirim (1860); Visconde de Sergimirim (1871)	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859) Presidente (1870-79)	Diretor Geral dos Índios da Bahia; Proprietário de terras; Patriarca do clero dos Costa-Pinto em Santo Amaro. Concessionário da Fábrica Central Bom Jardim.
Miguel de Teive e Aragolo	Visconde de Paramirim.	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Concessão da estrada de ferro Bahia-Minas; Proprietário de terras no Recôncavo (Engenho Paramirim).
Sancho de Bittencourt Berenguer Cesar		Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Proprietário de Engenhos em Santo Amaro (sete); Membro da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria; Fundador da Junta da lavoura, um dos líderes da propagação de interesses agrícolas em Santo Amaro.
Joaquim Pereira Marinho.	Comendador Visconde Pereira Marinho	Sócio do I.I.B.A.	Antigo traficante de escravos; Acionista de vários Bancos; Um dos maiores comerciantes da Praça.
Antonio Joaquim Alves de Almeida		Sócio do I.I.B.A.	Proprietário do Engenho Timbó (Santo Amaro)

FONTES CONSULTADAS

1. Documentos Manuscritos

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Histórica:

- Correspondência do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura com a Presidência da Província - 1859 - 1877.
- Lavoura (falta de braços para o trabalho da) 1853-1885.
- Ata da inauguração da Sociedade Bahiana de Imigração - 1886.

ARQUIVO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE AGRONOMIA DA UFBA.

- Atas das Sessões da Diretoria com o Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura -1859-1877.
- Atas das Sessões da Diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - 1859 - 1902.
- Atas da Congregação de Professores da Eschola Agrícola - 1876 - 1907.
- Livro de Registro de Matrículas da Eschola Agrícola - 1877 - 1887.

2 . Documentos Impressos

FALLA - recitada na abertura da Assembléa Legislativa (Bahia) - 1850 - 1889.

MENSAGEM - apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia 1890 - 1902.

ANNAES da Assembléia Provincial (Bahia) 1873 - 1889

3 . Livros

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, Instituto de Educação e Finanças da Bahia, 1951.

AZEVEDO, Fernando de. Canaviais e engenho na vida política do Brasil. São Paulo. Ed. Melhoramentos. s.d.

AZEVEDO, Thales de & VIEIRA, E.Q. História do Banco da Bahia. 1858-1958. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969.

BAHIA. Secretaria de Planejamento e Tecnologia. Fundação de Pesquisa - CPE. Falas e mensagens dos Presidentes da Província e governadores da Bahia. Salvador, Fundação de Pesquisa, 1978.

_____. A Inserção da Bahia na evolução nacional, 1ª etapa: 1850 - 1889; A Bahia no século XIX e atividades produtivas. Salvador, Fundação de Pesquisa, 1978.

_____. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1850 - 1889; Agentes Econômicos na Bahia - Salvador, Fundação de Pesquisas, 1978.

- _____. A Economia Baiana de 1850 a 1930: Algumas Questões.
Salvador, CPE , 1981.
- BRANT, Felisberto Caldeira. (Marques de Barbacena). Economia açucareira do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro, Coleções canavieiras, 1976. (Cartas).
- BRITTO, João Rodrigues de. Cartas econômico-políticas sobre agricultura e comércio da Bahia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.
- CALMON, Francisco Marques de Góes. Vida econômica financeira da Bahia: elementos para a História. 1808/1899. Salvador, Fundação de Pesquisas - CPE, 1978.
- CONRAD, Robert. Os Últimos anos da escravatura no Brasil . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- CASTRO, Antonio Barros. A Autonomia do sistema escravista . São Paulo, Brasiliense, 1976. (Cadernos do Debates, 1-História do Brasil).
- CUNHA, Mário Pinto. Memorial de São Francisco do Conde. Salvador, Central, 1977.
- D'ARAGÃO, F.M.B. Manual do fabricante do assucar. Paris , 1853.

EISENBERG, Peter L. O Homem esquecido: o trabalhador Nacional no século XIX. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3. Santos, set. 1976. (mimeografado).

_____. Modernizações sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 - 1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. 3ª ed. Porto Alegre, Globo, 1976. vol. 1.

FENELON, Déa Ribeiro. 50 textos de História do Brasil. São Paulo, Hucitec, 1974.

FERREIRA, Manoel Jesuino. Provincia da Bahia. Rio de Janeiro, Nacional, 1875. (Apontamentos).

FONSECA, Anselmo da. Escravidão, clero e abolicionismo na Bahia. Bahia, Imprensa econômica, 1887.

FONSECA, Fernando L. O Convento de São Francisco do Conde. Bahia, Museu do Recôncavo, 1975.

FRAGA, Maria do Socorro de Souza, Idéias socialistas na Escola Agrícola da Bahia. século XIX. In: "SEMANA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA, 3., Salvador, 1976.

FRAGOSO, Arlindo. Escola Agrícola da Bahia. Jornal de Notícias. Bahia, 1893.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Ática, 1976.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1968.
- GOULART, Mauricio. A Escravidão Africana no Brasil: das críticas à Extinção do tráfico. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- GUIMARÃES, Archimedes Pereira. Esplendor e agonia do Instituto Bahiano de Agricultura, 1859-1902. Bahia, CEAQ, 1974. (Publicação nº 26).
- HOLANDA, Sérgio Buarque. História da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico II. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- HUTCHINSON, Harry William. Vila Recôncavo. "Village and plantation life in Northeastern Brazil". Washington, American Ethnological Society, 1975.
- LACROIX, Louis. Les Derniers Négriers. Paris, Inter-presse . s.d.
- LINHARES, Maria Yeda Leite. História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, BINAGRI , 1979.
- LISBOA, J.E. da Silva. (trad.) O Lavrador prático da cana de açúcar. Bahia, Camillo de Lelliz Masson, 1858. {Original

de WAY, Leonard. The practical sugar. Londres, 1852).

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A Crise de mão-de-obra na lavoura bahiana - século XIX. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., Aguas de São Pedro (S.P.), 13 a 17 de outubro de 1980. (mimeografado).

MALHEIRO, Perdigão. A Escravidão no Brasil. Petropolis, Vozes, 1976, 2v. (Ensaio histórico, jurídico e social).

MATOS, Valdemar. Panorama econômico da Bahia. 1808/1960. Salvador, (Ed. comemorativa do seiscentenário da Associação Comercial da Bahia).

MATOSO, Kátia M. de Queiróz. A Cidade do Salvador no século XIX. Salvador, Hucitec, 1978.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a Ideologia do Progresso. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO NORDESTE. 5., Sergipe, 1973 (mimeografado).

NOVAIS, Fernando. Escravidão: uma façanha do capital mercantil. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Cadernos de Debate, 1-História do Brasil).

_____. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. (Caderno 17-CEBRAP).

_____. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colo

nial. 1877 - 1808. São Paulo, Hucitec, 1979.

PANG, Eul Soo. Bahia's Planter elites and their attempt to modernize agriculture, 1842-1889. Vanderbilt University, 1974.

_____. O Engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891. Rio de Janeiro, 1979.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Notícias históricas de São Francisco do Conde. Bahia, Estudos Baianos, 1976.

PINSCKY, Jaime. Escravidão no Brasil. São Paulo, Paema, 1981.

PINTO DE AGUIAR, Manuel. Aspectos da Economia Colonial. Salvador, Progresso, 1957.

PRADO, JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1967.

RIDING, Eugene Ware. The Bahian commercial Association, 1840-1889. Universidade da Flórida, 1970.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Comércio português da Bahia, 1870-1930. Salvador, Artes Gráficas, 1977.

SOUZA, Antonio Carneiro de. Baianos ilustres. Salvador, Beneditina, 1973.

SEIXAS, Domingos Rodrigues. Da cholera-morbus epidemia de 1855 na província da Bahia. Bahia, Typ. Franca, 1860.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. História do Bahia. 7ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. D. Pedro II, Imperador do Brasil. Bahia, UFBA., 1959.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/ Prefeitura de Santo Amaro. Contribuição ao estudo do Recôncavo Santo Amaro. Santo Amaro, Imprensa Oficial, 1969.

VIANNA, Francisco Vicente. Memórias sobre o Estado da Bahia. Bahia, Diário da Bahia, 1893.

VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia no século XVIII. Bahia, Itapoa, 1969, 3v.

WESTPHALLEN; BACH; KROHN. Centenário 1828/1928. Bahia, s.e.p., 1929.

4. Periódicos

BIBLIOGRAFIA BAIANA. Salvador, Fundação de Pesquisa-CPE, 1977. 2v.

DIÁRIO DA BAHIA - 1860.

GALLOWAY, J.H. Agricultural reform and the enlightenment in

late colonial Brazil. Agric. Hist., 53 (4), 1979.

MISCELÂNEA. IGHB, (1) cad. 26.

REVISTA DO INSTITUTO GENEALÓGICO, (2/6), 1946/1962.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. Imperial Instituto de Agricultura: uma experiência e um exemplo histórico. Correio da Bahia, Salvador, 26 de julho de 1880. (Caderno de Agricultura, p.3).

5. Teses

Escola Agrícola da Bahia - S. Bento das Lages

ALBUQUERQUE, Francisco Antonio Pires de Carvalho - Ensino Agrícola no Brasil- 1890.

CAMPOS, Christovão - Capital Rodante da Propriedade Agrícola - 1887.

CARVALHO, Domingos de - Transformação do Trabalho Agrícola - 1887.

COELHO, Ezequiel Ferreira - Levantamento da Agricultura na Bahia.

DUTRA, Gustavo - As Moléstias da Cana de Assucar - 1880.

GONÇALVES, Durval - Estudo Analítico da Agricultura Brasileira

ra - 1900.

GONÇALVES, Joaquim - Necessidade do Trabalho Obrigatório no Brasil - 1898.

MAGALHÃES, Antonio Baptista - Decadência da Agricultura Brasileira - 1895.

NEVES, José Maria - Resolução da Crise Agrícola pelo Braço Nacional - 1894.

NOGUEIRA, Miguel Guedes - Máquinas a Vapor e sua Aplicação na Agricultura - 1889.

PINTO, Abílio Moncorvo da Silva - A Rotina Permanente e a Falta de Braços na Agricultura Brasileira - 1898.

SÁ, Joaquim Pinto de - Qualidades e Disposições Pessoais Inerentes do Empreendedor de Indústria Agrícola - 1887

SANT'ANNA, Alexandrino José de - Lavoura e Despovoamento dos Campos - 1895.

SILVA, Marçal Ferreira - Instrução Agrícola no Brasil - 1897.

VALVERDE, João Régis de - Classificação e Escolha dos Instrumentos e Machinas Agrícolas - 1886.

Decreto nº 2.500 - A, de 1º de novembro de 1859.

Desejando assinalar a época de minha visita a esta Província com uma nova demonstração da constante atenção que presto à Agricultura como a principal fonte da riqueza do Estado; Hei por bem criar uma Associação com o titulo de - Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - a qual se regulará por estatutos organizados segundo as bases que com este baixam, assinadas por João de Almeida Pereira Filho, do meu Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio na Cidade de S.Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1º de Novembro de 1859, 38º da Independência e do Império. - Com a rubrica de S.M. o Imperador.-
João de Almeida Pereira Filho.

Bases a que se refere o Decreto nº 2.500-A, desta data, para os Estatutos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

1º) O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura terá por especial objeto animar e dar desenvolvimento á lavoura desta Província, já directamente pelos meios a seu alcance, já indirectamente auxiliando o Governo Geral e Provincial em tudo quanto possa concorrer para este fim.

2º) Compor-se-á de socios effectivos, honorarios e correspondentes em numero ilimitado, e será adminis

trado por uma directoria de 7 membros como delegados que auxiliam nos municipios de fora da Capital, e por um conselho de 21 membros, competindo á primeira a agência dos negocios do Instituto, que não forem pelos estatutos expressamente reservados á assembléa geral; e á segunda a fiscalização dos atos daquela.

3º) Os membros tanto da directoria como do conselho fiscal serão da primeira vez nomeados pelo Imperador, e subsequentemente pelo Presidente da Provincia, que os escolherá dentre os socios efetivos.

Os respectivos presidentes e vice-presidentes serão sempre da nomeação Imperial.

Se dentro dos dois primeiros anos da criação do Instituto se der vaga ou impedimento por mais de 6 meses de algum dos membros da directoria ou do conselho fiscal, a nomeação de quem deve substituí-lo será feita pelo Imperador, competindo nos mesmos casos, ao Presidente quando passarem os 2 anos.

4º) O fundo social será formado das joias dos socios efetivos e correspondentes; das anuidades dos primeiros; dos donativos que o Instituto receber do Governo Geral e Provincial e dos particulares; da renda do capital do Instituto, e de tudo quanto este vier a adquirir por outros meios.

5º) O Presidente da Provincia será considerado Presidente honorario do Instituto, quando não seja efetivo; e tanto num como noutro caso terá o direito de assistir ás suas sessões, e de sustar até definitiva decisão

do Goṽerno as deliberações que entender prejudiciaes ao fim para que é criado o Instituto.

Logo que forem nomeados os membros da direçtoria e do conselho fiscal, tratarão de formular sobre estas bases, e submeter á aprovaçãõ do Goṽerno os Estatutos que devem reger o Instituto.

6ª) Serão considerados relevantes os serviços que forem prestados ao Instituto, com zêlo, assiduidade e dedicaçãõ não vulgares.

Palacio na Cidade de S.Salvador, da Bahia de Todos os Santos, em 1º de novembro de 1859. (a) JOÃO DE ALMEIDA PEREIRA FILHO.

Dr. Francisco Moreira de Carvalho.
Coronel Antonio da Costa Pinto.
Coronel Sancho de Bittencourt Berenguer Cesar.
Tenente-Coronel Ignacio Rodrigues Pereira d'Utra.
Tenente-Coronel Francisco Vianna Ferreira Bandeira.
Dr. Miguel de Teive e Argolo.
Dr. Balthasar d'Araujo Aragão Bulcão.
Dr. Pedro Moniz Barretto de Aragão.
Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira.
Luiz Pereira Borges.
Barão de S. Francisco.

Thesoureiro

Commendador Manoel Belens de Lima.

Alem dos Socios ácima mencionados inscreverão-se no acto da inauguração do Instituto os seguintes:

Arcebispo Conde de Santa Cruz.
Coronel Antonio Pedroso de Albuquerque.
Visconde de Passé.
Commendador Joaquim Pereira Marinho.
Barão de Paraguassú.
Coronel Miguel José Maria de Teive e Argolo.
Commendador Francisco José Godinho.
Barão do Rio Fundo.
Commendador Manoel José Teixeira Barbosa.
Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque.

Anexo - nº - 2

Relação dos Membros Nomeados para a Directoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura por Decreto do 1º de Novembro de 1859.

Presidente do Instituto.

Senador Herculano Ferreira Penna - actual Presidente da
Provincia.

Directoria

Senador Francisco Gonçalves Martins - Vice - Presidente.

Visconde dos Fiaes.

Thomaz Pedreira Geremoabo.

Barão de Cajahyba.

Dr. José Augusto Chaves.

Barão de Pirajá.

Joaquim Ignacio d'Araujo Aragoão Bulcão.

Conselho Fiscal

Senador João Mauricio Wanderley - Vice - Presidente.

Visconde de Itapicurí.

Barão do Rio de Contas.

Dezenbargador Antonio Calmon du Pin e Almeida.

Coronel Francisco Vieira Tosta.

Tenente-Coronel Egas Moniz Baretto de Aragoão.

Coronel Simão Gomes Ferreira Vellozo.

Tenente-Coronel Francisco da Rocha Pita e Argolo.

Tenente-Coronel Manoel José d'Almeida Couto.
Antonio Francisco de Lacerda.
Coronel Francisco Vicente Vianna.
Coronel Luiz Manoel de Oliveira Mendes.
Major José Joaquim de Teive e Argolo.
Joaquim José Rodrigues.
Dr. Custodio Ferreira Vianna Bandeira.
Paulo Pereira Monteiro.
Pedro Ferreira Vianna Bandeira.
Luiz Francisco Gonçalves Junqueira.
Major Antonio da Costa Pinto Junior.
Tenente-Coronel Manoel José de Magalhães.
Tenente-Coronel Fructuoso Gomes Moncorvo.
Francisco Xavier Machado.
Commendador Joao Pereira da Motta.
Francisco Dias Coelho Mello.
Dr. Francisco Marques de Araujo Goes.
Tenente-Coronel Domingos Antonio de Oliveira Neirelles.
Major Umbelino da Silva Tosta.
José Carlos Novaes Lins.
Dr. Joao de Araujo Argolo Gomes Ferrão.
Manoel de Teive e Argolo.
Joaquim Lopes de Carvalho.
Dr. Luiz Antonio Pereira Franco.
Antonio Alves Pereira da Silva.
Major Carolino da Silva Tosta.
Tenente-Coronel Manoel Caetano de Oliveira.
Coronel José Ricardo Gomes de Carvalho.
Dr. Antonio de Araujo Aragão Bulcão.

Tenente-Coronel Domingos Rodrigues Seixas.

João Gonçalves Ferreira.

Major Francisco de Sampaio Vianna.

Manoel dos Santos Neves.

Gonçalo Alves Guimarães.

Candido Pereira de Castro.

Dr. Innocencio Marques de Araujo Goes.

Anexo nº 3 - Relação dos Nomes, Títulos e Atividades dos Mem-
 bros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
 - 1859.

NOMES	TÍTULOS	FUNÇÃO NO I. I. B. A.	ATIVIDADES
Herculano Ferreira Pena		Presidente (1859)	Presidente da Província (1859-1861).
Francisco Gonçalves Martins (1807/1872)	Barão de S. Lourenço (1860) Visconde de S. Lourenço	Fundador e Vice Presidente (1859)	Acionista do B. da Bahia ; Proprietário de Engenho em S. Francisco do Conde ; Advogado; Juiz de Direito; Senador e Ministro do Império; Presidente da Província (1869-1871); Senhor de Engenho "Progressista"; lutou na Sabinada e reprimiu revolta dos Malês.
J. J. Pires de Carvalho e Albuquerque	Barão de Piraí	Fundador e Secretário (1859-66)	Proprietário do Engenho Canela em Terra Nova.
Thomaz Pedreira Ceremão		Fundador e Membro da Diretoria (1859) Presidente (1869-70)	Proprietário do Engenho Novo (Margem do Paraguassú); Modernizador; Importador de Colonos.
Joaquim Ignacio de Araujo Bulcao (1804-1886)	Barão de Mattoim Fidalgo, Cavaleiro da Casa Imperial e Comendador da Ordem de Cristo.	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Proprietário do Engenho de Baixo (S. Francisco do Conde) membro da Junta da Lavoura (1834); Lutou na Sabinada.
Dr. José Augusto Chaves		Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Sócio de José Antonio Saraiva em empreendimentos de Engenhos Centrais.
Luis Paulo de Araújo Bastos	Visconde de Piaís	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Fundador do Banco da Bahia (1845) e da Caixa Econômica da Bahia (1853); Membro da Junta da Lavoura; Repre-

NOMES	TÍTULOS	FUNÇÃO NO I.I.B.A.	ATIVIDADES
			sentante da elite política e econômica da província; Propôs fundação do Banco Agrícola; Presidente da Província.
Alexandre Gomes de Argollo Ferrao (1800-1870)	Barão de Cahyba.	Fundador e Membro da Diretoria (1859)	Proprietário de Engenhos (S. Francisco do Conde); Comandante de Armas da Bahia (1831); Militar, Marechal de Campo, combateu na luta pela Independência; lutou contra Sabinada.
Manoel Belens de Lima (-1869)		Fundador e Tesoureiro Conselho Fiscal.	Presidente da Associação Comercial; Diretor de Banco e de duas Cias. de Seguro; Vereador; Escutador da Corte do Comercio; Membro Fundador da Sociedade de Agricultura, Comercio e Industria (1831); Maior figura na Comunidade de Comerciantes.
Antonio Calmon du Pin e Almeida.		Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Proprietário do Engenho S. Bento; em 1870, recusa a Presidência do I.I.B.A.
Dr. Antonio de Araújo Aragao Bulcao	3º Barão de S. Francisco	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859) Presidente (1882-1902)	Proprietário dos Engenhos D'Agua, Guafba e Quicengue (S. Francisco do Conde); Bacharel em Direito; Presidente da Província da Bahia (1879/81); Senador do Estado (1896-1913); Governador do Estado (1913).
Egas Moniz Barrgto de Aragao	Comendador	Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Grande proprietário no Recôncavo (Engenho Mataripe). Membro do Partido Conservador; Importador de Colónos.
Dr. Balthasar de Araújo Aragao Bulcao		Fundador e Membro do Conselho Fiscal (1859)	Acionista do Banco da Bahia; proprietário do Engenho Novo (S. Francisco do Conde); Deputado da Assembléia Provincial; Suplente

NOMES	TITULOS	FUNÇÃO DO I.I.B.A.	ATIVIDADES
Antonio Francisco de Lacerda	Comendador	Sócio	Fundador do Banco da Bahia Industrial de Tecidos na Bahia (1830-1889) Diretor da Cia. de Seguros (1858); Um dos grandes comerciantes da praça.
Joaquim J. Rodrigues		Sócio	Membro da Junta Diretora da Associação Comercial da Bahia.
Francisco J. Godinho		Sócio	Um dos principais Comerciantes da Bahia (1860 - 1870)
José Barros	Comendador	Sócio	Membro do I.I.B.A. (1859) Membro da Diretoria do I.I.B.A. (1866-1876); Empreiteiro de obras-ganhou concorrência da Rua do Valle; Proprietário de terras no Recôncavo.

FONTES:

Revista do Instituto Genealógico da Bahia

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª etapa:
1850-1889 - Agentes Econômicos na Bahia no século XIX - Salvador - CPE - 1978.

A Inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª etapa:
1850 - 1889 - Atividades Produtivas - Salvador - CPE - 1978.

CALMON, Francisco Marques de Góes - Vida Econômico-financeira da Bahia - Elementos para a História-1808-1899 - SEPLANTEC - CPE - Salvador - 1978.

PANG, Eul Soo - O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana. Alguns Aspectos de sua História-1875 - 1891 - Rio de Janeiro, AN, IHGB, 1979.

NOMES	TITULOS	FUNÇÃO I.I.B.A. DO	ATIVIDADES
Antonio Pe- droso de Al- buquerque		Sócio do I.I.B.A.	Comissário de açúcar; Tra- ficante de escravos.
Antonio Ber- nardino da Rocha Pita e Argôlo.	Visconde de Passé	Sócio	Influente Senhor de Enge- nho do Recôncavo.
Salvador Mo- niz Barreto	Barão de Pa- raguassú	Sócio	Grande proprietário no Re- côncavo.
Coronel Luiz Manoel de O- liveira Men- des		Sócio	Proprietário do Engenho Sao Cosme.
João Gonçal- ves Ferreira		Sócio	Comissário do açúcar
Francisco de Sampaio Viana		Sócio	Acionista do Banco da Bahia (1857). Concessio- nário Engenho Central Rio Fundo - Santo Amaro, 1876; Diretor da Associação Co- mercial.
Gonçalo Al- vel Guima - raes		Sócio	Acionista da Caixa filial do Banco do Brasil (1868)
Joaquim Lo- pes de Carva- lho		Sócio	Acionista do Banco da Bahia
Pedro Ferrei- ra Viana Ban- deira		Sócio	Acionista da Caixa Econô- mica (1854) Comerciante de Engenhos
Frutuoso Go- mes Moncorvo	Tenente-Coro- nel	Sócio	Acionista do Banco da Bahia
Cândido Perei- ra de Castro		Sócio	Diretor e Fundador do Ban- co da Bahia
Paulo Perei- ra Monteiro		Sócio	Proprietário da Fábrica Queimado Tecidos (1872)

MEMBROS MAIS FREQUENTES - REUNIÕES DA DIRETORIA - 1859 / 1902

1859 - 65	1865 - 70	1870 - 75	1875 - 80	1880 - 85	1885 - 90	1890 - 95	1895 - 99	1900 - 02
Visc.de Fiaie	B.do Matuim (P.I.) Ego S	Visc. Sergimiri- rim(P.I.)	Visc. Sergimiri- rim(P.I.)	B.S.Francisco (P.I.)	B.S.Francisco (P.I.)	B.S.Francisco (P.I.)	B.S.Francisco (P.I.)	B.S.Francisco (P.J.)
B.de Pirajá (S)	Edgar Muniz Aragão	Silvestre Fari- as	Silvestre Fari- as(S)	Silvestre Fari- a(S)	Silvestre Fa- rias	Silvestre Fari- as	Sodré Perei- ra.	Sodré Pe- reira
Dr.J.A.Chaves	T.Geremoabo	T.Geremoabo	Fº Sampaio Via- na	B.Villa Viço- sa	Aristides Mo- vis	Aristides Mo- vis	Rocha Pas- sos	Rocha Pas- sos
B.S.Lourenço	J.Barros Reis	J.Barros Reis	B.S.Thiago	J.Costa Pinto	J.Costa Pinto	Costa Pinto (até 1901)	Sodré Pereira	
		Manoel Pinto		J.E.Pereira		Sodré Pereira		
		Novacs(S)		Marinho		Rocha Passos		

FONTE: Atas das Sessões da Diretoria do I.I.B.A.

P.J. : Presidente do Instituto

S. : Secretário

Projecto de uma Escola de Agricultura para a Provincia da Bahia, pelo Imperial Instituto Agricola da mesma Provincia.

1º - Com a approvação de Sua Magestade o Imperador se de nominará a escola-Imperial escola de Agricultura - O Augusto Fundador do Instituto será seu - Protector ..

2º - A escola fica debaixo da administração immediata do Instituto, subordinadas as deliberações d'este á suprema Inspeção do Governo Imperial e de seu agente ou Delegado na Provincia.

3º - Regerá internamente a parte economica e administrativa da escola um Director de nomeação da Directoria do Instituto; de cujas decisões haverá recurso para esta: ou interposto pela congregação dos Professores, ou pela parte prejudicada.

4º - A congregação he a reunião de todos os Professores da escola debaixo da Presidencia do Director: á esta pertence providenciar sobre quanto diz respeito ao ensino. O Director he o competente para fazer executar as deliberações da congregação; podendo suspender provisoriamente a que julgar inconveniente ao serviço, até decisão final da Directoria. Esta designará um dos Professores para substituir o Director nos impedimentos.

5ª - Uma comissão do Instituto, nomeada annualmente pela Directoria, dentre os membros desta, e do Conselho Fiscal, visitará mensalmente, e quando julgar conveniente, os estabelecimentos da escola, e procurará informar-se de sua marcha, dos abusos introduzidos, e das necessidades e conveniências a satisfazer em bem da mesma escola; de que dará conta da sessão immediata a Directoria. O Presidente d'esta he competente igualmente para exercer a mesma fiscalisação quando o entender conveniente.

6ª - Os edificios da escola serão os commodos indispensaveis para 60 alumnos internos, sendo 20 de primeira classe, e 40 da segunda, cada classe separadamente, com enfermarias, e refeitórios correspondentes. As aulas, e laboratorios serão communs. Juntos ou separados (no mesmo edificio ou em outro visinho) haverá commodos ou habitações para o Director, Professores, e mais empregados do estabelecimento; uma decente capella e casa para o capellão.

Condições de admissão dos alumnos.

7ª - Os alumnos da primeira classe deverão ter completado 16 annos; e os da segunda classe 18 annos. Todos devem ter sido vaccinados, e ser dotados de constituição robusta, no goso de perfeita saúde; o que tudo verificará o Medico da escola, podendo o Director fazer ainda repetir o exame por outros, ou á pedido da parte interessada, ou para firmar seu juizo de admissão, ou de recusa que lhe compete.

8ª - Para serem admittidos no primeiro anno do curso agri

cola, os da primeira classe devem mostrar-se habilitados com exame das seguintes materias: leitura, e escripta da lingua Nacional com correcção: traducção corrente das linguas Ingleza e Franceza: na arithmetica as quatro operações, as fracções, extracções das raizes quadradas e cubicas, proporções e progressões: em geometria o que constitue os quatro primeiros livros da geometria de Legendre, ou o equivalente de qualquer outro autor preferido: algumas noções de Psychica (o que se poderá designar com mais precisão) como propriedades geraes dos Corpos, o thermometro, o barometro, etc.

9ª - Os alumnos da segunda classe farão somente exame de leitura e de escripturação da lingua nacional, e das quatro operações.

Os Professores da escola que se quizerem applicar ao ensino externo das materias preparatorias, poderão fazel-o em casas especiaes suas, sendo-lhes permittido residir fora do estabelecimento arbitrandolhes a Directoria uma quantia para sua alimentação, quando deixarem de a receber na communidade. Os alumnos assim preparados serão examinados em presença do Director, addicionará aos examinadores ordinarios um extraodidnario de sua confiança.

10ª- O curso para os alumnos de primeira classe durará tres annos, e será theorico e pratico; e para os da segunda classe, que he somente pratico, dois annos.

11ª -O ensino theorico abrange as seguintes materias, que serão distribuidas pelos tres annos, e pelo menor numero de

Professores, que for conciliavel com a assiduidade e effi-
cacia do mesmo ensino: geometria elementar applicada á me-
dição dos terrenos, e seu nivelamento: Physica applicada á
agricultura: Chimica applicada á analyse das terras e dos
estrumes: Mechanica em suas applicação aos instrumentos a-
grarios, construcção de telheiros, abrigadouros, etc. Illy -
draulica applicada ás valagens, ás irrigações, e aos esgo-
tos subterraneos (Drainage): Principios de Botanica, Phisio-
logia vegetal, e de Zoologia: Elementos da arte Veterinaria.

12ª - O ensino pratico consistirá na applicação das theori-
as ensinadas, ou nos laboratorios, nas officinas, nas fa-
bricas, e nas estrebarías ou no campo onde se escutará os
diversos e os mais convenientes processos da cultura da
cana, do tabaco, da mandioca e de todos os differentes ob-
jectos da agricultura do paiz, ou do exterior, que conve-
nha adoptar.

13ª - Como objecto de maior interesse para a Provincia, e
ensino pratico se especialisará mais na cultura da canna, e
no fabrico do assucar; no plantio e manipulação do tabaco ;
e na cultura e melhor fabrico dos generos alimenticios.

Haverá um estudo serio sobre o melhoramento, tracto e
ensino das raças dos animaes auxiliares do trabalho agrico-
la, quer como instrumento de força, os productores do es-
trume para augmentar a fertilidade dos terrenos; quer ser-
vindo á alimentação do agricultor.

14ª - Além dos Professores do ensino theorico, que são obri-

gados a fazer as competentes repetidas applicações de suas theorias e os terrenos e as officinas de fabrico, haverá Professores ou guias praticos dos differentes ramos de trabalho. Os alumnos de ambas as classes não podem recusar-se á qualquer serviço pratico que lhes for ordenado pelo respectivo chefe do ensino; e alternadamente executão o custeio ordinario dos differentes ramos, semanal ou mensalmente , segundo a conveniencia da escola. Os que entrão de novo de vem ser designadamente entregues aos cuidados dos mais antigos para dirigir sua conducta e instruir nos trabalhos.

15º - Os alumnos da segunda classe, posto que não sejam o brigados ás lições theoricas, assistirão com tudo, ás experiencias dos respectivos ensinos; e ás mesmas lições oracs de veterinaria, de Chimica, de Phisica, e de Botanica sem o onus das lições.

16º - Os da primeira classe pagarão a escola, para sua nutrição -, aceio, e curativo, a pensão annual que fôr designada; e os da segunda metade. Se houverem externos, será de metade a pensão de cada uma das classes. Todos são sujeitos a uniformes que a escola adoptar para as diversas classes, tendo-se em vista a economia, e facilidade do trabalho manual.

17º - A Directoria, ouvida a escola, poderá dispensar do pagamento da pensão o alumno que se distinguir, e requerer, mostrando não poder continuar os estudos sem este auxilio.

18º - A Congregação designará as materias de que devão os

alunos fazer exame um cada um dos annos, sem cuja aprovac
ção não poderão passar ao anno seguinte.

A reprovaçãõ repetida exclue o alumno da escola.

Os que se destinarem ao Magisterio, repetirãõ mais um anno as materias do curso, e durante elle servirãõ de subs
titutos dos Professores, sendo no fim sujeitos á exames ex
traordinarios, segundo o programma que a escola submeterá a aprovac
ção da Directoria.

19^o - As approvedos de que trata a segunda parte do artigo antecedente, receberãõ da Eschola o diploma de - Engenhei-
ro agricola Mestre. - Os que simplesmente completarem o curso theorico e pratico, o de - Engenheiro agricola. - Os approvedos de segunda classe recebem um certificado de -
Agricultor Pratico - ou de - Mestre agricultor Pratico - , se deu mais um anno ao respectivo curso e passou plos e
xames especiaes do competente programma.

20^o - O Director poderá admittir aos trabalhos do campo, e das estrebarias, operarios livres, ou escravos á pedido de seu Senhor, que quizerem aprender os differentes processos agricolas, prestando-se-elles a toda sorte de trabalhos, co
mo simples operarios, nunca por menor tempo de seis mezes; sendo sustentados pela Eschola. No fim do tempo receberãõ um certificado de conducta, e de aptidãõ. O Director de
pois de seis mezes, poderá designar um salario ao que mere
cer, augmentando-o progressivamente, em vista do serviço, e dos recursos do Estabelecimento.

21^o - Haverá casas espaçosas, e convenientemente dispostas

para abrigo, e trato dos animaes que prestão utilidade á agricultura, ou como alimento, instrumento de trabalho, ou pelo seu estrume augmentando a fertilidade dos terrenos. Será do especial cuidado da Escola o aperfeiçoamento das raças existentes, já pela melhor escolha de individuos mais apropriados para a geração, de conformidade com o destino do animal; já pelo cruzamento das raças, pela introdução de novas; ou enfim por ensaios de differentes alimentaões, promovendo a plantação de raizes, de hervas de córte, e de pastos de maior vantagem, pela nutrição e por serem menos sujeitos aos revezes das Estações.

22ª - O Professor de veterinaria ficará na direcção d'este ramo de serviço, entendendo-se porém como Professor de Chimica sobre o destino e tracto dos estrumes.

23ª - Os Professores installadores devem ser contractados, Nacionaes, ou Estrangeiros, por um certo numero de annos : serão alimentados pela escola, se residirem n'ella. Os que se conservarem além de dez annos, receberão mais uma gratificação correspondente ao quinto do sallario contractado; e assim seguidamente até 25 annos, quando a gratificação fica igualada ao dito salario.

24ª - Haverá os Professores de pratica agricola que a escola entender indispensaveis para o ensino especial do uso dos differentes arados, e de quaesquer outros instrumentos agricolas, vehiculos de conducção; para ensinar a forma e tempo das plantaões, respectivos beneficios, até a opportu

nidade de colheita; e finalmente que ensinem os melhores systemas de fabrico, ou manipulação dos productos.

25º - He com especialidade recommendado a escola quanto diz respeito ao plantio e cultura da canna; a preferencia das especies, de conformidade com a qualidade dos terrenos; a economia do trabalho; a abundancia saccarina pela superioridade da cultura, e applicação dos estrumes mais appropriados; enfim, deve ella procurar descobrir o mais vantajoso methodo do fabrico do assucar, accomodado á intelligencia, e recursos da maioria dos proprietarios. Igual cuidado se lhe recommenda quanto á cultura e manipulação do tabaco, e dos generos alimenticios do uso commum, ou que o possam ser com vantagem.

26º - Os alumnos darão aos respectivos Professores mensalmente um relatorio dos trabalhos que executarão, e das experiencias que observarão, como as reflexões que lhes subministrarem suas intelligencias. Todos os tres mezes, cada Professor, alternadamente, recebendo de seus companheiros os relatorios mensaes dos respectivos alumnos, e do que de mais notavel tiver ocorrido no seu ramo de ensino, escreverá uma memoria, dirigida ao Instituto, do trabalho da escola, accompanhando-a das considerações que julgar convenientes para seu maior desenvolvimento. Esta memoria, a que serão juntos os relatorios dos alumnos, e as observações de seus Professores, será publicada no Jornal do Instituto, com os trabalhos accessorios que o merecerem.

27º - No fim do anno, nos dias designados pelos estatutos

internos da escola, terão lugar os exames dos alumnos, em presença da Directoria, ou de uma Comissãõ; dando-se a maior publicidade a taes actos, servindo de examinadores os proprios Professores, debaixo da Presidencia do Director.

28º - O dia do encerramento dos estudos será dia festivo no estabelecimento; assim como o da abertura, que deve ter no anniversario da installaçãõ da escola. Em um d'elles haverá exposiçãõ dos differentes productos agricolas, ou artefactos em beneficio da lavoura; assim como dos animaes nutridos, creados, ou importados pelo estabelecimento: de taes objectos se receberá tambem para a exposiçãõ aquelles que forem enviados por particulares. O Instituto, ouvida a escola, estabelecerá premios para esta concurrencia estranha, e as condições d'ella.

Assim tambem poderá designar qualquer especie de recompensa honorifica, ou lucrativa em favor dos alumnos e dos Professores que tiverem prestado serviços importantes, ou apresentando notavel zelo e intelligencia no desempenho de suas obrigações.

29º - Alem dos dias festivos de que trata o artigo antecedente, será tambem da primeira festividade e do anniversario do Imperador, como Fundador do Instituto, sendo por essa razãõ especial a Imperial Effigie collocada na primeira sala do Estabelecimento sem prejuizo da collocaçãõ do costume em todas as aulas como o Augusto Chefe da Naçãõ.

30º - Nos tres dias festivos indicados, haverá festa na Capella, sendo o Estabelecimento franqueado aos visitantes.

31º - Todos os annos a Directoria do Instituto fará subir á Augusta presença do Imperador, por intermedio do Governo da Provincia, um relatorio especial dos trabalhos da Escola, acompanhado do balanço de sua receita e despeza, e das memorias escriptas dos Professores e alumnos, que por sua importancia o merecerem.

32º - A despeza e receita da Escola correm separadas de qualquer outras do Instituto, e de ambas se fará o orçamento annual, proposto pelo Director em congregação e delibe-rado pelo mesmo Instituto. Constituem a receita as annuidades dos alumnos; os productos agricolas e fabris da escola; os auxilios dos Governos Geral e Provincial; os donativos particulares; e os recursos do Instituto para supprir qual-quer falta. A escola poderá adquirir os terrenos, e edifi-cios indispensáveis á seu desenvolvimento; e as sobras, legados, ou donativos que por ventura tenha, serão converti-do em fundos publicos.

33º - O augmento de alumnos internos, ou de materias de ensino, sómente poderá ter lugar por deliberação do Institu-to, com approvação do Governo Imperial, quando existirem os meios de sua sustentação.

Regulamentos especiaes marcarão o modo pratico da fiscalisação da receita e despeza; a forma da venda dos pro-ductos e artefactos do estabelecimento; a marcha dos estudos, e quaesquer outras providencias indispensaveis ou de utili-dade ao entretimento da escola, com tanto que não offendão as presentes bases. A approvação d'estes regulamentos per-tencem à Directoria do Instituto com o assense do Presiden-te da Provincia.

Bahia 18 de Novembro de 1860

Barão de S. Lourenço

Falas e Mensagens dos Presidentes da Província e dos Governadores da Bahia - 1830 - 1978 - Salvador - CPE - 1978.

SOUZA, Antonio Carneird^o de - Baianos Ilustres - 1564 - 1925: Bahia - SEC - 1973.

RIDING, J.Eugene Ware - The Bahian Commercial Association - 1840 - 1889.

AZEVEDO, Thales de & VIEIRA, E.Q.-História do Banco da Bahia - Rio de Janeiro - Livraria José Olympio Editora - 1869.

MATTOS, Valdemar - Panorama Economico da Bahia - 1808 - 1960 - Salvador - Tipografia Maun Editora Ltda. - 1960.

1877 - 1879	1880 - 1889	1890 - 1894	1895 - 1902
Arthur Costa Rios	Francisco dos santos silva	Enedino Santana	Enedino Sant'anna
Frederico Draenert	Frederico Draenert	Arlindo Fragoso	Arlindo Fragoso
Joaquim Leal	Joaquim Leal	Joaquim Leal	
João Ladislau de Cerqueira	João Ladislau de Cerqueira	João Ladislau de Cerqueira	João Ladislau de Cerqueira B
Eng ^o . Gonçalves	Eng ^o . Gonçalves	J. Nuno de Ramos Pereira	J. Nuno de Ramos Pereira
Pedro Reis	Gustavo d' Utra João G. Martins	Gustavo d' Utra	Gustavo d'Utra

FORTE: Atas da Congregação dos Professores.

Diretoria da Escola Agrícola de S. Bento das Lagoas
(1863 - 1904)

1863 - 1877	- Sr. Louis Jacques Brunet
1876 - 1879	- Dr. Arthur Cesar Rios
1879 - 1880	- Dr. João Ladislau Cerqueira Bião (interino)
1880 - 1890	- Dr. Francisco dos Santos Silva
1880 - 1894	- Dr. J.L. Cerqueira Bião
1894 - 1897	- Dr. Gustavo d'Utra .
1897 - 1904	- Dr. Cerqueira Bião

FONTE: Atas da Congregação dos Professores.

Relação das Teses dos Acadêmicos da Escola Agrícola de São Bento das Lages.

1. Situação da Agricultura

ARAÚJO, Francisco de Borja Mandacari - Causa Única da Falta de Agricultura Científica no Brasil - 1900.

ARGEMIRO, Pedro - Direito de Propriedade - 1856.⁽⁷⁾

BARAUNA, João Leovigildo - Estado Atual da Grande e Pequena Propriedade e da Grande e Pequena Cultura no Brasil - 1889.

BASTOS, João Pimenta - Bancos Municipais Agrícolas - 1894.

CAMPOS, Christovão - Capital Rodante da Propriedade Agrícola.

COELHO, Ezequiel Ferreira - Levantamento da Agricultura na Bahia - 1896.

DAVID, Virgílio - Grande e Pequena Lavoura - 1888.

GERVASIS, Durval - Estudo Analítico da Agricultura Brasileira - 1900.

MACHADO, Matheus Ferreira de Souza - Causas que Influem so -

bre a escolha de uma Propriedade Agrícola - 1887.

MAGALHÃES, Antonio Baptista de - Decadência da Agricultura Brasileira - 1895.

RIBEIRO, Carlos Teixeira - Divisão da Propriedade Territorial - 1894.

RIBEIRO, J.J. Ribeiro - Vantagens da Agricultura Scientifica sobre a Rotina; Causas de sua Decadência no Brazil , com Especialidade no Estado da Bahia; Meios de seu Levantamento - 1899.

SÁ, Joaquim Pinto de - Qualidade e Disposições Inherentes ao Empreendedor da Indústria Agrícola - 1887.

SILVA, Luis da França Imbassahy - Causas que Entorpecem o Desenvolvimento da Lavoura Nacional e Meios de Combate-las - 1899.

2. Técnica

ALBUQUERQUE, J.Joaquim Pires de Carvalho - Cultura Aperfeiçoada da Canna de Assucar - 1889.

ALMEIDA, Firmino Eloy - Locomotivas e sua Influência no Progresso Agrícola - 1896/1897.

CARIA, Alfredo - O Ácido Sulfuroso na Indústria Açucareira - 1901.

D'UTRA, Gustavo - As Moléstias da Canna de Assucar - 1880.

GRAVE, Temistocles Pereira - Máquinas e sua Influência na
Vida Econômica - 1896.

GUIMARÃES, Emilio Chastinet - Máquinas seu Poder na Produ-
ção - 1897.

LOPES, J. de Azevedo - Adubos Orgânicos Animais e sua Impor-
tância na Agricultura - 1901.

NOGUEIRA, Miguel Guedes - Máquinas a Vapor e sua Aplicação
na Agricultura - 1889.

PINTO, Francisco da Costa - A Difusão - 1883.

RIBEIRO, J. de Oliveira Lopes - Máquinas a Vapor e sua Rela-
ção com a Agricultura - 1897.

ROCHA, José Calazans de Mello - Motores Hydraulicos e sua
Aplicação na Agricultura - 1889.

VALVERDE, João Régis de Lima - Classificação e Escolha dos
Instrumentos e Máquinas Agrícolas - 1886.

3. Mão - de - Obra

ALBUQUERQUE, Fº de Carvalho e - Ensino Agrícola no Brasil-1890.

- GONÇALVES, Joakim - Necessidade do Trabalho Obrigatório no Brasil - 1898.
- LIMA, Augusto Franco - Colonização e Colonias do Brasil-1892.
- MAGALHÃES, Antonio Baptista - Decadência da Agricultura Brasileira - 1895.
- MATTOS, Jacintho Antonio de - Imigração e Colonização do Brasil - 1895.
- MELLO, Orlando - Instrução Technica - 1894.
- NEVES, José Maria - Resolução da Crise Agrícola pelo Braço Nacional - 1894.
- NOGUEIRA, Miguel Guedes - Maquinas a Vapor e sua Aplicação na Agricultura - 1889.
- PINTO, Abílio Moncorvo da Silva - A Rotina Permanente e a Falta de Braços na Agricultura Brasileira - 1898.
- SANT'ANNA, Alexandrino José de - Lavoura e Despovoamento dos Campos - 1895.
- SOUZA, Romualdo Nunes de - Divisão do Trabalho - 1894.



